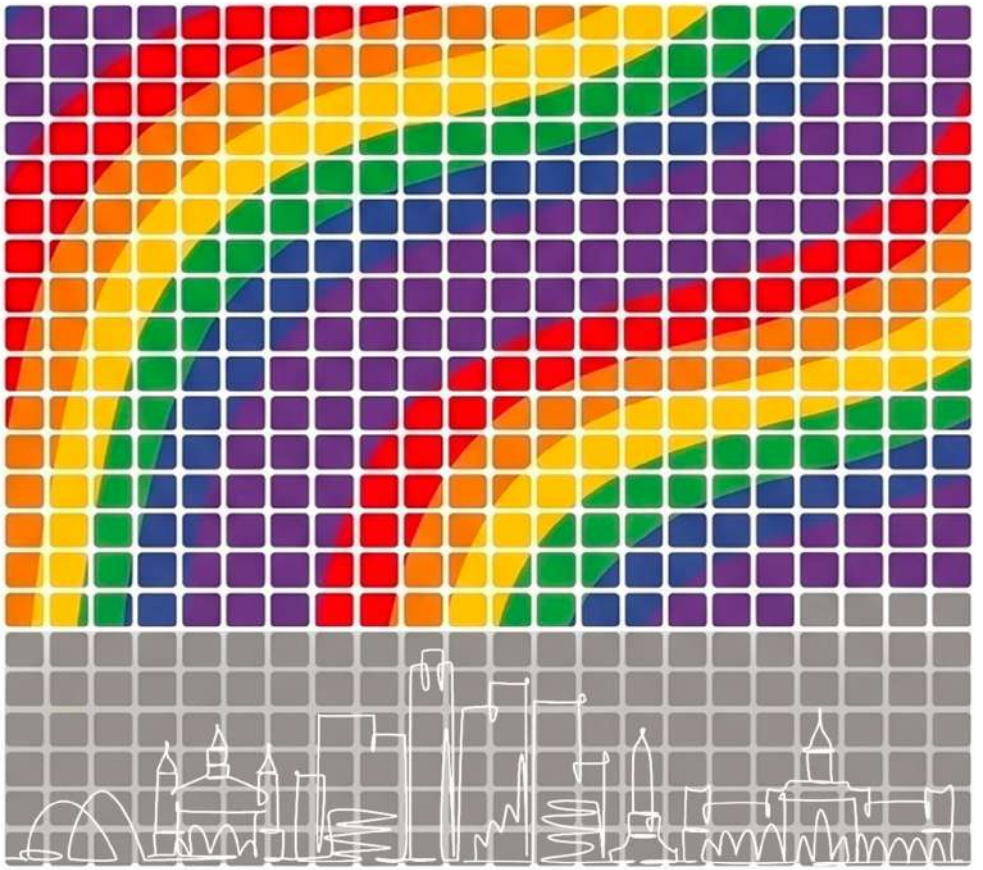
DADOS DE VIOLÊNCIAS POR LGBTFOBIA

EM BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA

PESQUISA DA 26ª PARADA DO ORGULHO LGBTQIA+ DE BH DE 2025

Marcelo Maciel Ramos • **Pedro** Augusto Gravatá Nicoli
Júlia Bielskis • **Luiz** Augusto Ruffo • **Diego** Márcio Ferreira Casemiro
Fabiana Gil de Pádua • **Astrid** Marrone Guimarães



diverso UFMG | EXPERT EDITORA DIGITAL | UFMG

Este relatório é resultado da 8ª coleta realizada pelo Diverso UFMG na Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte. A partir de entrevistas estruturadas aplicadas durante a 26ª edição do evento, em julho de 2025, o estudo apresenta dados socioeconômicos, mapeia diferentes tipos de violências sofridas e a percepção de aceitação e acolhimento em diversos espaços - vias públicas, escolas, família, trabalho, serviços de saúde, órgãos de governo e polícia -, bem como produz uma análise qualitativa do contexto de violência nacional e internacional frente aos resultados encontrados.

Iniciada em 2016, a série vem se consolidando, ao longo de quase uma década, como uma das principais fontes sistemáticas e continuadas de dados sobre a população LGBTQIA+ do município de Belo Horizonte e de seu entorno metropolitano. O objetivo deste trabalho histórico é romper com a invisibilidade das violências LGBTfóbicas, fornecendo alicerces para a defesa dos direitos LGBTQIA+.

ISBN 978-65-6006-342-6

diverso UFMG

EXPERT

UFMG

DADOS DE VIOLÊNCIAS POR LGBTFOBIA

PESQUISA DA 26ª PARADA DO ORGULHO LGBTQIA+ DE BH DE 2025

Direção Executiva: Luciana de Castro Bastos
Direção Editorial: Daniel Carvalho
Diagramação e Capa: Editora Expert
A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor

Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. https://br.creativecommons.org/
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

A Expert Editora, bem como a organização da obra não se responsabilizam por quaisquer posições, opiniões e condutas compartilhadas nesta obra, sendo o conteúdo dos capítulos de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R175d Ramos, Marcelo Maciel
Dados de violências por LGBTfobia : em Belo Horizonte e Região Metropolitana : pesquisa da 26ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de BH de 2025 / Marcelo Maciel Ramos, Pedro Augusto Gravatá Nicoli, Júlia Bielskis, Luiz Augusto Ruffo, Diego Márcio Ferreira Casemiro, Fabiana Gil de Pádua e Astrid Marrone Guimarães. – Belo Horizonte : Expert Editora Digital, 2026.
123 p.
ISBN: 978-65-6006-342-6
Modo de acesso: https://experteditora.com.br

1. Violência contra pessoas LGBTQIA+. 2. LGBTfobia. 3. Homofobia. 4. Transfobia. 5. Discriminação. 6. Políticas públicas.
I. Nicoli, Pedro Augusto Gravatá. II. Bielskis, Júlia. III. Ruffo, Luiz Augusto. IV. Casemiro, Diego Márcio Ferreira. V. Pádua, Fabiana Gil de. VI. Guimarães, Astrid Marrone. VII. Título.

CDD: 303.6
CDU: 316.647.8

Índices para catálogo sistemático:

Violência e discriminação contra pessoas LGBTQIA+ CDD 303.6 / CDU 316.647.8

experteditora.com.br
contato@editoraexpert.com.br



Prof. Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Alexandre Miguel Cavaco Picanco Mestre
Universidade Autónoma de Lisboa, Escola. Superior de Desporto de Rio Maior, Escola. Superior de Comunicação Social (Portugal), The Football Business Academy (Suiça)

Prof. Dra. Amanda Flavio de Oliveira
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Carlos Raul Iparraguirre
Facultad de Ciencias Juridicas y Sociales, Universidad Nacional del Litoral (Argentina)

Prof. Dr. Cèsar Mauricio Giraldo
Universidad de los Andes, ISDE, Universidad Pontificia Bolivariana UPB (Bolívia)

Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. e PUC - MInas

Prof. Dr. Gladston Mamede
Advogado e escritor

Prof. Dr. Francisco Satiro
Faculdade de Direito da USP - Largo São Francisco

Prof. Dr. Gustavo Lopes Pires de Souza
Universidad de Litoral (Argentina)

Prof. Dr. Henrique Viana Pereira
PUC - Minas

Prof. Dr. Javier Avilez Martínez
Universidad Anahuac, Universidad Tecnológica de México (UNITEC), Universidad Del Valle de México (UVM) (México)

Prof. Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Aquino
UniCEUB e UniEuro, Brasília, DF.

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Vilaça
Universidade de Itaúna – UIT e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEM

Prof. Dr. Luciano Timm
Fundação Getúlio Vargas - FGVSP

Prof. Dr. Mário Freud
Faculdade de direito Universidade Agostinho Neto (Angola)

Prof. Dr. Marcelo Andrade Féres
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Omar Jesús Galarreta Zegarra
Universidad Continental sede Huancayo, Universidad Sagrado Corazón (UNIFE), Universidad Cesar Vallejo. Lima Norte (Peru)

Prof. Dr. Rafael Soares Duarte de Moura
Universidade Estadual De Montes Claros

Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues
Centro Universitário Unihorizontes e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dra. Renata C. Vieira Maia
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior
PUC - Minas e Faculdade Milton Campos

Prof. Dr. Rodrigo Almeida Magalhães
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. PUC - Minas

Prof. Dr. Thiago Penido Martins
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

DIVERSO UFMG – NÚCLEO JURÍDICO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO
PESQUISA DA 26ª PARADA DO ORGULHO LGBTQIA+ DE BELO HORIZONTE

Coordenação Diverso UFMG
Marcelo Maciel Ramos
Pedro Augusto Gravatá Nicoli

Coordenação Da Pesquisa
Júlia Bielskis

Autores do Relatório Final
Marcelo Maciel Ramos
Pedro Augusto Gravatá Nicoli
Júlia Bielskis
Luiz Augusto Ruffo
Diego Márcio Ferreira Casemiro
Fabiana Gil de Pádua
Astrid Marrone Guimarães

Equipe Técnica
Júlia Bielskis - Luiz Augusto Ruffo - Diego Márcio Ferreira Casemiro -
Fabiana Gil de Pádua - Astrid Marrone Guimarães -
Luiza Semiramis Aniceto de Sousa - Geraldo Lucas Lopes Ferreira

Autores
Marcelo Maciel Ramos - Pedro Augusto Gravatá Nicoli - Júlia
Bielskis - Luiz Augusto Ruffo - Diego Márcio Ferreira Casemiro
- Fabiana Gil De Pádua - Astrid Marrone Guimarães







SUMÁRIO

Introdução **11**

Equipe e parceiros **13**

Notas metodológicas **15**

Histórico e finalidade 15
Instrumento e coleta 15
Amostragem e tratamento dos dados 16
Definição dos grupos analisados 17
Pessoas LGB+ (n = 274) 17
Pessoas trans e travestis (n = 25) 17
Pessoas não binárias (n = 21) 17
Demais respondentes (n = 80) 18
Sobre a categoria "outra" identidade de gênero 18
Sobre o alcance e os limites de generalização dos dados deste relatório 19
Sobre os números pequenos 21

1. Detalhamento da amostra: perfil socioeconômico e político .. **23**

Identidade de gênero 23
Orientação sexual 24
Raça e cor 25
Faixa etária 26
Escolaridade 27
Trabalho e renda 28
Origem dos participantes 29
Perfil político 30
Perfil religioso 30

2. Homofobia *vs*. Transfobia: as peculiaridades das experiências de violência de pessoas LGB+ e pessoas trans e travestis 33

Perfil dos grupos LGB+ e trans/travesti 34
Qual é o tamanho da violência LGBTfóbica vivida por cada grupo? 35
Como a violência acontece para cada grupo conforme o lugar 36
Tipos de violência sofrida 38
A rua 39
A casa 40
A escola 41
O trabalho 43
Os órgãos de governo 44
A polícia 45
Os serviços de saúde 47
O peso da raça 48
O sentimento de aceitação ou acolhimento nos diferentes espaços sociais 48
Demandas e prioridades políticas dos grupos: segurança *vs.* saúde 50
Acionamento policial em situações de violência 52
As pessoas não binárias 53

3. Homofobia: as peculiaridades das experiências de violência de pessoas não heterossexuais cisgêneras 55

Qual é o tamanho da violência por orientação sexual 55
Como a violência homofóbica acontece para cada grupo conforme o lugar 57
Tipos de violência sofrida 58
A rua 60
A casa 62
A escola 63

O trabalho 65
Os órgãos de governo 66
A polícia 68
Os serviços de saúde 69
O peso da raça 71
O sentimento de aceitação ou acolhimento nos diferentes espaços sociais 72
Aceitação familiar 74
Demandas políticas e acionamento do Estado 75
Comparação: as pessoas não binárias e o gradiente por orientação 76

4. Transfobia: as peculiaridades das experiências de violência de pessoas trans e travestis 77

Saúde como principal demanda 77
Hormonização 78
Nome social e retificação de registro 78
Diferenças internas: vivências transfemininas e transmasculinas 79
A exposição à violência entre pessoas transfemininas e transmasculinas 80
Como a violência transfóbica acontece para cada grupo conforme o lugar 81
Tipos de violência sofrida 82
A rua 84
A casa 85
A escola 86
O trabalho 87
Os órgãos de governo 88
A polícia 89
Os serviços de saúde 90

O peso da raça 91
O sentimento de aceitação ou acolhimento 91
Demandas políticas 93
Acionamento policial 94
Comparação: as pessoas não binárias e a transição corporal 95

5. Notas sobre a produção de dados de violência LGBTfóbica no Brasil e no mundo 97

Conclusões: achados e horizontes futuros para pesquisas sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ 109

Referências Bibliográficas 119

INTRODUÇÃO

Este relatório reúne dados de violências e discriminações motivadas por LGBTfobia vivenciadas por pessoas LGBTQIA+ da região metropolitana de Belo Horizonte. Os dados foram coletados por meio de 400 entrevistas estruturadas aplicadas durante a 26ª edição da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte, realizada em julho de 2025, com público estimado de 350 mil pessoas[1]. O documento mapeia, de forma sistematizada, relatos de diferentes tipos de violências LGBTfóbicas sofridas e a percepção de aceitação e acolhimento em diversos espaços — vias públicas, escolas, família, trabalho, serviços de saúde, órgãos de governo e polícia. Das 400 entrevistas coletadas, 320 compõem a amostra efetivamente analisada, conforme detalham as Notas Metodológicas.

A principal escolha analítica deste relatório é recusar o tratamento homogêneo da população LGBTQIA+. Embora a sigla designe um sujeito coletivo de luta, as experiências de discriminação e violência variam de forma expressiva conforme a orientação sexual e, sobretudo, a identidade de gênero. Reduzir todas as pessoas a uma mesma média estatística arrisca invisibilizar justamente quem está mais exposto — razão pela qual a análise que se segue é conduzida, sempre que os dados permitem, de forma desagregada.

O relatório está organizado em cinco partes, além das *Notas Metodológicas*, que detalham os critérios de definição dos grupos analisados. A primeira, *Perfil Socioeconômico e Político*, descreve a composição da amostra. A segunda, *Homofobia vs. Transfobia: as peculiaridades das experiências de violência de pessoas LGB+ e de pessoas trans e travestis*, confronta, eixo a eixo, as pessoas LGB+ (gays, lésbicas,

1 A 26ª Parada foi celebrada de forma inédita em dois dias, em 19 e 20 de julho de 2025. O tema da edição foi "**Envelhecer Bem: Direito às Políticas Públicas do Bem Viver, ao Prazer e à Cidade**". No primeiro dia, ocorreu o "Festival Fuzuê" no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, onde houve diversas atrações artísticas. No dia 20 de julho, houve a tradicional caminhada, com concentração na Avenida Afonso Pena com a Avenida Brasil, oportunidade em que o Diverso UFMG, pela 8ª vez, esteve presente realizando as entrevistas analisadas neste relatório, por meio de seu Observatório de Violências Contra as Pessoas LGBTQIA+.

bissexuais, pansexuais, assexuais e demissexuais) e as pessoas trans e travestis, evidenciando as formas de discriminação mais comuns a cada grupo e permitindo distinguir as especificidades da homofobia e da transfobia. A terceira, *Homofobia: as peculiaridades das experiências de violência de pessoas LGB+*, volta-se às diferenças internas do grupo cisgênero LGB+, mostrando como a exposição à violência e a sensação de acolhimento e aceitação variam conforme a orientação sexual — um recorte que desembaraça dimensões próprias da homofobia, como a lesbofobia e a bifobia. A quarta, *Transfobia: as peculiaridades das experiências de violência de pessoas trans e travestis*, aprofunda a análise desse grupo e incorpora questões que lhe são próprias, como hormonização, nome social e retificação de registro civil, distinguindo internamente as vivências de mulheres trans e travestis e de homens trans. A quinta, *Notas sobre a produção de dados de violência LGBTfóbica no Brasil e no mundo*, reúne os principais esforços de levantamento sobre a população LGBTQIA+ dentro e fora do país, em um contexto de conservadorismo anti-LGBTQIA+ crescente. Ao final, as *Conclusões* sintetizam os principais achados e apontam horizontes futuros de pesquisa sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+.

EQUIPE E PARCEIROS

Esta pesquisa foi coordenada pelo **Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero**, programa de extensão universitário conectado ao **Projeto Coletivo Gênero, Sexualidade e Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**. Ela compõe, ainda, as atividades do projeto *A produção jurídica das hierarquias sexuais*, dirigido pelo Professor Marcelo Maciel Ramos na Faculdade de Direito da UFMG e desenvolvido com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

A concepção do instrumento de coleta e sua aplicação contou com a parceria ativa do **Cellos MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais**, da **Prefeitura de Belo Horizonte**, especialmente por meio da sua Diretoria de Políticas para a População LGBT, da **Belotur – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte** e da **Consulting do Brasil**, empresa especializada na aplicação de questionários para órgãos públicos.

Participaram da fase de coleta de 2025 os integrantes do Diverso UFMG **Júlia Bielskis, Luiz Augusto Ruffo, Fabiana Gil de Pádua, Luiza Semiramis Aniceto de Sousa, Geraldo Lucas Lopes Ferreira e Diego Márcio Ferreira Casemiro**. As análises dos dados e elaboração dos gráficos ficaram a cargo de **Luiza Semiramis Aniceto de Sousa, Luiz Augusto Ruffo, Marcelo Maciel Ramos e Júlia Bielskis**. A coordenação da pesquisa em campo foi exercida por **Júlia Bielskis**, sob a direção geral dos professores **Marcelo Maciel Ramos e Pedro Augusto Gravatá Nicoli**, docentes da Faculdade de Direito da UFMG e coordenadores do Diverso UFMG.

No contexto dos 10 anos de realização desta pesquisa, gostaríamos de registrar o papel crucial de **Douglas Miranda**, que em 2016 propôs e apoiou sua realização, apresentando-nos o desafio de coletar dados confiáveis sobre a população LGBTQIA+. Essa tarefa foi aprimorada metodologicamente ano após ano, resultando em um acervo de aproximadamente quatro mil entrevistas aplicadas e analisadas ao longo da última década.

Agradecemos aos membros do Diverso UFMG que construíram, a muitas mãos, as análises dos dados e a redação dos relatórios ao longo dos anos: **Aline Lopes, Antônio Augusto Lemos Rausch, Bruna Demétrio Pereira, Gabriela Alkmin, Gabriela Dantas Rubal, Gabriella de Morais, Igor Julio Pimenta, Julia Bielskis, Lívia de Souza, Lohana Morelli Tanure, Maíra Cristina Corrêa Fernandes, Sabrina Carozzi Bandeira, Suzani Martins Ribeiro e Thays Cristhine da Costa Santos**.

Registramos também a parceria e o apoio fundamentais ao longo dos anos de **Azilton Viana, Caio Pedra, Gisella Lima, Joel Dias, Maicon Chaves e Thiago Costa**, que de múltiplas maneiras — seja no Cellos MG, seja na Diretoria de Políticas Públicas para a População LGBT de BH —, construíram essa bonita história de visibilidade e luta por direitos. Assim como agradecemos a **Maria Tereza Dantas Mora**, da Belotur, pelo suporte e gestão da aplicação das entrevistas desde o início desta jornada.

O grande mérito desta pesquisa advém, sem dúvida, dessa reunião de forças, da colaboração contínua, do apoio e da resistência conjunta.

NOTAS METODOLÓGICAS

HISTÓRICO E FINALIDADE

Este relatório é resultado da 8ª coleta realizada pelo Diverso UFMG na Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte — série iniciada em 2016 e que, ao longo de quase uma década, vem constituindo uma das únicas fontes sistemáticas e continuadas de dados sobre a população LGBTQIA+ do município e de seu entorno metropolitano. Os relatórios elaborados ao longo desses anos estão disponíveis para download gratuito em https://diversoufmg.com/publicacoes/.

Desde 2014, o Diverso UFMG realiza diálogos com a comunidade externa à universidade, por meio de reuniões com organizações da sociedade civil e instituições públicas, eventos abertos e produção de documentos sobre a população LGBTQIA+, com o objetivo de fornecer subsídios para a pesquisa acadêmica e para discussão de políticas públicas. Este relatório é um dos muitos que produzimos com esse intuito ao longo da última década.

INSTRUMENTO E COLETA

O instrumento de coleta de dados desta pesquisa é um **questionário estruturado**, composto predominantemente por itens fechados, com poucos campos abertos e dotado de filtros e saltos condicionais (*skip logic*) e de itens de resposta múltipla. O questionário é organizado em sete blocos temáticos: perfil e identidade (idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor/raça segundo as categorias do IBGE e religião própria e familiar); educação e empregabilidade (escolaridade, trajetória escolar, ocupação e renda familiar em faixas de salário mínimo); avaliação do evento; percepção de acolhimento e segurança; política e saúde; e um bloco condicional de saúde trans, exibido apenas a quem declarou identidade trans, travesti ou não binária (nome social no SUS, hormonização e retificação de registro

civil). O núcleo principal de mensuração da violência LGBTfóbica consiste em perguntas sobre tipos de violência sofrida (verbal, psicológica, ameaça, física e sexual) replicadas de modo idêntico em sete contextos, postos de saúde e hospitais, escola e universidade, trabalho, serviços de governo, família, polícia e vias públicas. O conjunto combina variáveis nominais (identidade, raça, ocupação), ordinais (escolaridade, faixas de renda e escalas de acolhimento) e escalas de avaliação de 1 a 10, com opção explícita de não resposta na maioria dos itens de percepção.

Foram aplicados 400 questionários no dia 20 de julho de 2025, durante a concentração e a caminhada da 26ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte. A coleta foi conduzida em modalidade presencial por entrevistadores(as) treinados(as), com leitura oral das perguntas e opções de respostas e registro das respostas em aplicativo eletrônico controlado (Datagol App).

AMOSTRAGEM E TRATAMENTO DOS DADOS

A amostragem é não probabilística, do tipo por interceptação (*intercept sampling*), realizada presencialmente (*in loco*) e de adesão voluntária (*self-selection*). Os(as) participantes foram abordados(as) de forma não direcionada ao longo do evento. Ao final, os dados coletados por meio dos 400 questionários aplicados foram compilados em planilha única.

A amostra final considerada neste relatório é de 320 respondentes, composta por 274 pessoas LGB+ (lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, assexuais e demissexuais), 25 pessoas trans e travestis (mulheres trans, homens trans e travestis) e 21 pessoas não binárias.

Os demais respondentes (heterossexuais cisgêneros, pessoas cisgêneras que não informaram a orientação sexual e pessoas que responderam identidade de gênero "outra") foram desconsiderados desta análise, tendo em vista o objetivo de garantir a produção de um retrato mais preciso e comparativo das violências sofridas em razão da

identidade de gênero ou da orientação sexual ou, ainda, das diferenças específicas internas de cada grupo.

DEFINIÇÃO DOS GRUPOS ANALISADOS

Para esta análise, o banco de dados foi desagregado segundo dois critérios combinados: a identidade de gênero e a orientação sexual, resultando em três grupos analisados, além dos respondentes desconsiderados:

PESSOAS LGB+ (N = 274)

O critério definidor é a orientação sexual. Pessoas que declararam identidade de gênero cisgênera e orientação sexual não heterossexual: gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais e demissexuais. Pessoas LGB+ que assinalaram identidade de gênero "outra" foram desconsideradas da análise, por impedir uma filtragem precisa a partir da identidade de gênero combinada com a sexualidade.

PESSOAS TRANS E TRAVESTIS (N = 25)

O critério definidor é a identidade de gênero. Pessoas que declararam identidade de gênero transgênero independentemente da orientação sexual: 4 travestis e 21 pessoas trans, das quais 12 homens trans, 6 mulheres trans e 3 pessoas que, embora tenham indicado identidade de gênero "outra", responderam ao bloco de questões trans.

PESSOAS NÃO BINÁRIAS (N = 21)

Pessoas que declararam identidade não binária. Quase todas (19 das 21) têm orientação sexual não heterossexual.

Embora as pessoas não binárias integrem, em sentido amplo, o universo não cisgênero, em nossa amostra elas têm em sua maioria

orientação sexual não heterossexual e um perfil de violência e de percepção de acolhimento que lhes são próprias. Por essa razão, optou-se por tratá-las como um **terceiro grupo autônomo**, e não por diluí-las nos demais. Ao final de cada uma das partes do relatório, seus dados são comparados com os do grupo então em foco. Essa escolha tem dupla finalidade: evitar que sua experiência específica seja absorvida acriticamente por recortes típicos de identidade de gênero e sexualidade e, ao mesmo tempo, gerar subsídios para que pesquisas e relatórios futuros decidam, com base empírica, o melhor lugar analítico para esse grupo.

DEMAIS RESPONDENTES (N = 80)

Pessoas heterossexuais cisgêneras (30), pessoas cisgêneras que não informaram a orientação (1) e as demais pessoas que assinalaram identidade de gênero "outra" (49) não compuseram os grupos analisados neste relatório, nem entram no cálculo das médias gerais do conjunto LGBTQIA+.

SOBRE A CATEGORIA "OUTRA" IDENTIDADE DE GÊNERO

A opção "outra" no campo de identidade de gênero pretendia captar identidades não listadas, mas a análise das respostas revelou que, na prática, ela funcionou de modo inconclusivo: as 49 pessoas que a assinalaram não responderam a nenhuma das perguntas do bloco de vivências trans e apresentam perfil de violência quase idêntico ao das pessoas cisgêneras, sugerindo que, em sua maioria, são pessoas cisgêneras não heterossexuais que, por preenchimento atípico ou recusa à nomenclatura, não se reconheceram na opção "cisgênero". Por ser uma categoria inespecífica, que não permite identificar com segurança a identidade de gênero em sua articulação com a orientação sexual, optou-se por desconsiderá-la desta análise, sem prejuízo da extração e do exame futuro da especificidade desses dados.

SOBRE O ALCANCE E OS LIMITES DE GENERALIZAÇÃO DOS DADOS DESTE RELATÓRIO

Uma advertência deve orientar a leitura de todo o relatório: os dados aqui apresentados só são generalizáveis para a população LGBTQIA+ de Belo Horizonte e região metropolitana no que diz respeito às violências, às discriminações e à percepção de acolhimento — não quanto ao perfil socioeconômico e político da amostra.

Essa orientação decorre da natureza do desenho da pesquisa e das diferentes propriedades de cada tipo de dado, como se detalha a seguir. Como não existe marco amostral (*sampling frame*) nem probabilidade de seleção conhecida e diferente de zero para cada indivíduo, o desenho não autoriza, em sentido estrito, a inferência estatística clássica, que pressupõe amostragem probabilística. Disso decorrem duas consequências.

A primeira diz respeito à **margem de erro**. Na ausência de probabilidades de seleção, não se aplicam, em sentido estrito, os parâmetros de inferência probabilística (margem de erro e nível de confiança), que pressupõem seleção aleatória. A título de referência de ordem de grandeza — e não como medida efetiva do erro deste desenho —, uma amostra aleatória simples de mesmo tamanho (n = 320) produziria margem de erro máxima de aproximadamente ±5,5%, a um nível de confiança de 95% (estimada na hipótese mais conservadora, de proporção igual a 50%). Trata-se de valor meramente ilustrativo, que indica a precisão que se teria sob amostragem aleatória, e não a incerteza real desta amostra.

A segunda diz respeito à **representatividade**. Mesmo no interior do evento, a amostra não reflete automaticamente o conjunto dos(as) presentes, mas apenas o segmento que se dispôs a responder. O **viés de autosseleção** (*self-selection bias*) opera, aqui, em dois níveis encadeados. O primeiro é a seleção para comparecer à Parada, que pressupõe um grau de visibilidade e de mobilização não necessariamente compartilhado pelas parcelas mais isoladas, fechadas ou menos engajadas politicamente da população LGBTQIA+. O segundo é a

seleção para aceitar a entrevista — próxima, em seus efeitos, a um **viés de não resposta** (*nonresponse bias*) —, que pode sobrerrepresentar perfis mais dispostos ao engajamento e à vocalização de suas vivências. Por isso, os dados descrevem com razoável segurança o público que efetivamente respondeu à pesquisa na Parada (a população acessível), e só devem ser projetados para além desse universo com a cautela que os parágrafos seguintes especificam.

Essas limitações, contudo, não pesam de modo uniforme sobre os dois tipos de dado reunidos no relatório.

Para o perfil socioeconômico e político, os achados devem ser lidos como característicos do segmento que frequenta e se mobiliza para a Parada — e não como estimativa da população LGBTQIA+ da região metropolitana de Belo Horizonte, que reúne cerca de 6 milhões de habitantes. Escolaridade, renda, posicionamento político e marcadores correlatos variam conforme inserção social, mobilidade e grau de engajamento — justamente as dimensões mais afetadas pela autosseleção. Sua generalização para o conjunto da população seria, portanto, indevida.

Para as violências e discriminações LGBTfóbicas, o alcance interpretativo é mais amplo. Parte-se do pressuposto, convergente com a literatura nacional sobre violência estrutural, de que a LGBTfobia perpassa a população LGBTQIA+ de modo relativamente menos dependente do grau de visibilidade do que as características socioeconômicas — ressalvado que a própria visibilidade pode modular a exposição a formas específicas de violência. Sob esse pressuposto, os padrões aqui identificados — sobre homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia e suas configurações interseccionais — não constituem generalização estatística no sentido probabilístico, mas oferecem um retrato **analiticamente transferível**. No sentido da transferibilidade consagrada na literatura metodológica, trata-se de padrões teoricamente fundamentados, consistentes ao longo de oito edições da série histórica e convergentes com indicadores nacionais, cujo valor interpretativo se estende, de forma aproximada, à realidade da região metropolitana. Essa transferibilidade é reforçada pela

recorrência dos mesmos padrões ao longo de quase uma década de coletas.

Cabe, por fim, registrar que as respostas estão sujeitas a vieses de mensuração próprios do autorrelato — notadamente o viés de memória (*recall bias*) e o viés de desejabilidade social (*social desirability bias*) —, inerentes a qualquer instrumento de autorrelato em pesquisas quantitativas. Tais vieses não comprometem a direção dos padrões de violência identificados, mas devem ser considerados na leitura dos valores absolutos e percentuais.

SOBRE OS NÚMEROS PEQUENOS

O grupo de pessoas trans e travestis (n = 25) é estatisticamente pequeno, e os recortes internos — pessoas trans (21) e travestis (4) — ainda mais. Bases reduzidas implicam grande variabilidade amostral e estimativas instáveis: pequenas variações em número absoluto deslocam fortemente os percentuais. Por isso, os valores relativos a esse grupo devem ser lidos como indicativos de tendência ou como dados de natureza qualitativa, e não como estimativas de precisão estatística. Sempre que útil, os valores absolutos acompanham os percentuais. Sua força interpretativa vem menos da magnitude exata e mais da consistência da direção que apontam, convergente com a literatura nacional sobre a vulnerabilidade dessa população e com o conjunto dos dados coletados ao longo da última década.

1. DETALHAMENTO DA AMOSTRA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO

Antes de passar à apresentação dos dados, convém ressaltar que dos 400 questionários aplicados foram considerados 320 para este relatório.

Os dados a seguir referem-se ao conjunto LGBTQIA+ entrevistado que se declarou inequivocamente como homossexual cisgênero (274 pessoas, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, assexuais e demissexuais) ou pessoa não cisgênero (46 pessoas trans, travestis e não binárias). Foram excluídas da análise as respostas de pessoas heterossexuais cisgêneras (30 pessoas) e as respostas sem informação suficiente para classificação (50 pessoas).

Os dados apresentados a seguir oferecem o mosaico demográfico, socioeconômico e político sobre o qual se assentam as análises deste relatório.

IDENTIDADE DE GÊNERO

A maioria das pessoas da amostra é cisgênera com orientação sexual dissidente (85,6%). As identidades não cisgêneras somam cerca de 14%: 6,6% declararam-se não binárias, 6,6% pessoas trans e 1,2% travestis. A categoria inespecífica "outra" identidade de gênero foi desconsiderada da análise.

Identidade de gênero	% da amostra (n=320)
Cisgênera	85,6%
Não binária	6,6%
Trans	6,6%
Travesti	1,2%

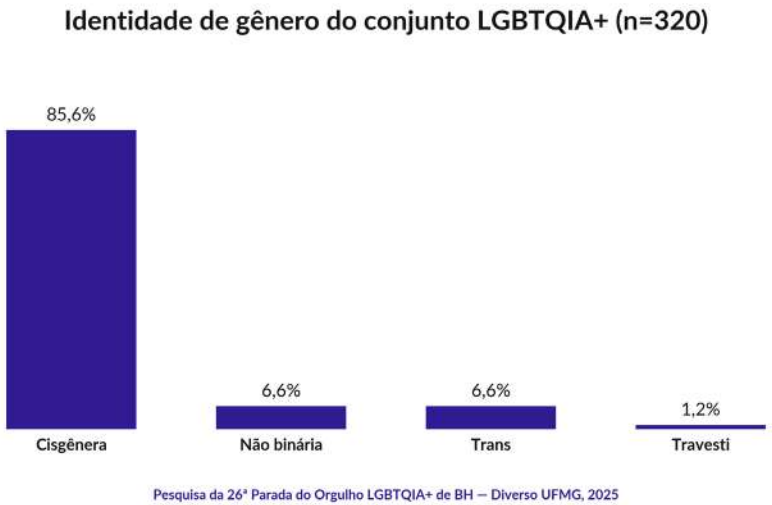


Gráfico 1

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Entre as orientações sexuais declaradas, predomina a identificação como gay (46,2%), seguida de bissexual (25,6%), lésbica (17,8%) e pansexual (6,2%). As demais orientações — assexual e demissexual — aparecem com menos frequência. Uma fração reduzida do conjunto considerado declarou-se heterossexual (1,6%) ou não informou a orientação (0,6%): são pessoas trans, travestis ou não binárias que se identificam como heterossexuais.

Orientação sexual	**% da amostra (n=320)**
Gay	46,2%
Bissexual	25,6%
Lésbica	17,8%
Pansexual	6,2%
Assexual / Demissexual	1,6%
Heterossexual / não informada	2,2%

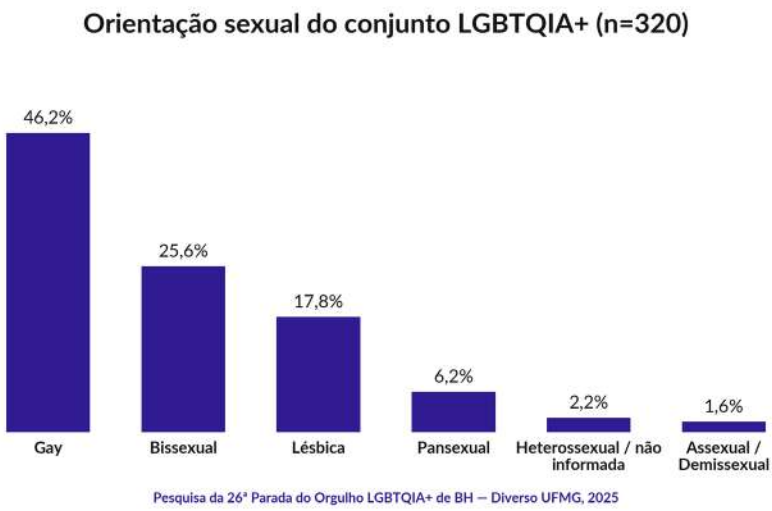


Gráfico 2

RAÇA E COR

A maioria das pessoas entrevistadas é negra: somadas, pessoas pardas (36,9%) e pretas (21,9%) representam 58,8% do conjunto. Pessoas brancas correspondem a 39,1%, e os demais grupos — amarelas, indígenas e quem preferiu não declarar — a cerca de 2%.

Raça e cor	% da amostra (n=320)
Parda	36,9%
Branca	39,1%
Preta	21,9%
Amarela / Indígena / Não declarada	2,2%

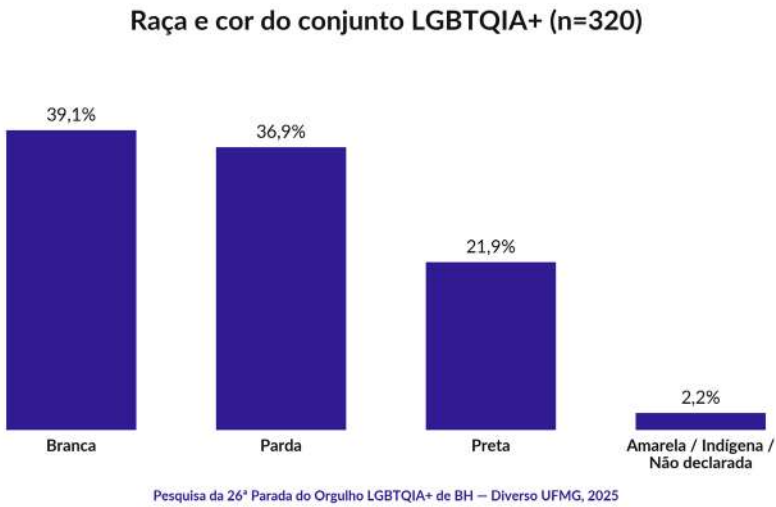


Gráfico 3

FAIXA ETÁRIA

O público é majoritariamente jovem: 62,8% têm entre 18 e 30 anos, com concentração na faixa de 18 a 24 anos (31,9%), seguida da faixa de 25 a 30 anos (30,9%). A idade média é de aproximadamente 29 anos e a mediana, de 27. Pessoas com mais de 40 anos somam 12,5% do conjunto, e adolescentes de até 17 anos, 3,4%.

Faixa etária	% da amostra (n=320)
Até 17 anos	3,4%
18 a 24 anos	31,9%
25 a 30 anos	30,9%
31 a 40 anos	21,2%
41 a 50 anos	8,8%
51 anos ou mais	3,8%

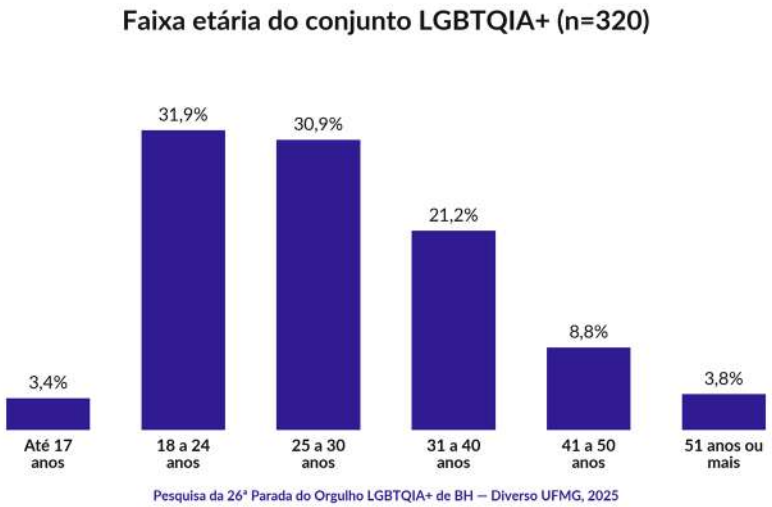


Gráfico 4

ESCOLARIDADE

A escolaridade é elevada: **62,5% das pessoas entrevistadas têm ao menos ensino superior incompleto**, sendo 28,4% com superior completo e 15,9% com pós-graduação. O ensino médio completo é a faixa isolada mais frequente (29,4%). Níveis de escolaridade mais baixos — fundamental ou sem instrução formal — são residuais (cerca de 2%).

Escolaridade	% da amostra (n=320)
Médio completo	29,4%
Superior completo	28,4%
Superior incompleto	18,1%
Pós-graduação	15,9%
Médio incompleto	4,7%
Técnico	1,6%

Escolaridade	% da amostra (n=320)
Fundamental ou sem instrução	1,9%

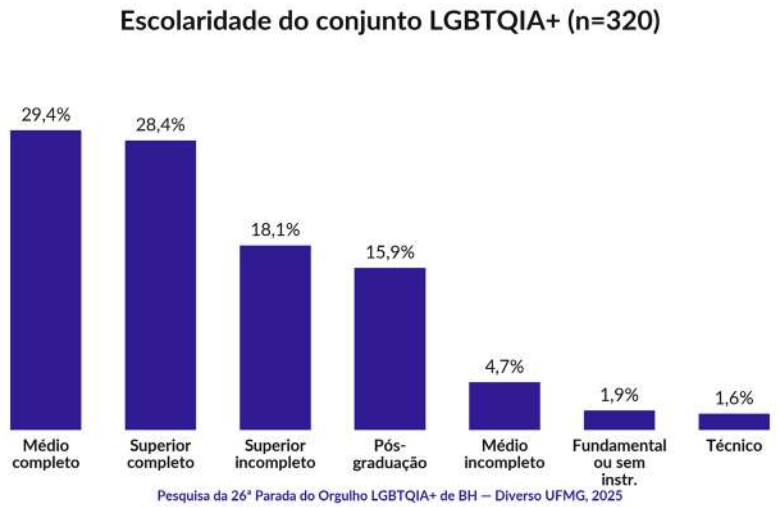


Gráfico 5

TRABALHO E RENDA

No campo ocupacional, predomina o trabalho assalariado com carteira (44,4%), seguido à distância por funcionários públicos (11,2%) e profissionais liberais (8,8%). O desemprego declarado é de 5,0%, e formas precárias de inserção observam as seguintes proporções: trabalho sem carteira (5,9%), conta própria regular (5,3%) ou temporária (2,2%).

Quanto à renda familiar, quase metade do conjunto (47,7%) vive sem renda ou com até três salários mínimos, ao passo que 12,4% têm renda familiar acima de sete salários mínimos.

Renda familiar	% da amostra (n=320)
Não possui renda	1,2%

Renda familiar	% da amostra (n=320)
Até 1 salário mínimo	10,9%
Entre 1 e 3 salários mínimos	35,6%
Entre 3 e 5 salários mínimos	26,6%
Entre 5 e 7 salários mínimos	10,9%
Acima de 7 salários mínimos	12,5%

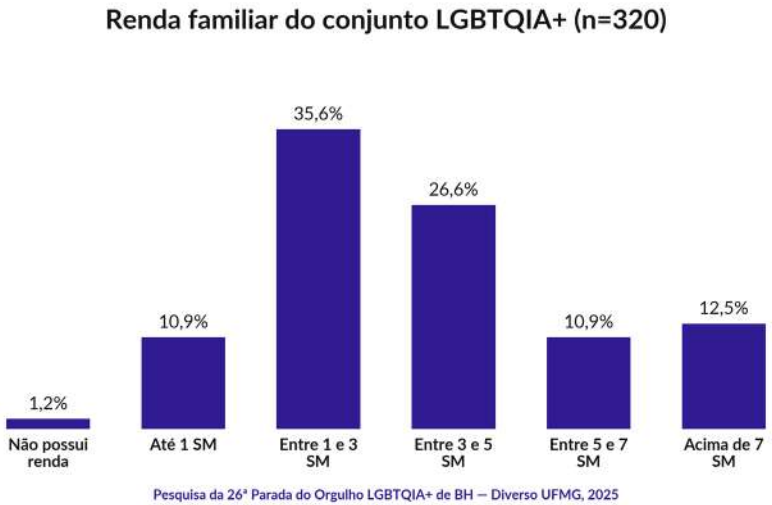


Gráfico 6

ORIGEM DOS PARTICIPANTES

O público é predominantemente local: 96,9% residem em Minas Gerais. Destes, 60,9% moram na capital, 21,9% em outros municípios da região metropolitana — sobretudo Contagem, Betim, Ibirité, Sabará e Santa Luzia — e 14,1% no interior do Estado. Apenas 3,1% vêm de outros Estados. O dado confirma a vocação da Parada como evento de alcance metropolitano e regional.

PERFIL POLÍTICO

O conjunto é politicamente engajado: 90,0% (288 pessoas) afirmam que costumam votar em candidatos(as) LGBTQIA+ e 95,0% (304 pessoas) que costumam votar em candidatos(as) que defendem pautas LGBTQIA+. Por outro lado, apenas 48,1% se sentem representados(as) pela classe política e 17,5% participam de algum movimento social organizado.

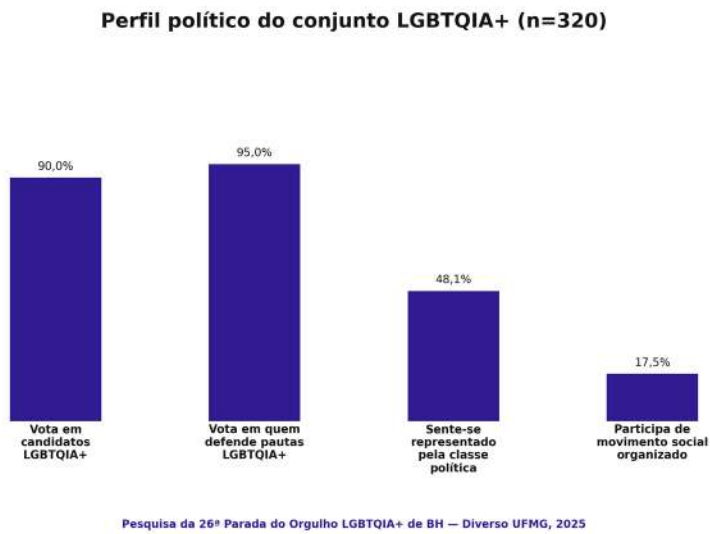


Gráfico 7

PERFIL RELIGIOSO

No campo religioso, a marca mais expressiva do público participante é a ausência de religião: 31,9% declararam não possuir religião, seguidas por pessoas católicas (19,7%), agnósticas (12,2%) e ateias (10,9%). Religiões de matriz africana (7,8%) e evangélicas (7,2%) vêm em seguida, traço que diferencia esse público do perfil religioso geral da população brasileira.

Esse cenário de forte secularização individual contrasta frontalmente com o perfil religioso de suas famílias de origem.

Enquanto a desvinculação religiosa (somando-se pessoas sem religião, agnósticas e ateias) alcança 55,0% dos(as) respondentes, no núcleo familiar essa proporção despenca para residuais 3,8%.

Por outro lado, **a tradição cristã domina o ambiente de criação de forma esmagadora: juntas, as matrizes católica (61,6%) e evangélica (27,2%) representam 88,8% das famílias da amostra**. Entre os indivíduos LGBTQIA+, no entanto, a adesão a essas mesmas religiões cai para apenas 26,9%. Os dados evidenciam, portanto, um movimento nítido de ruptura e descolamento em relação ao ambiente familiar, abrindo espaço para a secularidade e, em menor escala, para uma maior busca por religiões de matriz africana, que saltam de 2,2% nas famílias para 7,8% entre os(as) respondentes.

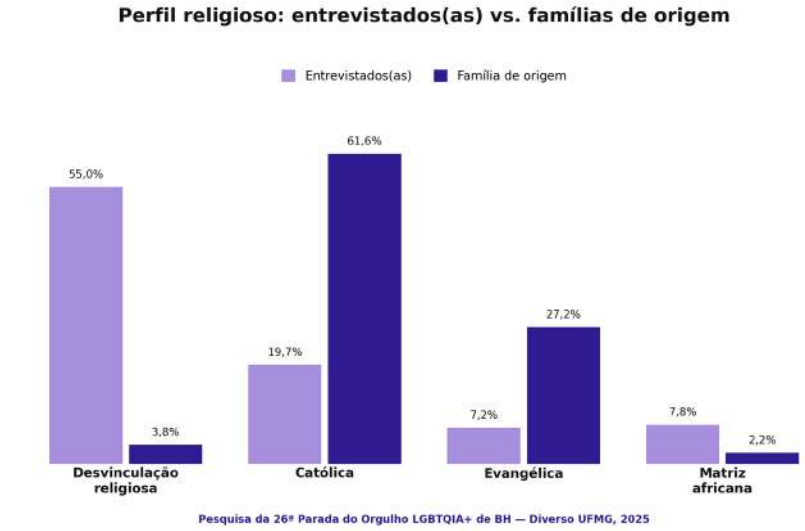


Gráfico 8

2. HOMOFOBIA *VS*. TRANSFOBIA: AS PECULIARIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE PESSOAS LGB+ E PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Esta segunda parte compara os grupos pessoas LGB+ e pessoas trans e travestis.

A análise comparativa desta seção considerou em separado os(as) respondentes cisgêneros(as) não heterossexuais (274 pessoas LGB+) e os(as) respondentes trans e travestis a despeito da orientação sexual (25 pessoas trans e travestis). As 21 pessoas não binárias foram analisadas em separado, ao final.

A **homofobia** e a **transfobia** são tomadas em chave geral, incluindo, de um lado, a lesbofobia, a bifobia e as demais discriminações por orientação sexual e, de outro, a travestifobia e as discriminações de pessoas transmasculinas e das pessoas transfemininas.

Na média geral do conjunto LGBTQIA+ (pessoas cisgêneras não heterossexuais, trans e travesti, e não binárias), 52,81% declararam já ter sofrido violência por LGBTfobia, e 35,94% declararam já ter presenciado esse tipo de violência.

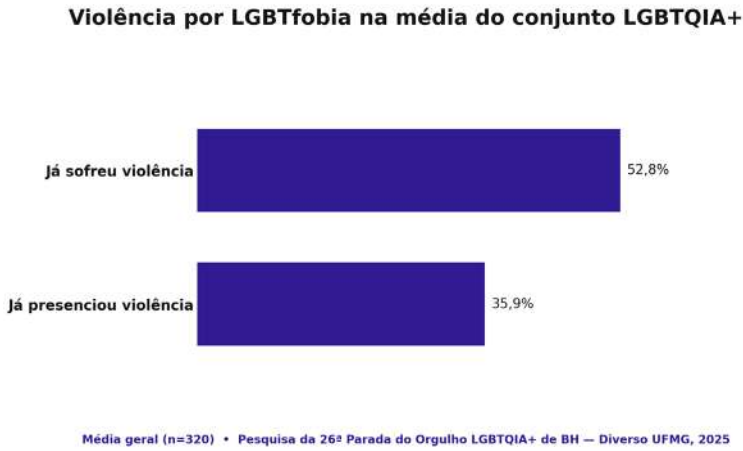


Gráfico 9

O que se mostra a seguir é como essa média geral esconde realidades muito distintas sobre as violências de motivação homofóbica das violências de motivação transfóbica — e, ao final desta seção, as peculiaridades da violência sofrida por pessoas não binárias.

PERFIL DOS GRUPOS LGB+ E TRANS/TRAVESTI

Os grupos LGB+ e trans/travesti analisados compartilham traços demográficos, como predominância de pessoas mais jovens e de pessoas negras, mas se distanciam em escolaridade e renda.

Os dois grupos são majoritariamente negros na amostra — **59,5% das pessoas LGB+ e 60,0% das trans e travestis se declararam pardas ou pretas** — e têm desemprego declarado baixo em ambos (4,7% e 4,0%). A semelhança, porém, termina aí. A vulnerabilidade econômica e educacional é nitidamente mais acentuada entre pessoas trans e travestis. No plano educacional, enquanto 64,2% das pessoas LGB+ têm ao menos ensino superior incompleto, entre as pessoas trans e travestis essa proporção cai para 48,0% — e a diferença é ainda maior no topo da escala, já que 16,8% das pessoas LGB+ concluíram pós-graduação, contra apenas 8,0% das trans e travestis. No plano da renda, **apenas 40,0% das pessoas trans e travestis têm renda familiar acima de três salários mínimos, contra 54,4% das pessoas LGB+.** No topo da escala, a distância se amplia: 13,5% das pessoas LGB+ têm renda familiar acima de sete salários-mínimos, faixa que abrange somente 4,0% das pessoas trans e travestis. Some-se a isso o fato de o grupo trans e travesti ser, em média, mais velho (32,4 anos contra 29,3), o que torna a menor escolaridade ainda mais expressiva.

Indicador de perfil	LGB+	Trans/travestis
Idade média	29,3 anos	32,4 anos
Pessoas negras (parda + preta)	59,5%	60,0%
Ensino superior incompleto ou mais	64,2%	48,0%
Renda familiar acima de 3 SM	54,4%	40,0%
Desemprego declarado	4,7%	4,0%

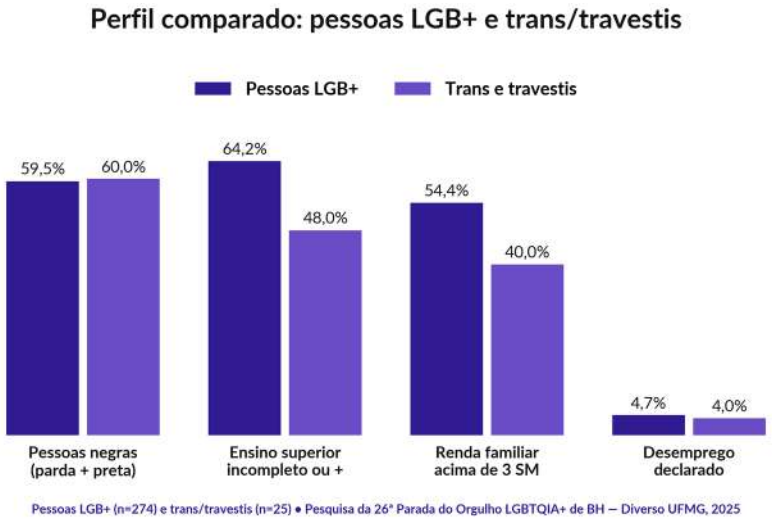


Gráfico 10

QUAL É O TAMANHO DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA VIVIDA POR CADA GRUPO?

Os números revelam uma diferença expressiva, de cerca de 17 pontos percentuais, na violência diretamente sofrida por cada grupo. Entre as pessoas LGB+, 51,1% já sofreram violência por LGBTfobia diretamente, índice que sobe para 65,7% quando se incluem as violências presenciadas. Entre as pessoas trans e travestis, a prevalência de violência sofrida diretamente já é bem maior — 68,0% — e alcança 80,0% somadas as experiências presenciadas. No interior desse grupo, **a totalidade das travestis da amostra (100%) já sofreu ou presenciou violência** — dado que, ainda que apoiado em base numérica pequena, é coerente com o histórico da pesquisa e com os indicadores nacionais de letalidade dessa população.

Grupo	Já vivenciou violência por LGBTfobia
Pessoas LGB+ (sofreram diretamente)	51,1%
Pessoas LGB+ (sofreram ou presenciaram)	65,7%
Pessoas trans e travestis (sofreram diretamente)	68,0%
Pessoas trans e travestis (sofreram ou presenciaram)	80,0%

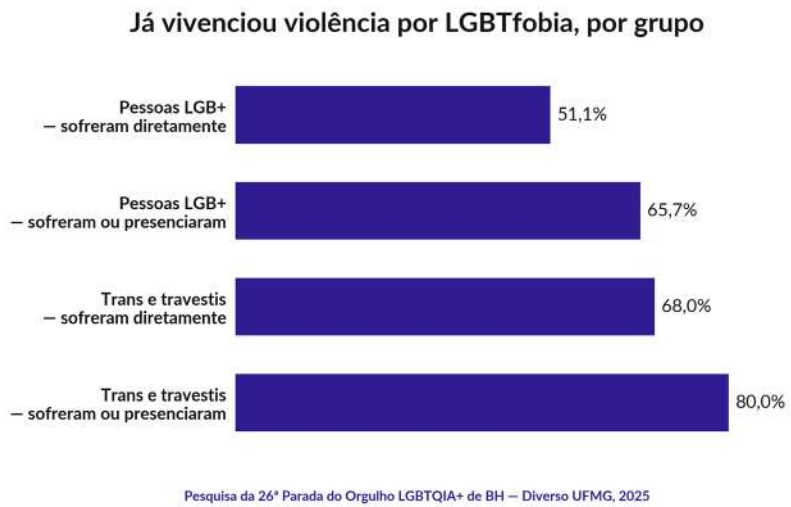


Gráfico 11

COMO A VIOLÊNCIA ACONTECE PARA CADA GRUPO CONFORME O LUGAR

É no tipo e no espaço onde ocorre a violência LGBTfóbica que os dois grupos mais se distinguem.

Para as pessoas LGB+, os lugares de maior incidência de violência são as **vias públicas** (69,3%), a **escola** (57,9%) e a **família** (57,9%), seguidas a distância pelo **trabalho** (30,7%), pelos **órgãos de governo** (28,6%), pela **polícia** (29,3%) e pelos **serviços de saúde** (17,1%) e pela **universidade** (15,0%).

Para as pessoas trans e travestis, as **vias públicas** também lideram como espaço de maior incidência de violência (82,4%), mas a **escola** e a **família** empatam em segundo (58,8% cada) e em terceiro o **trabalho** (47,1%). Os espaços institucionais e de saúde lhes são muito mais violentos: **órgãos de governo** e **serviços de saúde** (41,2% cada) aparecem com incidência bem superior à observada entre as pessoas LGB+ — sinal de que a violência transfóbica se manifesta de forma mais aguda também nos serviços e nas instituições.

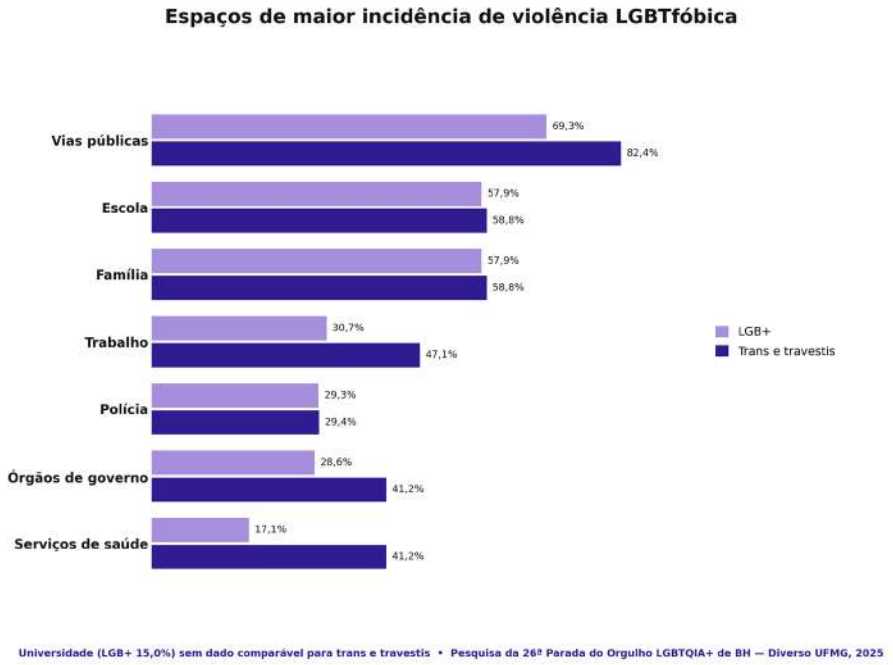


Gráfico 12

TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA

Se extrairmos todas as menções de violência direta sofrida em qualquer um dos espaços, chegamos ao total acumulado de vítimas de cada grupo: 140 pessoas LGB+ e 17 pessoas trans e travestis.

A **violência verbal** (ofensas e xingamentos) desponta como a agressão mais recorrente em ambos os grupos, atingindo 84,3% das pessoas LGB+ (n = 140) e 88,2% das pessoas trans e travestis (n = 17), estabelecendo uma diferença de +3,9 pontos percentuais entre os grupos. A **violência psicológica** (invalidação da identidade, tratamento desigual, constrangimentos) registra o maior abismo comparativo de toda a série, afetando 58,6% do público LGB+ e empatando no topo absoluto com os mesmos 88,2% dentro do grupo de pessoas trans e travestis, o que representa um salto expressivo de +29,6 pontos percentuais. No que diz respeito aos registros de **ameaça**, o indicador é de 32,1% para a população LGB+ e avança para 58,8% entre pessoas trans e travestis, gerando uma diferença de +26,7 pontos percentuais. Por sua vez, a **violência física** acometeu 37,1% das pessoas LGB+ em comparação a 52,9% do grupo não cisgênero, acumulando uma variação de +15,8 pontos percentuais. Por fim, a **violência sexual** escancara a vulnerabilidade acentuada à qual corpos trans e travestis estão submetidos: enquanto a modalidade atinge 12,1% das pessoas LGB+, ela mais do que dobra e alcança 29,4% entre as pessoas trans e travestis, consolidando uma diferença de +17,3 pontos percentuais que evidencia como a transfobia estrutural opera por meio de mecanismos severos de violação física e sexualizada.

Tipo de violência (em geral)	LGB+ (n=140)	Trans/travestis (n=17)
Verbal	84,3%	88,2%
Psicológica	58,6%	88,2%
Ameaça	32,1%	58,8%

Tipo de violência (em geral)	LGB+ (n=140)	Trans/travestis (n=17)
Física	37,1%	52,9%
Sexual	12,1%	29,4%

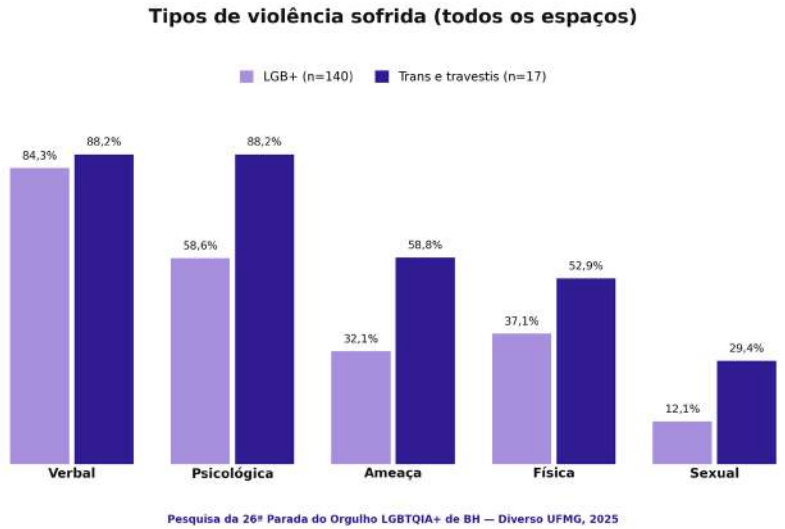


Gráfico 13

A RUA

As vias públicas (ruas, praças, parques) compõem o espaço de maior incidência de violência para ambos os grupos.

Achado central: a rua é hostil para LGB+, mas altamente perigosa para trans e travestis

Para as pessoas LGB+, a rua agride sobretudo pela palavra: a violência verbal atinge 71,1% das vítimas LGB+, frente a 78,6% entre trans e travestis.

Para pessoas trans e travestis, porém, a rua ameaça o corpo em patamares muito superiores: a ameaça é relatada por 57,1% (contra 17,5% das pessoas LGB+), a violência física por 35,7% (contra 21,6%) e a violência sexual por 28,6% (contra 6,2%) — esta última mais de

quatro vezes mais frequente. A transfobia mobiliza formas de violência letal e sexualizada que exigem políticas de proteção qualitativamente distintas das voltadas ao enfrentamento da homofobia em chave geral.

Tipo de violência nas vias públicas	LGB+ (n=97)	Trans/travestis (n=14)
Verbal	71,1%	78,6%
Psicológica	25,8%	50,0%
Ameaça	17,5%	57,1%
Física	21,6%	35,7%
Sexual	6,2%	28,6%

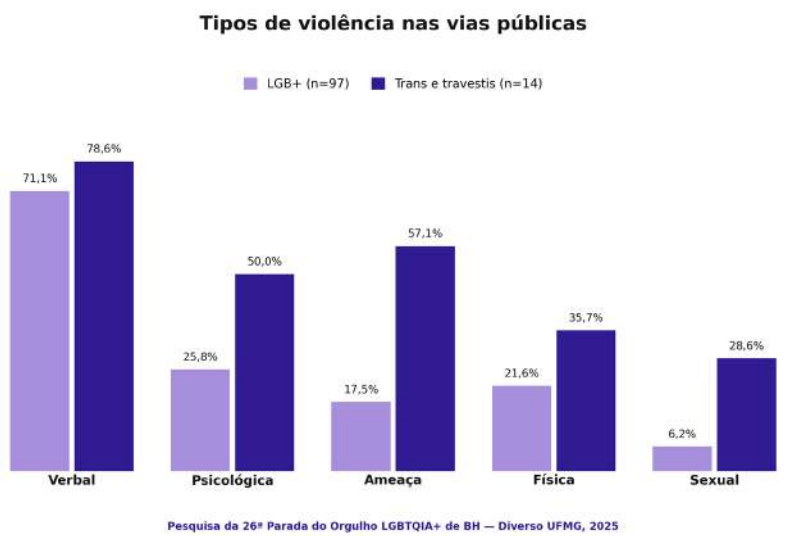


Gráfico 14

A CASA

O mesmo agravamento se repete no ambiente familiar.

Também ali a violência verbal é a mais comum nos dois grupos, mas mais intensa entre trans e travestis (90,0% contra 70,4% das

pessoas LGB+), e o distanciamento reaparece nas formas mais severas: violência psicológica (70,0% contra 58,0%), física (30,0% contra 18,5%) e sexual (20,0% contra 4,9%) — esta última, novamente, cerca de quatro vezes mais frequente entre pessoas trans e travestis.

Tipo de violência na casa (ambiente familiar)	LGB+ (n=81)	Trans/travestis (n=10)
Verbal	70,4%	90,0%
Psicológica	58,0%	70,0%
Ameaça	17,3%	30,0%
Física	18,5%	30,0%
Sexual	4,9%	20,0%

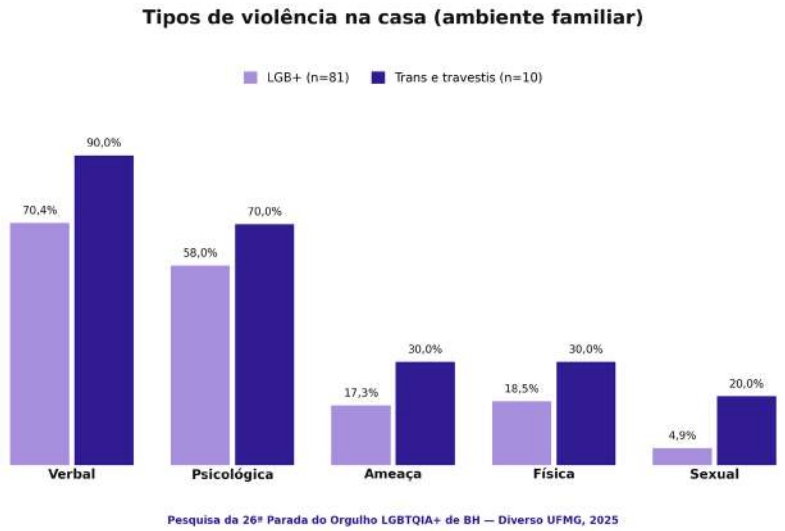


Gráfico 15

A ESCOLA

No ambiente escolar, a violência verbal consolida-se como a manifestação mais recorrente para os dois grupos, apresentando-se de

forma absoluta e muito mais intensa entre pessoas trans e travestis (100,0% contra 74,1% das pessoas LGB+). O descompasso de vulnerabilidade persiste nas demais linhas de corte: a violência psicológica afeta 70,0% das vítimas trans e travestis frente a 38,3% do público LGB+, ao passo que a ameaça atinge 30,0% do grupo não cisgênero em comparação a 17,3% das pessoas LGB+. Por sua vez, a violência física alcança metade da amostra trans e travesti (50,0%) contra 19,8% do grupo LGB+. O contraste mais drástico, contudo, reside na violência sexual, que atinge 2,5% das pessoas LGB+, mas dispara para 20,0% entre as pessoas trans e travestis — revelando-se cerca de oito vezes mais frequente neste ambiente.

Tipo de violência na escola	LGB+ (n=81)	Trans/travestis (n=10)
Verbal	74,1%	100,0%
Psicológica	38,3%	70,0%
Ameaça	17,3%	30,0%
Física	19,8%	50,0%
Sexual	2,5%	20,0%

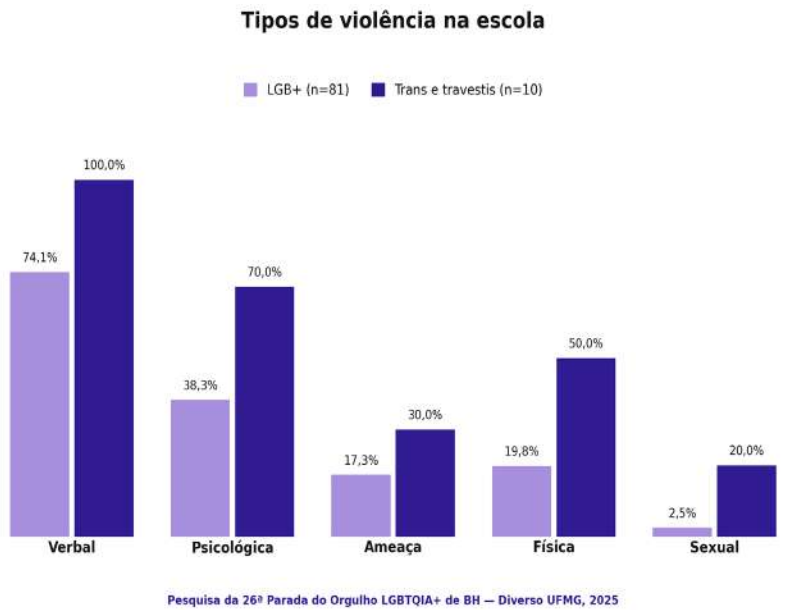


Gráfico 16

O TRABALHO

No ambiente de trabalho, a violência verbal permanece como a manifestação mais habitual nos dois segmentos, sobressaindo-se com maior intensidade entre as pessoas trans e travestis (75,0% contra 60,5% das pessoas LGB+). A violência psicológica apresenta uma convergência de alta incidência, afetando 62,5% das vítimas trans e travestis e 60,5% das pessoas LGB+. No entanto, as diferenças significativas reaparecem nas violências corporais e ameaças: os relatos de ameaça afetam apenas 2,3% das pessoas LGB+, mas disparam para 37,5% no grupo não cisgênero; a violência física acomete um quarto do público trans e travesti (25,0%) contra somente 4,7% do grupo LGB+; e a violência sexual pontua 12,5% entre os respondentes transmasculinos e transfemininos em comparação a 2,3% das pessoas LGB+ — registrando uma frequência muito superior no ambiente de trabalho.

Tipo de violência no ambiente de trabalho	LGB+ (n=43)	Trans/travestis (n=8)
Verbal	60,5%	75,0%
Psicológica	60,5%	62,5%
Ameaça	2,3%	37,5%
Física	4,7%	25,0%
Sexual	2,3%	12,5%

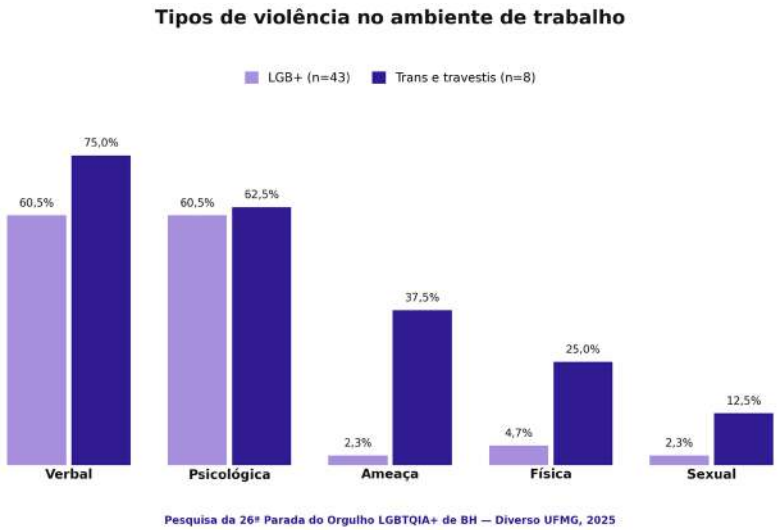


Gráfico 17

OS ÓRGÃOS DE GOVERNO

No ambiente institucional de repartições e serviços públicos, ocorre uma inversão relevante: a violência verbal deixa de liderar entre as pessoas trans e travestis, registrando 28,6% contra 62,5% das pessoas LGB+. Em seu lugar, a violência psicológica desponta como a mais violenta e recorrente agressão contra o grupo não cisgênero, atingindo 85,7% das vítimas em comparação a 62,5% do público LGB+, evidenciando o caráter burocrático e velado da transfobia institucional. Os atos de ameaça são mais frequentes no espectro LGB+ (37,5%) do que entre as pessoas trans (14,3%), ao passo que o distanciamento se expressa de forma moderada na violência física (28,6% entre trans e travestis contra 20,0% no grupo LGB+). Já a ocorrência de violência sexual se assemelha entre os dois grupos, afetando 14,3% das pessoas trans e travestis e 17,5% das pessoas LGB+.

Tipo de violência em órgãos de governo	LGB+ (n=40)	Trans/travestis (n=7)
Verbal	62,5%	28,6%
Psicológica	62,5%	85,7%
Ameaça	37,5%	14,3%
Física	20,0%	28,6%
Sexual	17,5%	14,3%

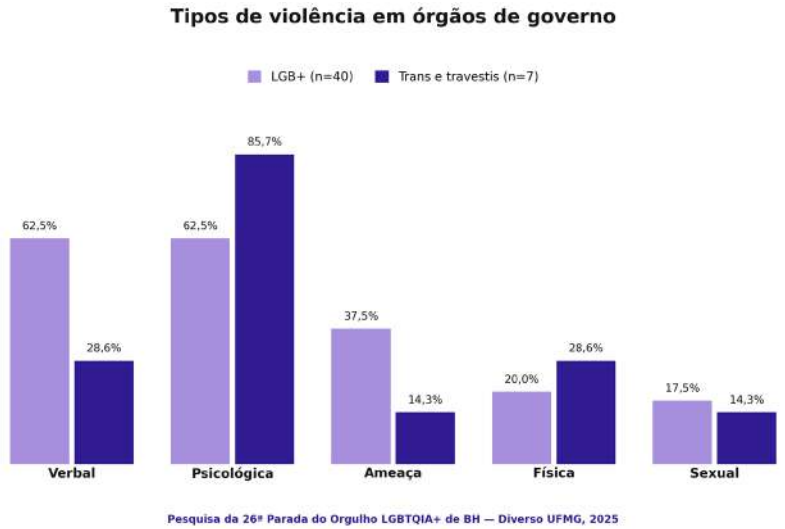


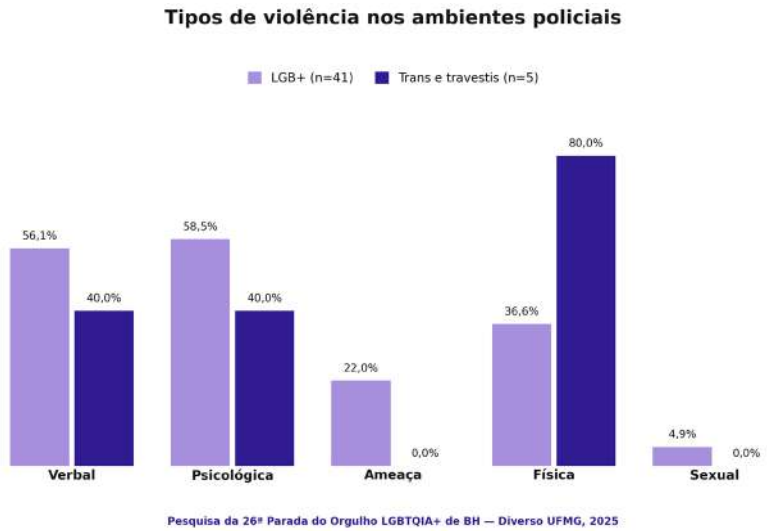
Gráfico 18

A POLÍCIA

No ambiente policial, que compreende delegacias, atendimentos e abordagens de segurança pública, o padrão tradicional de violências sofre uma alteração dramática: a violência física assume o topo absoluto entre as pessoas trans e travestis, vitimando 80,0% do grupo em comparação a 36,6% das pessoas LGB+ — uma incidência mais que duas vezes superior que ilustra a violência comissiva e o uso desmedido da força do aparato estatal. Em contrapartida, as queixas de violência

verbal (40,0% entre trans contra 56,1% de LGB+) e de violência psicológica (40,0% contra 58,5% das pessoas LGB+) apresentam taxas proporcionalmente menores para o grupo não cisgênero neste espaço. Por fim, os registros de ameaça afetaram 22,0% das pessoas LGB+, enquanto a violência sexual acometeu 4,9% delas; ambas as categorias zeraram (0,0%) nos relatos das pessoas trans e travestis no contato com as forças de segurança.

Tipo de violência nos ambientes policiais	LGB+ (n=41)	Trans/travestis (n=5)
Verbal	56,1%	40,0%
Psicológica	58,5%	40,0%
Ameaça	22,0%	0,0%
Física	36,6%	80,0%
Sexual	4,9%	0,0%



OS SERVIÇOS DE SAÚDE

Nos serviços de saúde, tais como hospitais, consultórios e postos de atendimento, a violência verbal e a violência psicológica caminham emparelhadas na liderança do grupo trans e travesti, vitimando igualmente 71,4% dos respondentes — índices consideravelmente superiores aos apurados entre as pessoas LGB+ (54,2% de teor verbal e 41,7% de caráter psicológico). A violência física é um pouco mais frequente entre as pessoas trans e travestis (14,3% contra 12,5% das pessoas LGB+). No que tange à ameaça, a incidência afeta 28,6% das pessoas trans e travestis em comparação a 20,8% do público LGB+, enquanto o indicador de violência sexual é mais acentuado na população não cisgênero, marcando 14,3% contra 4,2% verificado entre as pessoas LGB+.

Tipo de violência nos serviços de saúde	LGB+ (n=24)	Trans/travestis (n=7)
Verbal	54,2%	71,4%
Psicológica	41,7%	71,4%
Ameaça	20,8%	28,6%
Física	12,5%	14,3%
Sexual	4,2%	14,3%

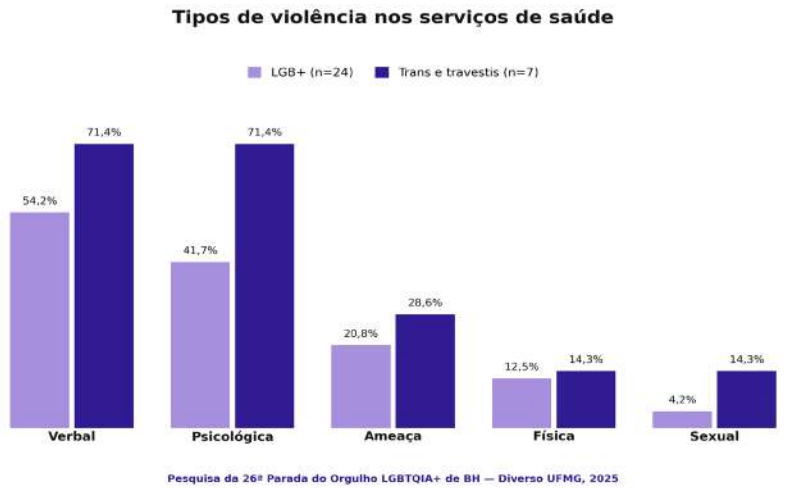
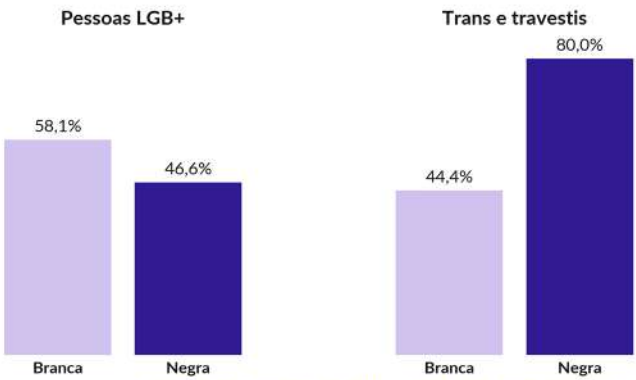


Gráfico 20

O PESO DA RAÇA

Entre pessoas trans e travestis, o marcador racial é inequívoco: 80% das pessoas negras do grupo relataram já ter sofrido violência, contra 44,4% das brancas — coerente com os dados nacionais que apontam a sobreposição de racismo e transfobia como vetor de violência. Entre as pessoas LGB+, curiosamente, a prevalência relatada foi maior entre pessoas brancas (58,1%) do que entre pardas (46,5%) e pretas (46,9%). Esse resultado contraintuitivo provavelmente reflete diferenças no reconhecimento e na nomeação da violência, e não na menor exposição real das pessoas negras — um ponto que merece aprofundamento qualitativo.

O peso da raça na violência sofrida



Pesquisa da 26ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de BH — Diverso UFMG, 2025

O SENTIMENTO DE ACEITAÇÃO OU ACOLHIMENTO NOS DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS

O padrão é inequívoco: em todos os sete espaços analisados, o acolhimento percebido pelas pessoas trans e travestis é menor que o das pessoas LGB+. As maiores distâncias estão justamente nos espaços que deveriam proteger. Na escola, o acolhimento positivo despenca de 64,5% entre pessoas LGB+ para apenas 30,4% entre trans e travestis — menos da metade, a maior diferença de toda a série. Na saúde, cai de

85,9% para 60,0%, uma queda de quase 26 pontos, ainda que a saúde seja, como se verá, a principal demanda do grupo trans. Diferenças relevantes também aparecem na família (76,1% contra 64,0%) e no trabalho (81,6% contra 70,8%). Já no governo (43,1% contra 32,0%) e na polícia (37,1% contra 32,0%), os dois grupos convergem para baixo: o aparato estatalé um dos espaços de menor acolhimento para todas as pessoas LGBTQIA+, independentemente do recorte.

Vale chamar atenção para os espaços onde a maioria dos(as) respondentes de cada grupo não se sente acolhida ou aceita: para pessoas trans e travestis, a escola (69,6%), órgãos de governo (68%) e a polícia (68%); para pessoas LGB+, órgãos de governo (56,9%) e a polícia (62,9%).

O caso da escola merece destaque porque conversa diretamente com o perfil traçado na primeira seção: o ambiente que deveria formar e proteger configura-se, para os corpos dissidentes de gênero, como o primeiro grande espaço de expulsão — o que ajuda a explicar a menor escolaridade observada entre pessoas trans e travestis.

Além disso, vale notar um paradoxo que percorre todos os dados: os espaços institucionais — escola, órgãos de governo e polícia — são justamente aqueles que carregam a obrigação constitucional e legal de atuar de modo não discriminatório e dos quais a população depende para acessar direitos básicos. Ainda assim, são eles que concentram os menores índices de acolhimento, sobretudo para pessoas trans e travestis. A omissão ou a hostilidade do aparato estatal não é, portanto, uma falha pontual, mas a face mais visível de uma desproteção estrutural.

Acolhimento positivo, por espaço	**LGB+**	**Trans/travestis**
Saúde	85,9%	60,0%
Universidade	82,6%	71,4%
Trabalho	81,6%	70,8%
Família	76,1%	64,0%

Acolhimento positivo, por espaço	LGB+	Trans/travestis
Escola	64,5%	30,4%
Governo	43,1%	32,0%
Polícia	37,1%	32,0%

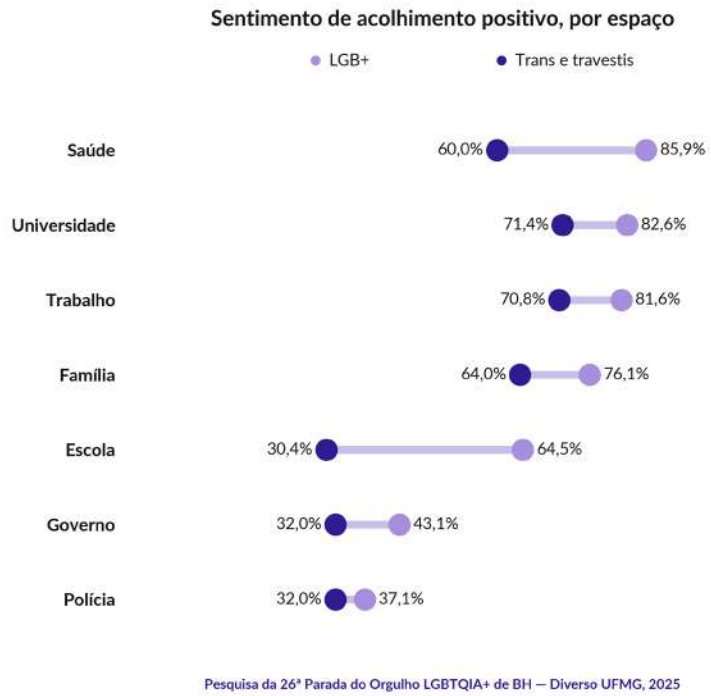


Gráfico 22

DEMANDAS E PRIORIDADES POLÍTICAS DOS GRUPOS: SEGURANÇA *VS.* SAÚDE

A divergência de prioridades políticas é eloquente e aparece logo na demanda apontada como principal por cada grupo. Para as pessoas LGB+, a segurança é a prioridade isolada e disparada (49,3%), mais do que o dobro da segunda demanda (conscientização e visibilidade,

20,8%); a saúde aparece distante, com apenas 10,2%. Entre as pessoas trans e travestis, a hierarquia se inverte: a saúde lidera (28,0%), seguida de perto pela segurança (24,0%), e ganham peso demandas que entre as pessoas LGB+ são marginais — o trabalho, por exemplo, é citado por 16,0% das pessoas trans e travestis, contra apenas 6,2% das LGB+. Essa inversão reflete necessidades materiais concretas, detalhadas na Parte 4.

Principal demanda apontada	LGB+	Trans/travestis
Segurança	49,3%	24,0%
Saúde	10,2%	28,0%
Conscientização e visibilidade	20,8%	16,0%
Trabalho	6,2%	16,0%
Educação	7,7%	12,0%

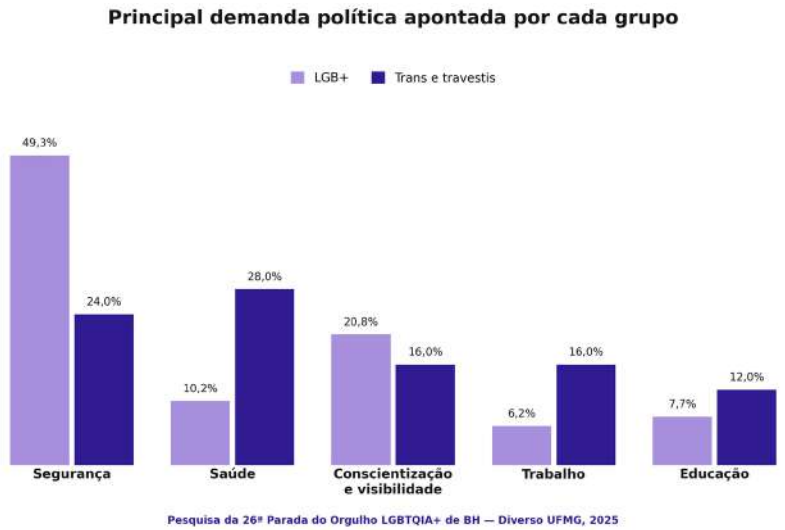


Gráfico 23

ACIONAMENTO POLICIAL EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

O contraste mais instrutivo, porém, está no acionamento policial. Entre quem sofreu violência, apenas 17,1% das pessoas LGB+ recorreram à polícia, contra 58,8% das pessoas trans e travestis — mais que o triplo. À primeira vista, isso sugeriria maior confiança institucional do segundo grupo. Mas o cruzamento com a percepção de acolhimento desmente a leitura: apenas 32,0% das pessoas trans e travestis sentem-se acolhidas pela polícia, índice um pouco mais baixo do que o das pessoas LGB+ (37,1%).

Maior acionamento da polícia, mas menor confiança entres pessoas trans e travestis

Pessoas trans e travestis acionam mais a polícia não porque confiam mais, mas porque sofrem violências mais graves e frequentes, que tornam o acionamento inevitável. Já entre as pessoas LGB+, a baixíssima taxa de acionamento (17,1%), somada à baixa percepção de acolhimento policial (37,1%), alimenta o ciclo de descrença que mantém a violência por LGBTfobia fora das estatísticas oficiais.

Grupo	Acionou a polícia
Pessoas LGB+	17,1%
Trans e travestis	58,8%

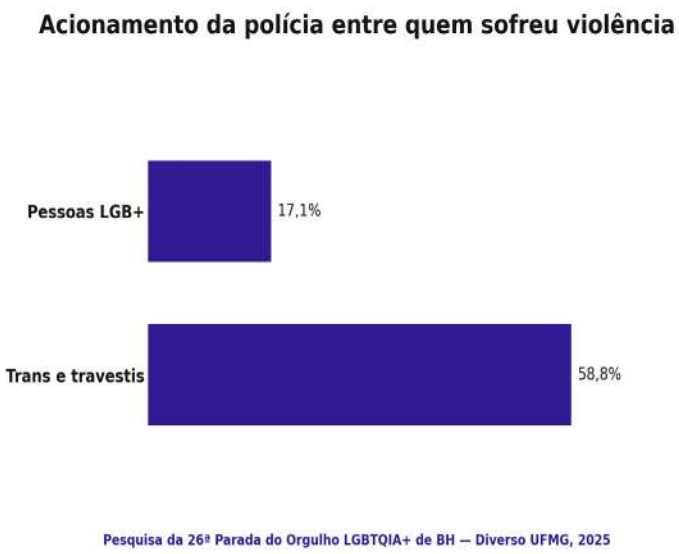


Gráfico 24

AS PESSOAS NÃO BINÁRIAS

Confrontados com os dois grupos desta parte, os dados das 21 pessoas não binárias as aproximam claramente do grupo LGB+, não do grupo trans e travesti. Sua prevalência de violência sofrida (57,1%) fica próxima da das pessoas LGB+ (51,1%) e bem distante da das trans e travestis (68,0%). Sobretudo, o **perfil da violência é distinto do que observamos no grupo trans**: nas vias públicas, predomina a violência verbal (80,0%) e a ameaça (30,0%), a violência física é relativamente baixa (10,0%) e **não houve qualquer relato de violência sexual** — contraste marcante com os 28,6% das pessoas trans e travestis. É um grupo, além disso, expressivamente mais jovem (idade média de 25 anos, contra 29 das LGB+ e 32 das trans e travestis).

Há, porém, uma exceção reveladora. No acolhimento pelo aparato estatal, as pessoas não binárias relatam a **menor aceitação de todos os grupos**: apenas 19,0% sentem-se acolhidas pelos órgãos de governo e 19,0% pela polícia, abaixo dos índices das pessoas LGB+

(43,1% e 37,1%) e até das trans e travestis (32,0% e 32,0%). O dado sugere que a invisibilidade institucional das identidades não binárias — frequentemente sem reconhecimento formal em documentos e sistemas de registro — produz um tipo particular de desamparo perante o Estado, ainda que sua exposição à violência interpessoal seja menor que a das pessoas trans e travestis. A principal demanda do grupo, coerente com o perfil LGB+, é a segurança (47,6%).

Indicador	Não binárias	LGB+	Trans e travestis
Prevalência de violência sofrida	57,1%	51,1%	68,0%
Acolhimento no governo	19,0%	43,1%	32,0%
Acolhimento pela polícia	19,0%	37,1%	32,0%
Principal demanda	Segurança (47,6%)	Segurança (49,3%)	Saúde (28,0%)

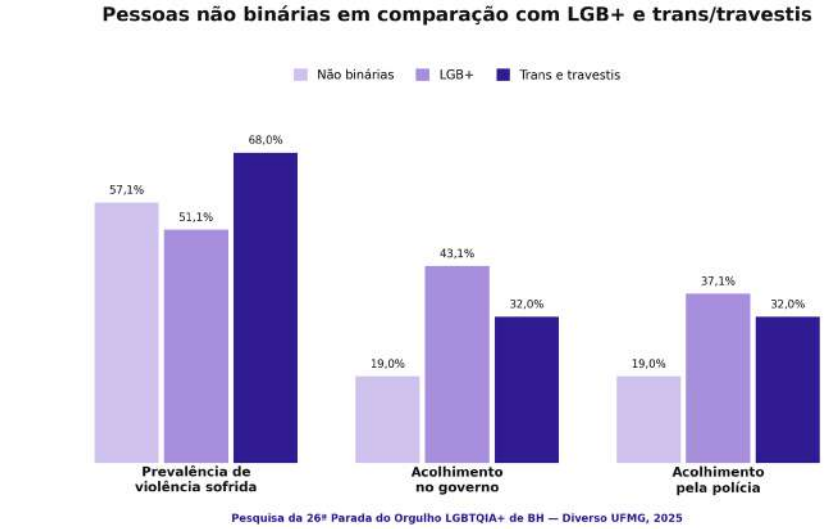


Gráfico 25

3. HOMOFOBIA: AS PECULIARIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE PESSOAS NÃO HETEROSSEXUAIS CISGÊNERAS

Esta terceira parte volta-se para o interior do grupo LGB+, pessoas cisgêneras de orientação sexual dissidente. A amostra desta seção é composta por 274 respondentes: 142 gays, 67 bissexuais, 53 lésbicas, 9 pansexuais e 3 pessoas assexuais ou demissexuais. O objetivo é mostrar que a experiência da violência por orientação sexual não é uniforme: ela varia de forma expressiva conforme a orientação sexual.

QUAL É O TAMANHO DA VIOLÊNCIA POR ORIENTAÇÃO SEXUAL

Na média do grupo LGB+, 51,1% das pessoas declararam já ter sofrido violência por LGBTfobia.



Gráfico 26

Esse número, porém, esconde um gradiente expressivo entre as orientações: as lésbicas são o subgrupo mais exposto (62,3%), seguidas dos gays (53,5%), das pessoas pansexuais (44,4%) e bissexuais (38,8%). O conjunto de assexuais e demissexuais (apenas 3 respondentes) deve

ser lido com cautela em razão do tamanho reduzido da amostra: 33,3% relataram ter sofrido violência LGBTfóbica.

Orientação sexual (n)	Já sofreu violência por LGBTfobia
Lésbica (53)	62,3%
Gay (142)	53,5%
Pansexual (9)	44,4%
Bissexual (67)	38,8%
Assexual/Demissexual (3)	33,3%

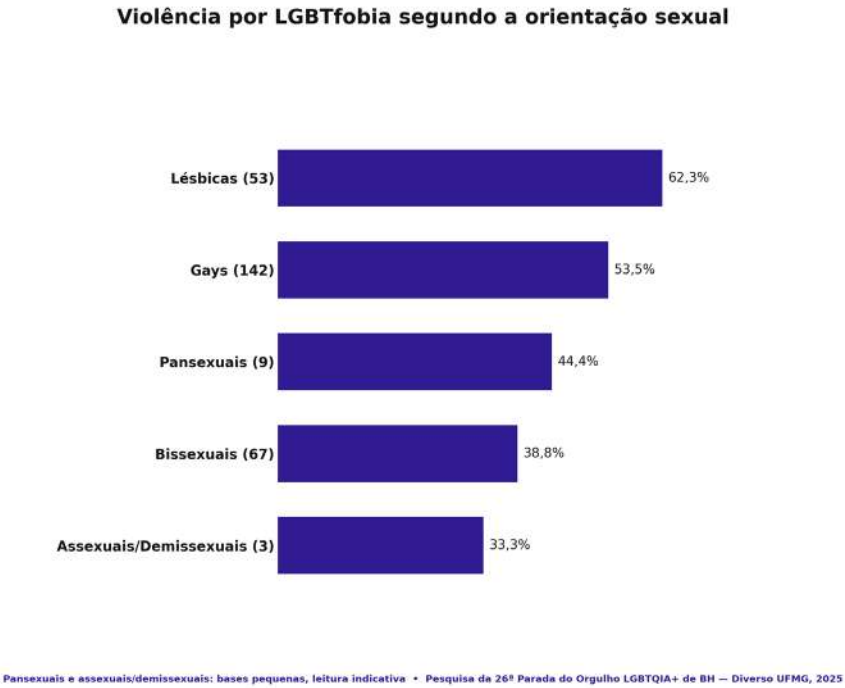


Gráfico 27

A maior incidência entre **lésbicas** dialoga com a literatura sobre a dupla exposição — de gênero e de orientação. Além da lesbofobia, elas enfrentam o sexismo que atravessa todos os espaços analisados.

Já a menor prevalência entre **bissexuais** não deve ser lida como menor exposição real: é provável que reflita o fenômeno da **invisibilidade bissexual**, em que a possibilidade de ser percebida como heterossexual reduz os episódios de violência explícita, ao custo de um apagamento identitário que o questionário não capta diretamente.

COMO A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA ACONTECE PARA CADA GRUPO CONFORME O LUGAR

É no espaço e no tipo da violência que a violência sofrida por diferentes orientações sexuais mais se distingue. Tomando o conjunto dos(as) respondentes de cada subgrupo que relataram ter sofrido violências homofóbicas, os espaços de maior incidência variam de modo revelador.

Para os **gays** (76 vítimas), a violência concentra-se nas **vias públicas (73,7%)** e na **escola (67,1%)**, seguidas da **família (47,4%).**

Entre as **lésbicas** (33 vítimas), as **vias públicas** e a **família** empatam como o espaço mais comum de violência **(60,6% cada)**, superando a **escola (45,5%)** — sinal de que o núcleo doméstico é, para elas, um espaço de risco tão relevante quanto a rua.

Para **bissexuais** (26 vítimas) ocorre uma inversão nítida: a **família** é disparadamente o principal lugar de violência **(84,6%)**, à frente das **vias públicas (65,4%)** e da **escola (53,8%)**.

Para **pansexuais** (4), as **vias públicas** lideram **(75,0%)**, seguida de **família**, **trabalho** e **órgãos de governo (50,0% cada)**.

Um único respondente **assexual/demissexual** relatou ter sofrido violências nas **vias públicas** e na própria **casa**.

O **ambiente de trabalho** agride mais pessoas **pansexuais (50,0%), bissexuais (46,2%) e lésbicas (36,4%)** do que **homens gays (22,4%)**. Ao passo que **órgãos de governo e a polícia** vitimam com maior intensidade **homens gays (30,3% e 34,2%, respectivamente)** quando comparado às **mulheres lésbicas (18,2% e 21,2%)**.

Espaço	Lésbicas	Gays	Bissexuais	Pansexuais
Vias públicas	60,6%	73,7%	65,4%	75,0%
Escola	45,5%	67,1%	53,8%	—
Família	60,6%	47,4%	84,6%	50,0%
Trabalho	36,4%	22,4%	46,2%	50,0%

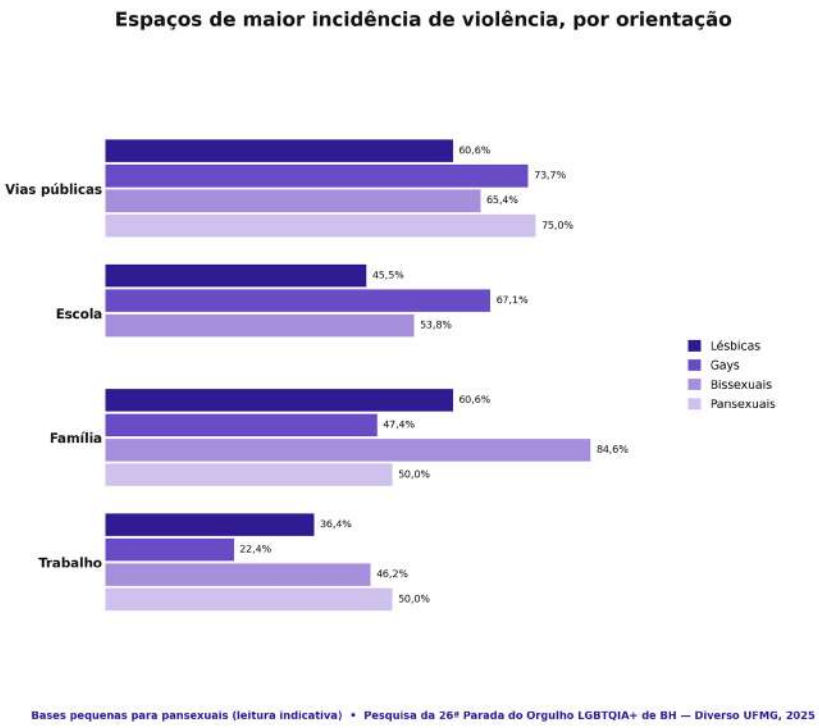


Gráfico 28

TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA

Entre os(as) respondentes que declararam ter sofrido algum tipo de violência em razão da orientação sexual, **a violência verbal (ofensas e xingamentos) é a mais comum: 90,9% entre lésbicas, 88,5% entre bissexuais e 80,3% entre gays.** A **violência psicológica (invalidação,**

constrangimentos, tratamento desigual ou preconceituoso) é mais acentuada entre bissexuais (61,5%) e gays (60,5%), recuando de forma moderada entre as lésbicas (48,5%).

A exposição a atos de **ameaça afeta 31,6% dos gays, 30,8% das pessoas bissexuais e 30,3% das lésbicas**. A **violência física pune 39,5% dos gays, 36,4% das lésbicas e 30,8% das pessoas bissexuais**. Por fim, a **violência sexual** vitima **15,2% das lésbicas e 11,5% de bissexuais e 9,2% de homens gays.**

Dois contrastes merecem destaque. O primeiro é a **violência sexual**, que recai de forma desproporcional sobre mulheres: **atinge 15,2% das vítimas lésbicas e 11,5% de bissexuais** (cuja maioria da amostra é composta por mulheres), **contra 9,2% dos gays**. O segundo é a **violência física**, relativamente próxima entre **lésbicas (36,4%), gays (39,5%) e bissexuais (30,8%)**, o que mostra que a agressão corporal por LGBTfobia não poupa nenhuma das orientações majoritárias.

Tipo de violência	Lésbicas (33)	Gays (76)	Bissexuais (26)	Pansexuais (4)
Verbal	90,9%	80,3%	88,5%	75,0%
Psicológica	48,5%	60,5%	61,5%	75,0%
Física	36,4%	39,5%	30,8%	25,0%
Ameaça	30,3%	31,6%	30,8%	50,0%
Sexual	15,2%	9,2%	11,5%	25,0%

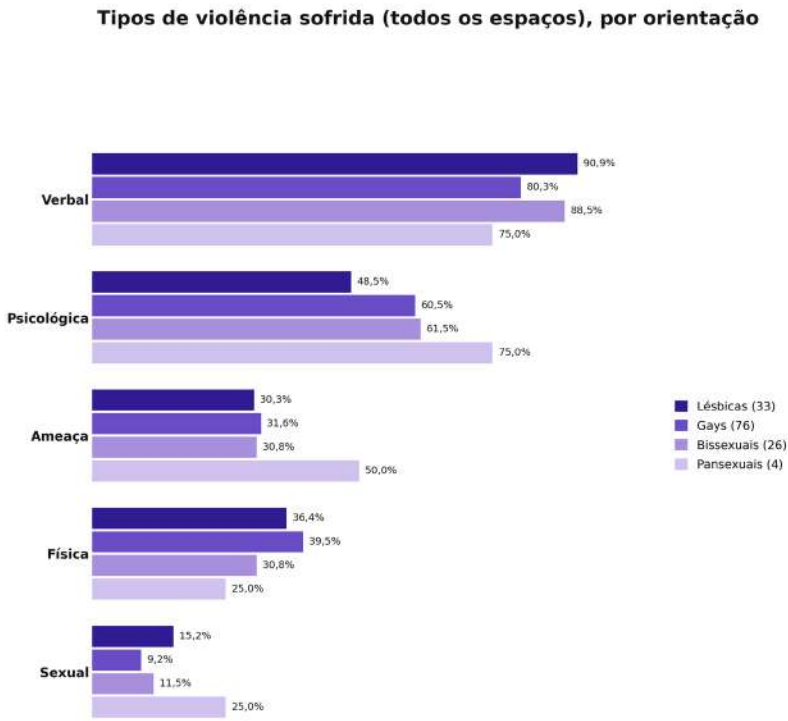


Gráfico 29

A RUA

As vias públicas são o espaço de maior incidência de violênciaem quase todos os subgrupos, e ali a violência verbal é a forma predominante, em proporções próximas entre bissexuais (76,5%), lésbicas (75,0%), gays (69,6%) e pansexuais (66,7%). A partir daí, porém, o perfil da agressão na rua se diferencia conforme a orientação.

Dois pontos chamam atenção. O primeiro é a **violência física**, que recai sobretudo sobre os homens gays (25,0%), bem acima de bissexuais (17,6%) e lésbicas (15,0%): a hostilidade da rua contra gays tende a assumir a forma de violência corporal com mais frequência. O segundo é a **violência sexual**, que, embora menos frequente em termos absolutos, concentra-se nas pessoas bissexuais (11,8%) — cerca do dobro da registrada entre

lésbicas (5,0%) e mais do triplo da relatada por gays (3,6%). Destoa, ainda, a baixa incidência de violência psicológica entre bissexuais na rua (5,9%), em forte contraste com lésbicas (25,0%) e gays (32,1%).

Tipo de violência nas vias públicas	Lésbicas (20)	Gays (56)	Bissexuais (17)	Pansexuais (3)
Verbal	75,0%	69,6%	76,5%	66,7%
Psicológica	25,0%	32,1%	5,9%	33,3%
Ameaça	15,0%	16,1%	17,6%	33,3%
Física	15,0%	25,0%	17,6%	0,0%
Sexual	5,0%	3,6%	11,8%	0,0%

(A categoria assexual/demissexual obteve 1 vítima na rua, que relatou ameaça, violência física e sexual — 100,0% para cada item.)

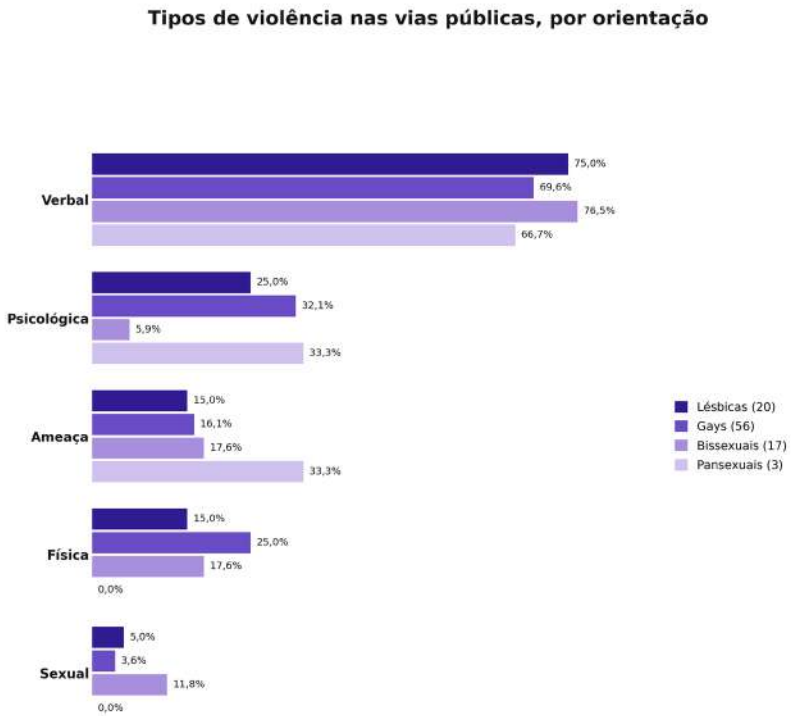


Gráfico 30

A CASA

No ambiente familiar, a violência verbal permanece como a mais relatada (80,0% entre lésbicas, 69,4% entre gays e 68,2% entre bissexuais), mas é a distribuição das demais formas que revela as dinâmicas internas da casa para pessoas LGB+.

A **violência psicológica** é nitidamente mais intensa entre os homens gays (66,7%), acima de bissexuais (50,0%) e lésbicas (45,0%) — indício de que, para muitos gays, a hostilidade doméstica opera principalmente pela invalidação e pelo constrangimento. Já as **formas corporais e coercitivas** recaem mais sobre as mulheres: a violência física atinge 25,0% das lésbicas e 22,7% das bissexuais, contra apenas 11,1% dos gays, e a ameaça segue o mesmo desenho (27,3% entre bissexuais e 20,0% entre lésbicas, ante 8,3% entre gays). O dado mais grave é a **violência sexual intrafamiliar**, concentrada no recorte feminino: 10,0% entre lésbicas e 4,5% entre bissexuais, contra 2,8% entre gays.

Tipo de violência na casa	Lésbicas (20)	Gays (36)	Bissexuais (22)	Pansexuais (2)
Verbal	80,0%	69,4%	68,2%	0,0%
Psicológica	45,0%	66,7%	50,0%	100,0%
Ameaça	20,0%	8,3%	27,3%	0,0%
Física	25,0%	11,1%	22,7%	0,0%
Sexual	10,0%	2,8%	4,5%	0,0%

(A única vítima do espectro assexual/demissexual em casa relatou violência verbal, psicológica, ameaça e física — 100,0% para cada item.)

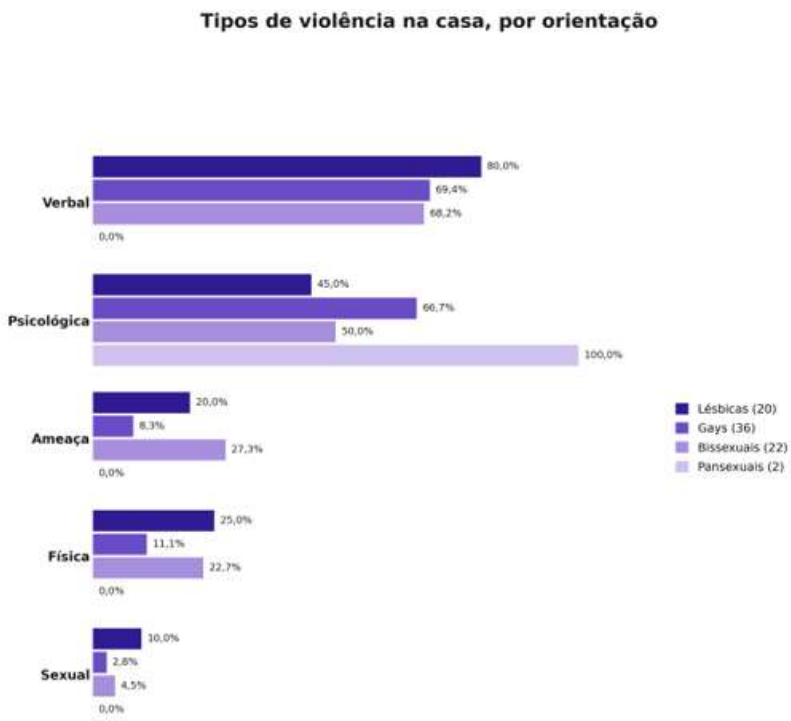


Gráfico 31

A ESCOLA

Na escola, a **violência verbal** volta a liderar de forma transversal (80,0% entre lésbicas, 78,6% entre bissexuais e 70,6% entre gays), e a psicológica aparece em patamar intermediário e semelhante entre os três maiores subgrupos (de 35,7% a 40,0%).

O contraste mais nítido está nas formas mais agressivas. A **violência física** atinge 25,5% dos gays, contra 14,3% das bissexuais e apenas 6,7% das lésbicas: no ambiente escolar, a agressão corporal recai com muito mais força sobre gays. A **ameaça**, por sua vez, é mais frequente entre bissexuais (28,6%) e gays (17,6%) do que entre lésbicas (6,7%). As lésbicas, neste espaço, concentram a violência nas formas

verbal e psicológica, com baixa incidência de ameaça e de agressão física, mas maior incidência relativa de violência sexual.

Tipo de violência na escola	Lésbicas (15)	Gays (51)	Bissexuais (14)	Pansexuais (1)
Verbal	80,0%	70,6%	78,6%	100,0%
Psicológica	40,0%	39,2%	35,7%	0,0%
Ameaça	6,7%	17,6%	28,6%	0,0%
Física	6,7%	25,5%	14,3%	0,0%
Sexual	6,7%	2,0%	0,0%	0,0%

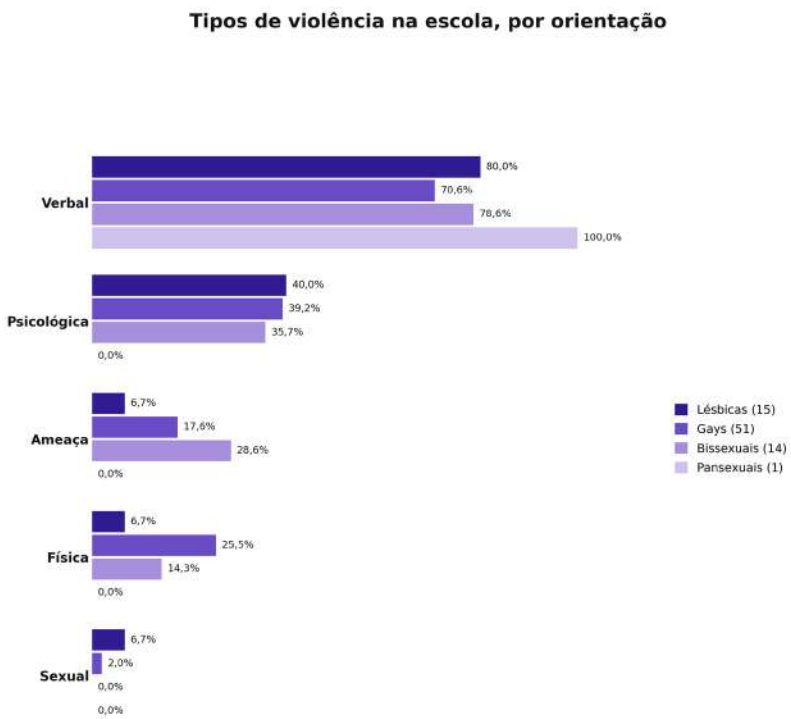


Gráfico 32

O TRABALHO

O ambiente de trabalho muda o eixo da violência: a forma dominante deixa de ser a **verbal** e passa a ser a **psicológica**, sobretudo entre os homens gays, que registram o índice mais alto de toda a análise por espaço (82,4%). Trata-se de uma hostilidade que opera pela pressão, pelo constrangimento, pelo tratamento desigual e pelo desgaste cotidiano, mais do que pela agressão aberta.

Entre os demais subgrupos, a violência psicológica também é expressiva (50,0% entre lésbicas e pansexuais; 41,7% entre bissexuais), e a verbal segue relevante (66,7% entre lésbicas; 58,3% entre bissexuais; 52,9% entre gays). Chama atenção a **quase ausência de violência física e de ameaças** no trabalho: a física só aparece entre gays (11,8%) e a ameaça é praticamente nula em todos os subgrupos — sinal de que, no ambiente profissional, a LGBTfobia tende a se expressar de forma velada, e não por confronto direto. A violência sexual foi relatada apenas por gays, com uma incidência de 5,9%.

Tipo de violência no trabalho	Lésbicas (12)	Gays (17)	Bissexuais (12)	Pansexuais (2)
Verbal	66,7%	52,9%	58,3%	100,0%
Psicológica	50,0%	82,4%	41,7%	50,0%
Ameaça	0,0%	0,0%	8,3%	0,0%
Física	0,0%	11,8%	0,0%	0,0%
Sexual	0,0%	5,9%	0,0%	0,0%

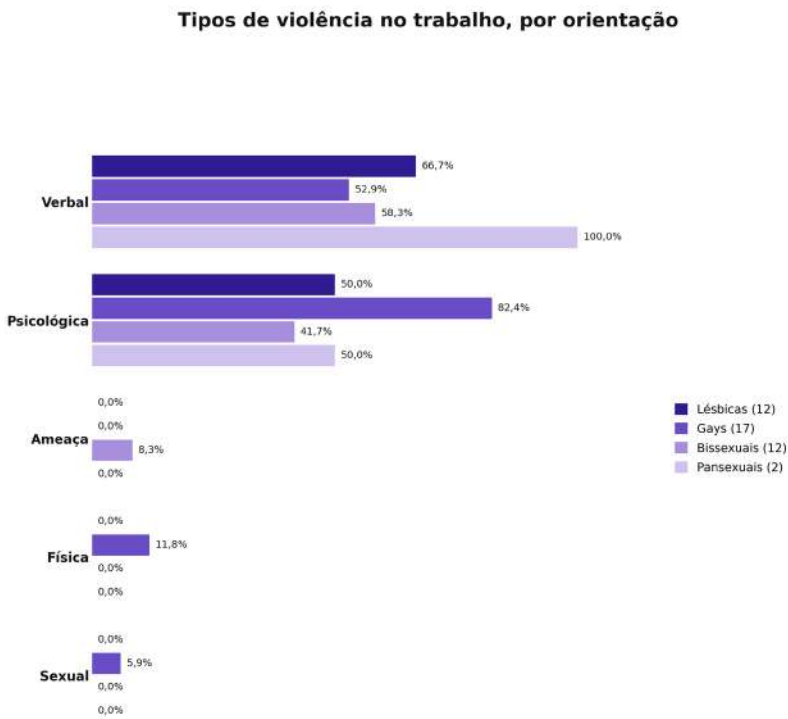


Gráfico 33

OS ÓRGÃOS DE GOVERNO

No atendimento em repartições e serviços públicos, a **violência psicológica** — a face burocrática e institucional do constrangimento e do tratamento desigual — é a mais relatada, atingindo a totalidade das lésbicas e dos pansexuais que afirmaram ter sofrido violências LGBTfóbicas nesse espaço (100,0% cada) e dois terços de bissexuais (66,7%).

O ponto que mais chama atenção é a posição das **lésbicas**: embora a base seja pequena (6 vítimas), elas reúnem, além da violência psicológica universal (100%), índices de 50,0% em violência física, sexual e ameaça — perfil muito mais severo do que o dos gays no mesmo espaço (8,7% de física e 8,7% de sexual). Mesmo com a cautela

imposta pelos números reduzidos, o dado sugere que, nos órgãos públicos, a violência contra mulheres lésbicas assume contornos mais agressivos e sexualizados.

Tipo de violência no governo	Lésbicas (6)	Gays (23)	Bissexuais (9)	Pansexuais (2)
Verbal	50,0%	60,9%	66,7%	100,0%
Psicológica	100,0%	47,8%	66,7%	100,0%
Ameaça	50,0%	26,1%	55,6%	50,0%
Física	50,0%	8,7%	22,2%	50,0%
Sexual	50,0%	8,7%	11,1%	50,0%

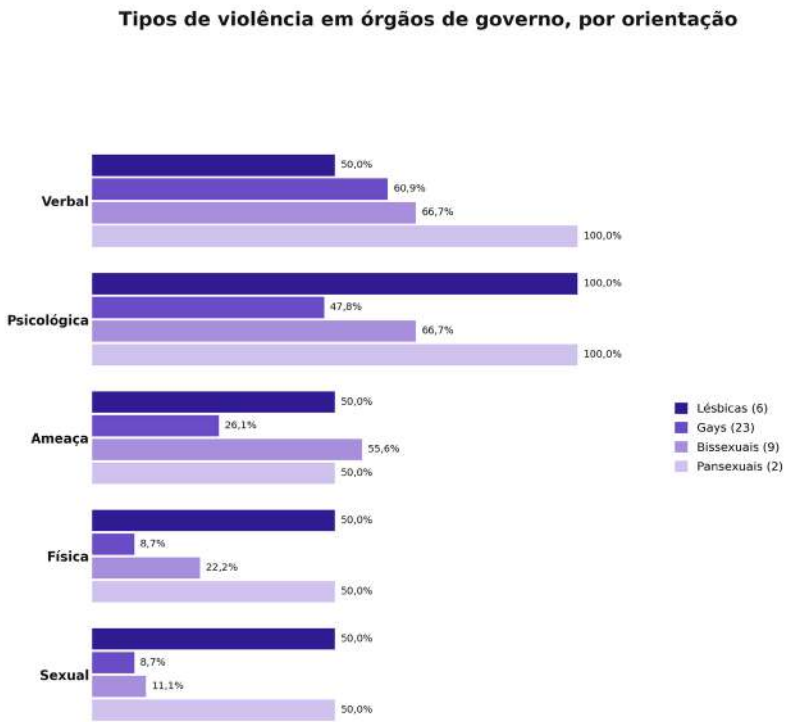


Gráfico 34

A POLÍCIA

O contato com as forças de segurança é o espaço em que a **violência física** mais se destaca: ela atinge 42,9% das lésbicas, 34,6% dos gays e 28,6% das bissexuais vitimadas nesse ambiente — patamares muito superiores aos da maioria dos demais espaços e coerentes com o caráter coercitivo da abordagem policial.

A violência psicológica (constrangimento, tratamento preconceituoso) recai sobretudo sobre os homens gays (73,1%), enquanto a verbal predomina entre lésbicas (71,4%) e bissexuais (57,1%). Chama atenção que, entre as bissexuais, não há relato de violência psicológica (0,0%), mas a física aparece em 28,6%: quando há agressão policial contra esse grupo, ela tende a ser direta e corporal. O único pansexual vitimado relatou todas as formas de violência, mas a base de uma pessoa não permite generalização.

Tipo de violência na polícia	Lésbicas (7)	Gays (26)	Bissexuais (7)	Pansexuais (1)
Verbal	71,4%	50,0%	57,1%	100,0%
Psicológica	57,1%	73,1%	0,0%	100,0%
Ameaça	0,0%	26,9%	14,3%	100,0%
Física	42,9%	34,6%	28,6%	100,0%
Sexual	0,0%	3,8%	0,0%	100,0%

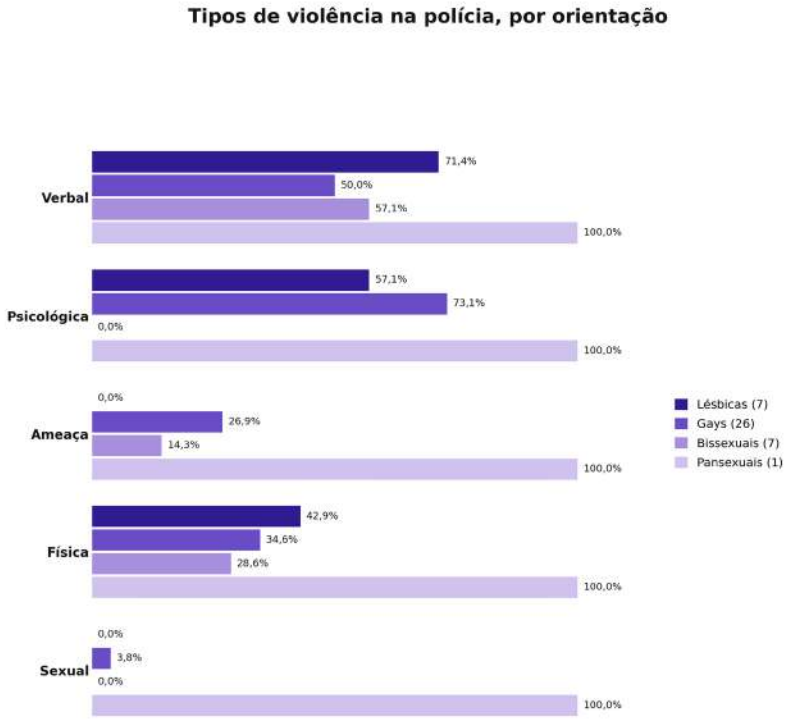


Gráfico 35

OS SERVIÇOS DE SAÚDE

Nos serviços de saúde, a violência verbal e a psicológica são as mais frequentes: a verbal atinge metade das lésbicas e dos gays (50,0% cada) e dois terços de bissexuais (66,7%); a psicológica afeta metade das lésbicas (50,0%) e 42,9% dos gays, mas não aparece entre as poucas pessoas bissexuais vitimadas nesse espaço (0,0%).

O dado que mais se destaca é a **violência física contra lésbicas** (33,3%), bem acima dos gays (7,1%) e ausente entre bissexuais — reproduzindo, também no atendimento em saúde, a maior exposição corporal das mulheres lésbicas observada em outros espaços. As ameaças, por fim, são mais relatadas por bissexuais (33,3%) e

gays (21,4%) do que por lésbicas (16,7%). Os números deste espaço repousam sobre bases pequenas — sobretudo entre bissexuais, com 3 vítimas — e devem ser lidos como indicativos.

Tipo de violência na saúde	Lésbicas (6)	Gays (14)	Bissexuais (3)	Pansexuais (1)
Verbal	50,0%	50,0%	66,7%	100,0%
Psicológica	50,0%	42,9%	0,0%	100,0%
Ameaça	16,7%	21,4%	33,3%	0,0%
Física	33,3%	7,1%	0,0%	0,0%
Sexual	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%

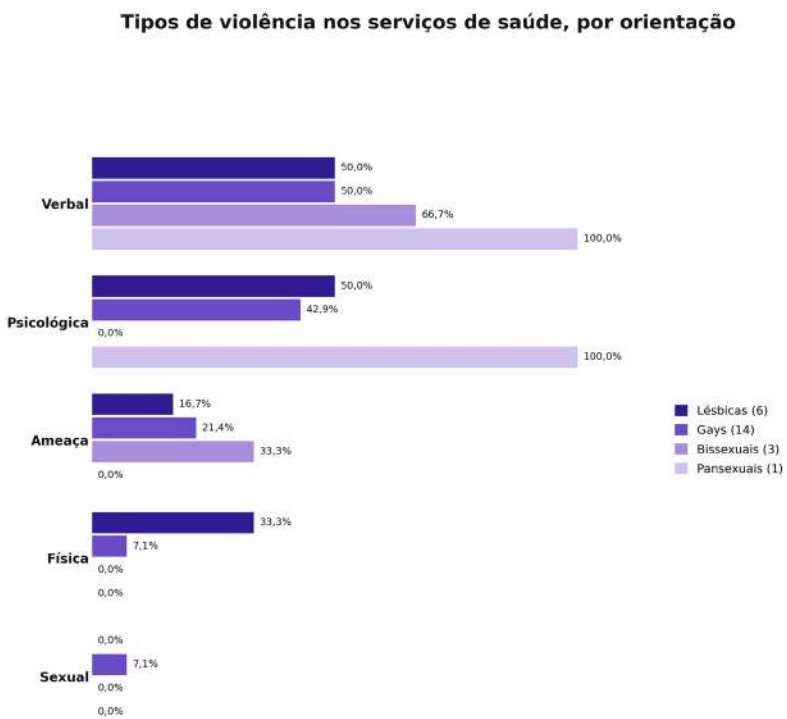


Gráfico 36

O PESO DA RAÇA

O cruzamento entre raça e orientação revela um padrão que ecoa o observado no grupo LGB+ como um todo: entre lésbicas e bissexuais, a prevalência relatada de violência é maior entre pessoas brancas do que entre negras. No subgrupo lésbico, a violência declarada chega a 71,4% entre brancas e 70,0% entre pardas, mas cai para 30,0% entre pretas. Entre bissexuais, o mesmo desenho se repete: 48,3% de brancas, 33,3% de pardas e 22,2% de pretas. Os gays são a única exceção: ali o marcador racial preto registra a maior prevalência (57,1%), à frente de brancos (56,0%) e pardos (46,9%).

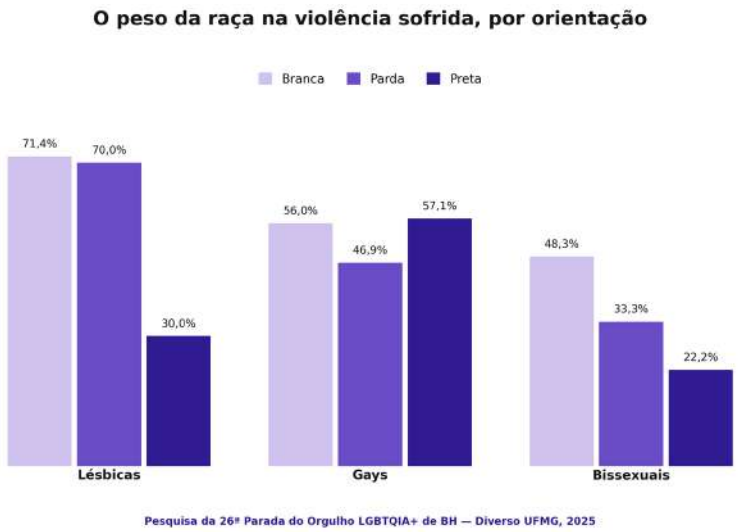


Gráfico 37

Como já assinalado, esse resultado contraintuitivo provavelmente reflete diferenças no reconhecimento e na nomeação da violência — e não uma menor exposição real das pessoas negras —, um ponto que merece aprofundamento qualitativo em pesquisas futuras.

O SENTIMENTO DE ACEITAÇÃO OU ACOLHIMENTO NOS DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS

A percepção de acolhimento (sente-se "acolhido" ou "muito acolhido") confirma uma hierarquia interna ao grupo LGB+. Os homens gays relatam os maiores índices de acolhimento positivo na maioria dos espaços — sobretudo na saúde (91,9%) e na família (79,4%) —, além das melhores percepções perante o aparato estatal (47,8% no governo e 41,9% na polícia). As mulheres lésbicas, no extremo oposto, registram o acolhimento mais baixo em quase todos os espaços: o menor índice na saúde (74,5%) e, sobretudo, a percepção mais frágil diante do Estado, com apenas 31,2% de acolhimento nos órgãos de governo e 25,5% na polícia.

O padrão geral de menor acolhimento no aparato estatal — governo e polícia — repete-se em todos os subgrupos. Mas a posição particularmente desfavorável das lésbicas perante a polícia (25,5%) sugere que, sobre elas, a desproteção institucional se soma à exposição doméstica já apontada, configurando uma dupla vulnerabilidade.

Examinando pela ótica reversa — os espaços em que a maioria de cada subgrupo *não* se sente acolhida ou aceita —, a falta de acolhimento concentra-se de modo quase exclusivo no aparato estatal. A polícia é o espaço de não acolhimento majoritário para todos os subgrupos, com intensidades distintas: 74,5% entre as lésbicas, 66,7% entre as pessoas pansexuais, 63,5% entre as bissexuais e 58,1% entre os gays. Nos órgãos de governo o padrão se repete — 68,8% entre lésbicas, 62,5% entre pansexuais e 57,1% entre bissexuais —, com os gays no limiar (52,2%). Fora do Estado, a rejeição majoritária praticamente desaparece: nos espaços de convívio e cuidado, todos os subgrupos relatam acolhimento predominante, ainda que a escola permaneça como ponto sensível, com a percepção negativa beirando a metade entre lésbicas (44,9%) e pansexuais (44,4%). O contraste reforça o argumento já delineado: a desproteção, para o conjunto LGB+, é antes de tudo *institucional*, e recai com peso adicional sobre as lésbicas, para quem a hostilidade policial (74,5%) é a mais alta de todo o recorte.

Acolhimento positivo	Lésbicas	Gays	Bissexuais	Pansexuais
Saúde	74,5%	91,9%	83,1%	77,8%
Universidade	85,3%	81,8%	84,8%	62,5%
Trabalho	75,5%	84,6%	80,0%	71,4%
Família	71,7%	79,4%	74,2%	55,6%
Escola	55,1%	62,4%	69,8%	100,0%
Governo	31,2%	47,8%	42,9%	37,5%
Polícia	25,5%	41,9%	36,5%	33,3%

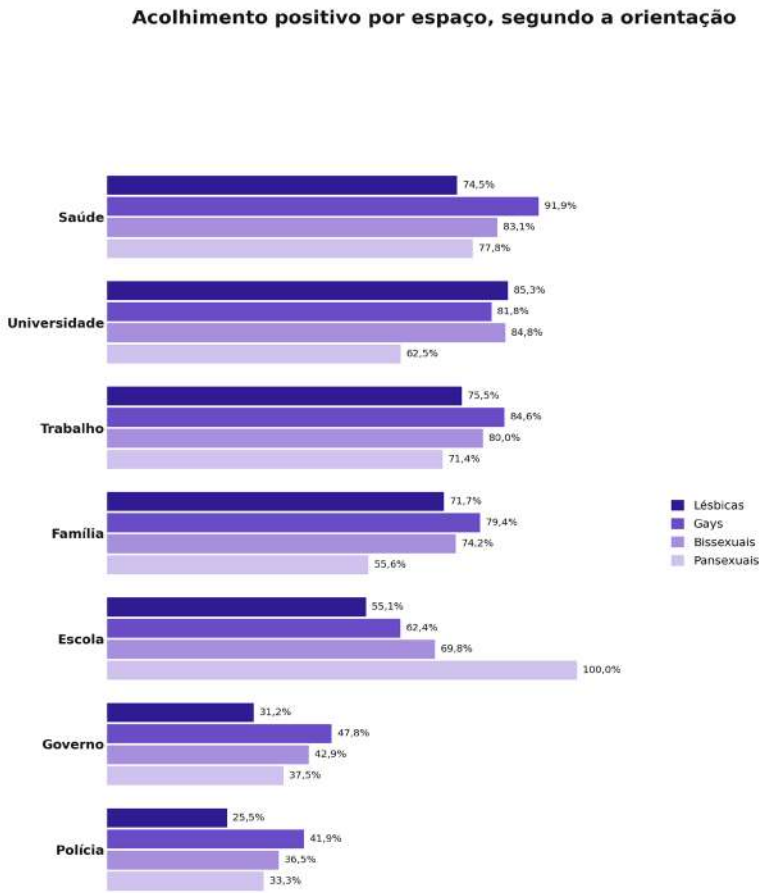


Gráfico 38

ACEITAÇÃO FAMILIAR

Isolando as respostas de acolhimento familiar positivo ("acolhido" e "muito acolhido"), confirma-se que o núcleo doméstico não é um refúgio universal e distribui sua proteção de modo assimétrico, mediado pelas normas de gênero e pela inteligibilidade de cada orientação.

Os maiores índices de aceitação familiar estão entre gays (79,4%) e bissexuais (74,2%): no primeiro caso, a relativa estabilização social da identidade homossexual masculina parece refletir-se em recepção menos hostil; no segundo, a possibilidade de relacionamentos lidos como heterossexuais por vezes amortece o atrito familiar, ao custo da invisibilização de parte do desejo. Entre as lésbicas, o índice recua para 71,7%, expondo a dupla ruptura — com a heterossexualidade e com o papel reprodutivo esperado — que a mulher lésbica representa na estrutura familiar tradicional. O cenário mais crítico recai sobre as pessoas pansexuais (55,6%), sugerindo que o desconhecimento e a deslegitimação de identidades com menor visibilidade convertem o lar em espaço de invalidação para esse subgrupo.

Orientação sexual	**Acolhimento familiar positivo**
Gay	79,4%
Bissexual	74,2%
Lésbica	71,7%
Pansexual	55,6%

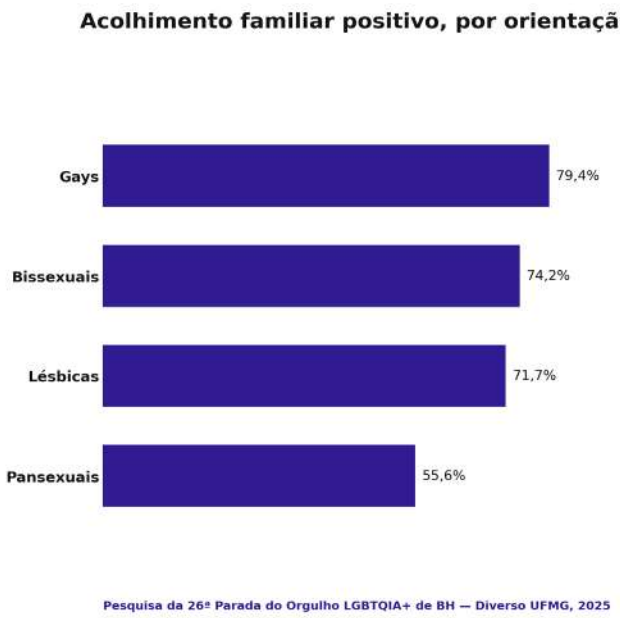


Gráfico 39

DEMANDAS POLÍTICAS E ACIONAMENTO DO ESTADO

A segurança é a principal demanda em todos os subgrupos, mas com pesos distintos: lidera com folga entre pessoas bissexuais (59,7%), seguida de lésbicas (50,9%) e gays (45,8%). Entre as lésbicas, a pauta da conscientização e visibilidade ganha peso relativo (30,2%), acima de gays (22,5%) e bissexuais (10,4%), o que pode refletir a percepção de um apagamento específico das mulheres lésbicas na agenda pública. Já as pessoas pansexuais destacam a saúde (33,3%) em proporção bem superior à dos demais subgrupos — aproximando-se, nesse ponto, do perfil de demanda das pessoas trans e travestis.

O acionamento da polícia em casos de violência reflete, no interior do grupo LGB+, o ciclo de descrença: entre as vítimas, recorreram à polícia apenas 21,1% dos gays, 18,2% das lésbicas e 7,7% das pessoas bissexuais; entre as pansexuais, o acionamento foi nulo

(0,0%). A baixa adesão à denúncia, combinada à frágil percepção de acolhimento policial, mantém a violência por LGBTfobia fora das estatísticas oficiais — mecanismo de subnotificação que atravessa todas as orientações.

COMPARAÇÃO: AS PESSOAS NÃO BINÁRIAS E O GRADIENTE POR ORIENTAÇÃO

Como grupo, as 21 pessoas não binárias têm orientação majoritariamente bissexual (8) ou pansexual (4), seguidas de gays (3), lésbicas (2) e assexuais (2). Sua prevalência de violência sofrida (57,1%) as posiciona entre os subgrupos mais expostos do espectro LGB+, acima de gays (53,5%) e bissexuais (38,8%) e logo abaixo das lésbicas (62,3%). No plano da orientação sexual, portanto, sua experiência de violência se assemelha à das demais identidades dissidentes — o que sustenta a opção de lê-las ao lado do grupo LGB+ nesta dimensão.

Um traço, contudo, as distingue no ambiente familiar: a violência psicológica (invalidação, constrangimento, tratamento desigual) em casa atinge 88,9% das pessoas não binárias que sofreram violência doméstica — patamar superior ao de qualquer outro subgrupo, incluindo o trans e travesti (70,0%). A dificuldade de reconhecimento da identidade não binária no núcleo familiar, frequentemente expressa por deslegitimação e invalidação, ajuda a explicar essa incidência elevada de violência simbólica e relacional, e antecipa a discussão sobre reconhecimento que a Parte 4 desenvolve para as pessoas trans e travestis.

4. TRANSFOBIA: AS PECULIARIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Pessoas trans e travestis enfrentam violências mais frequentes e mais graves e relatam menor acolhimento institucional do que pessoas LGB+. Além da análise em profundidade desses dados, esta parte aprofunda as questões que lhes são próprias e que não encontram paralelo entre as pessoas cisgêneras: o acesso à saúde, à hormonização e ao reconhecimento legal da identidade. O grupo é composto por 21 pessoas trans e 4 travestis, com idade média de 32 anos e maioria negra (60%).

A maioria das 21 pessoas trans da amostra é composta por homens trans: 12 declararam-se do gênero masculino, 6 do gênero feminino (mulheres trans) e 3 indicaram outro gênero. Somadas as 4 travestis, o eixo das vivências transfemininas (mulheres trans e travestis) reúne 10 pessoas, e o das vivências transmasculinas, 12. Essa distinção importa porque as duas trajetórias enfrentam violências e barreiras distintas — como se detalha ao final desta parte. Quando os dados permitem, elas são apresentadas separadamente; quando o número reduzido impõe cautela, o grupo é tratado em conjunto, sempre com os valores absolutos à vista.

SAÚDE COMO PRINCIPAL DEMANDA

Diferentemente das pessoas LGB+, para quem a segurança é a prioridade, as pessoas trans e travestis apontam a **saúde como sua principal demanda (28,0%)**, à frente da **segurança (24,0%)** e do **trabalho (16,0%)**. Essa inversão reflete a centralidade do acesso a cuidados específicos de afirmação de gênero e a barreiras concretas no Sistema Único de Saúde.

84% das pessoas trans e travestis acreditam não haver tratamento igualitário nos serviços de saúde e **73,3% das que usam**

nome social no SUS relataram já ter sofrido constrangimento ao utilizá-lo.

Esses números expõem a distância entre a norma — a Portaria nº 1.820/2009 garante o uso do nome social no SUS — e a prática cotidiana do atendimento.

Entre os serviços do SUS efetivamente acessados pelo grupo, lideram exames (52,0%), medicação e preservativos (40,0% cada), seguidos de hormônios (36,0%) e cirurgias (24,0%). A presença expressiva de serviços de afirmação de gênero confirma o SUS como porta de entrada para procedimentos especializados — e a relevância de qualquer barreira de acesso.

HORMONIZAÇÃO

Dentre as 25 pessoas do grupo, 13 (52,0%) fazem uso atual de hormônios, 8 (32,0%) nunca usaram e 3 (12,0%) já interromperam o tratamento.

NOME SOCIAL E RETIFICAÇÃO DE REGISTRO

O reconhecimento legal da identidade é um eixo central das demandas trans. Na amostra, 11 das 25 pessoas (44,0%) já retificaram o registro civil, enquanto 14 (56,0%) ainda não o fizeram. Entre estas últimas, 8 (57,1% das não retificadas) manifestaram o desejo de retificar e 6 (42,9%) declararam não desejar, o que indica uma demanda reprimida significativa. As barreiras mais citadas por quem deseja retificar foram a falta de tempo, a falta de recurso financeiro e a ausência de informação sobre como proceder. Já entre os motivos para não utilizar o nome social, o medo de discriminação e constrangimento foi o mais mencionado.

Esse quadro ocorre em um contexto jurídico que, ao menos formalmente, ampliou o acesso à retificação: a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275/2018 do STF reconheceu o direito

à alteração de nome e gênero independentemente de cirurgia, e a Lei nº 14.382/2022 simplificou a alteração de prenome em cartório, sem necessidade de processo judicial. No território de Minas Gerais, enfatiza-se a Lei Estadual nº 24.632/2023 que, ao alterar o artigo 21, IV da Lei nº 15.424/2004, estabeleceu a isenção do pagamento de emolumentos e de taxas para a retificação de nome e gênero de pessoas transgênero em situação de vulnerabilidade. A distância entre a possibilidade jurídica e a efetivação prática — marcada por falta de tempo, recurso e informação — indica que o direito formal ainda não se traduziu em acesso pleno.

DIFERENÇAS INTERNAS: VIVÊNCIAS TRANSFEMININAS E TRANSMASCULINAS

Ainda que os números reduzidos imponham cautela, os dados sugerem trajetórias distintas entre os subgrupos. As **mulheres trans e travestis** (10 pessoas) concentram as situações de maior vulnerabilidade: as travestis foram as únicas a relatar exposição universal à violência (100%), aparecem entre as que recorrem à autoaplicação hormonal e entre as que apontaram "descrença" e "medo da polícia" como motivo para não denunciar; seu acolhimento na saúde é o mais baixo (50,0%). Já os **homens trans** (12 pessoas) apresentam maior inserção no trabalho formal — metade (50,0%) declarou ocupação assalariada com carteira — e percepção de acolhimento na saúde um pouco melhor (66,7%), embora relatem prevalência de violência sofrida ligeiramente superior (66,7% contra 60,0%) e a menor taxa de retificação de registro do conjunto (apenas 4 das 12 retificaram o nome). A escolaridade superior é semelhante entre os dois subgrupos (em torno de 50% a 58%), e ambos convivem com renda predominantemente baixa.

A leitura conjunta confirma que a transfobia opera de modo desigual mesmo dentro do grupo: recai com mais violência física sobre travestis e mulheres trans, e se manifesta para os homens trans sobretudo na invisibilidade do reconhecimento legal .

Esta seção desdobra as violências do grupo segundo seus dois eixos internos — as vivências **transfemininas** (mulheres trans e travestis, 10 pessoas) e as vivências **transmasculinas** (homens trans, 12 pessoas) —, percorrendo a mesma ordem de análise: prevalência, espaços, tipos, recorte por espaço, raça, acolhimento e demandas. As 3 pessoas trans que indicaram outro gênero não integram nenhum dos dois eixos e permanecem apenas no total do grupo. Reitere-se a advertência metodológica: com 6 e 8 vítimas diretas em cada eixo, e bases ainda menores quando se desce ao espaço específico, os percentuais têm valor estritamente **indicativo**, e por isso são sempre lidos à luz dos valores absolutos, indicados entre parênteses no cabeçalho de cada tabela. Sua força não está na quantidade numérica dos dados coletados, mas na consistência da direção que apontam.

A EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA ENTRE PESSOAS TRANSFEMININAS E TRANSMASCULINAS

Os dois eixos divergem menos na **frequência** da violência do que na sua **forma**. A prevalência de violência sofrida diretamente é semelhante: 60,0% entre as mulheres trans e travestis (6 de 10) e 66,7% entre os homens trans (8 de 12). O mesmo vale para a soma de violência sofrida ou presenciada (80,0% e 75,0%). A proximidade dos totais, contudo, encobre diferenças qualitativas relevantes, detalhadas a seguir.

Eixo	Sofreu diretamente	Sofreu ou presenciou
Transfemininas (mulheres trans e travestis, n=10)	60,0% (6)	80,0% (8)
Transmasculinas (homens trans, n=12)	66,7% (8)	75,0% (9)

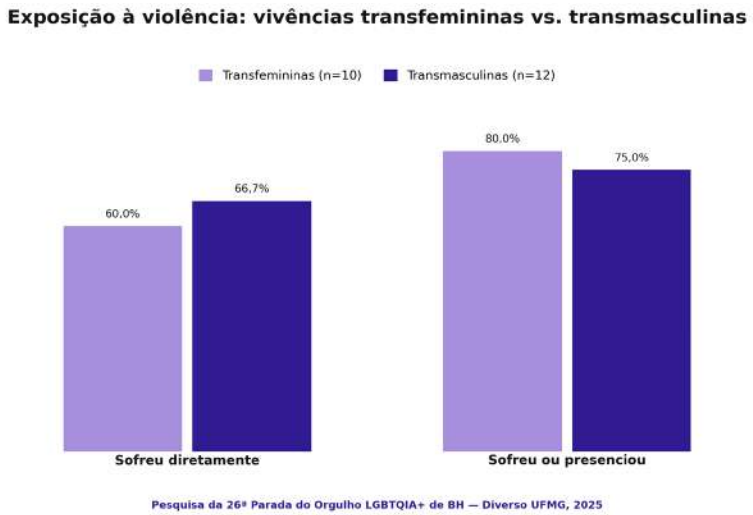


Gráfico 40

COMO A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA ACONTECE PARA CADA GRUPO CONFORME O LUGAR

Entre **mulheres trans e travestis**, a violência concentra-se de modo agudo nas **vias públicas**, que atingem a totalidade das vítimas (100,0%, 6 de 6), seguidas pela escola e pela **família** (66,7% cada). Entre os **homens trans**, a violência distribui-se de forma mais dispersa pelos espaços institucionais: **vias públicas, escola e** trabalho empatam no topo (75,0% cada), e os **órgãos de governo** aparecem logo atrás (62,5%). O contraste mais nítido está no **trabalho** — espaço de violência para 75,0% dos homens trans vitimados, contra 33,3% das mulheres trans e travestis. Sinal de que a vida laboral formal, mais presente entre os homens trans, é também para eles um território de exposição à violência.

Espaço	Transfemininas (n=6)	Transmasculinas (n=8)
Vias públicas	100,0% (6)	75,0% (6)

Espaço	Transfemininas (n=6)	Transmasculinas (n=8)
Escola	66,7% (4)	75,0% (6)
Família	66,7% (4)	50,0% (4)
Trabalho	33,3% (2)	75,0% (6)
Órgãos de governo	33,3% (2)	62,5% (5)
Serviços de saúde	50,0% (3)	50,0% (4)
Polícia	16,7% (1)	37,5% (3)
Universidade	33,3% (2)	25,0% (2)

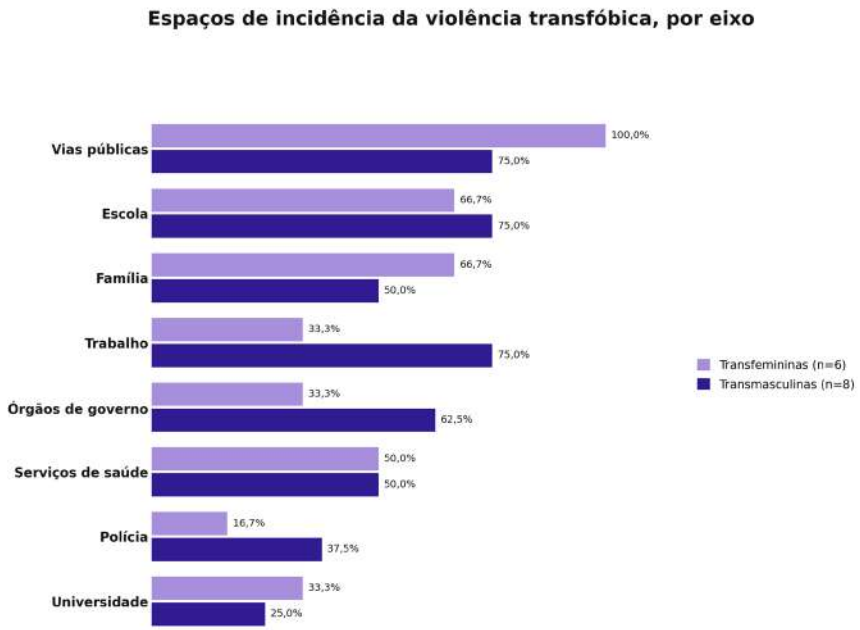


Gráfico 41

TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA

A violência verbal e a psicológica saturam ambos os eixos, em patamares muito superiores aos do conjunto LGB+. A distinção interna

recai sobre as formas mais corporais e simbólicas: a **violência física** é mais frequente entre as mulheres trans e travestis (66,7%, 4 de 6) do que entre os homens trans (50,0%, 4 de 8), ao passo que a **violência psicológica** alcança a totalidade dos homens trans vitimados (100,0%, 8 de 8). A **violência sexual** atinge proporção igualmente elevada nos dois eixos (33,3% e 37,5%), confirmando a sexualização da transfobia independentemente do eixo.

Tipo de violência (em geral)	Transfemininas (n=6)	Transmasculinas (n=8)
Verbal	83,3% (5)	87,5% (7)
Psicológica	83,3% (5)	100,0% (8)
Ameaça	50,0% (3)	62,5% (5)
Física	66,7% (4)	50,0% (4)
Sexual	33,3% (2)	37,5% (3)

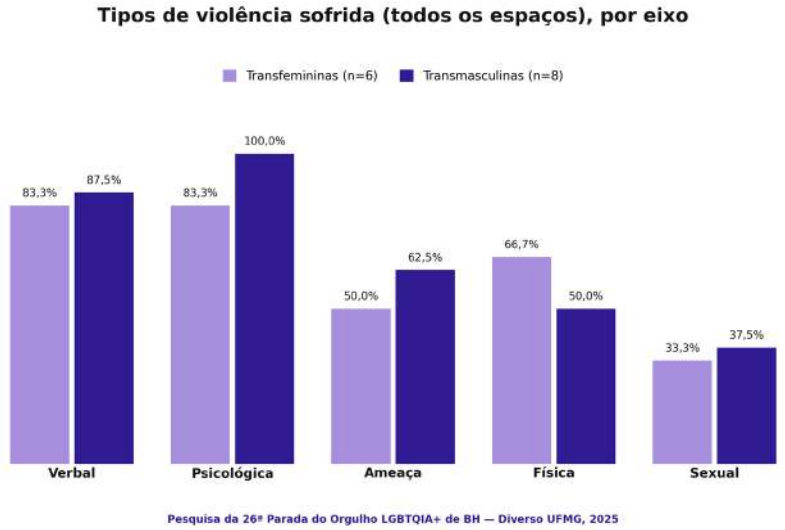


Gráfico 42

A RUA

Nas vias públicas, a violência verbal lidera entre as mulheres trans e travestis (83,3%), enquanto entre os homens trans a verbal e a psicológica empatam (66,7% cada). A violência física na rua é mais que o triplo entre os homens trans (50,0%, 3 de 6) frente às transfemininas (16,7%, 1 de 6), e a violência sexual pública atinge ambos em igual proporção (33,3%, 2 de 6 em cada).

Tipo de violência nas vias públicas	Transfemininas (n=6)	Transmasculinas (n=6)
Verbal	83,3%	66,7%
Psicológica	33,3%	66,7%
Ameaça	50,0%	50,0%
Física	16,7%	50,0%
Sexual	33,3%	33,3%

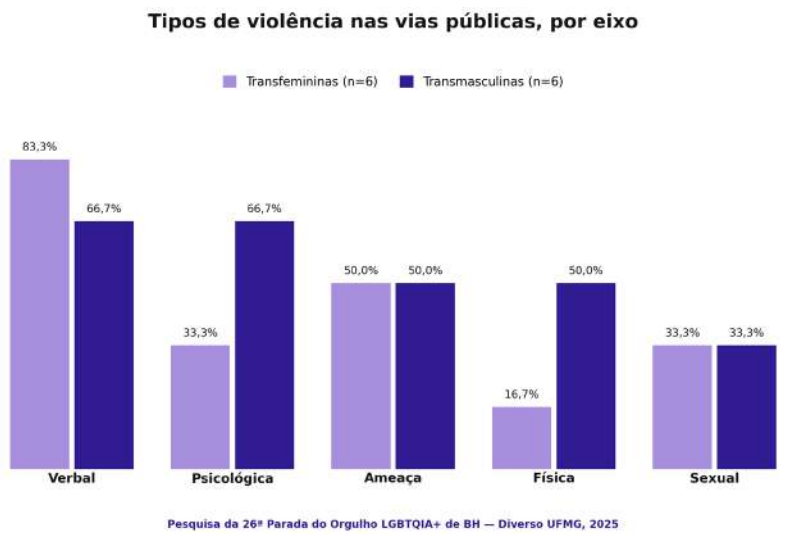


Gráfico 43

A CASA

No ambiente familiar (4 vítimas em cada eixo), a **violência verbal** é universal entre as mulheres trans e travestis (100,0%) e alta entre os homens trans (75,0%), com a psicológica empatando em 75,0% nos dois grupos. A **violência sexual no ambiente da família** não apareceu no relato de mulheres trans e travestis (0,0%) mas foi relatada por metade dos homens trans (50,0%, 2 de 4).

Tipo de violência na casa (ambiente familiar)	Transfemininas (n=4)	Transmasculinas (n=4)
Verbal	100,0%	75,0%
Psicológica	75,0%	75,0%
Ameaça	50,0%	25,0%
Física	50,0%	25,0%
Sexual	0,0%	50,0%



Gráfico 44

A ESCOLA

A escola revela o contraste mais acentuado. Entre os **homens trans**, todas as formas se intensificam: a violência verbal e a psicológica atingem a totalidade das vítimas (100,0% cada), a ameaça e a física alcançam metade (50,0%) e há ainda relato de violência sexual (33,3%, 2 de 6). Entre as **mulheres trans e travestis**, predomina a violência verbal (100,0%) acompanhada da física (50,0%), com baixa incidência das demais. O ambiente escolar opera, sobretudo para os homens trans, como espaço de hostilidade difusa e precoce.

Tipo de violência na escola	Transfemininas (n=4)	Transmasculinas (n=6)
Verbal	100,0%	100,0%
Psicológica	25,0%	100,0%
Ameaça	0,0%	50,0%
Física	50,0%	50,0%
Sexual	0,0%	33,3%



Gráfico 45

O TRABALHO

O trabalho é território de violência sobretudo para os **homens trans** (6 vítimas, contra apenas 2 entre as transfemininas), o que reflete sua maior inserção no mercado formal. Entre eles, a violência verbal lidera (83,3%, 5 de 6), seguida da psicológica (66,7%, 4 de 6), da ameaça (50,0%, 3 de 6), da física (33,3%, 2 de 6) e da sexual (16,7%, 1 de 6). Entre as **mulheres trans e travestis**, as 2 vítimas no trabalho relataram violência verbal e psicológica (1 cada), sem registros das formas mais severas — base demasiado pequena para conclusões.

Tipo de violência no ambiente de trabalho	Transfemininas (n=2)	Transmasculinas (n=6)
Verbal	50,0%	83,3%
Psicológica	50,0%	66,7%
Ameaça	0,0%	50,0%
Física	0,0%	33,3%
Sexual	0,0%	16,7%



Gráfico 46

OS ÓRGÃOS DE GOVERNO

Nas repartições e serviços públicos, a **violência psicológica** — o rosto burocrático e velado da transfobia institucional — predomina nos dois eixos: atinge a totalidade das 2 transfemininas vitimadas nesse espaço (100,0%) e 80,0% dos 5 homens trans (4 de 5). Entre os homens trans somam-se ainda relatos de **violência física** (40,0%, 2 de 5) e **violência sexual** (20,0%, 1 de 5), ausentes entre as transfemininas nesse ambiente — observada, novamente, a fragilidade das bases.

Tipo de violência em órgãos de governo	Transfemininas (n=2)	Transmasculinas (n=5)
Verbal	50,0%	20,0%
Psicológica	100,0%	80,0%
Ameaça	0,0%	20,0%
Física	0,0%	40,0%
Sexual	0,0%	20,0%

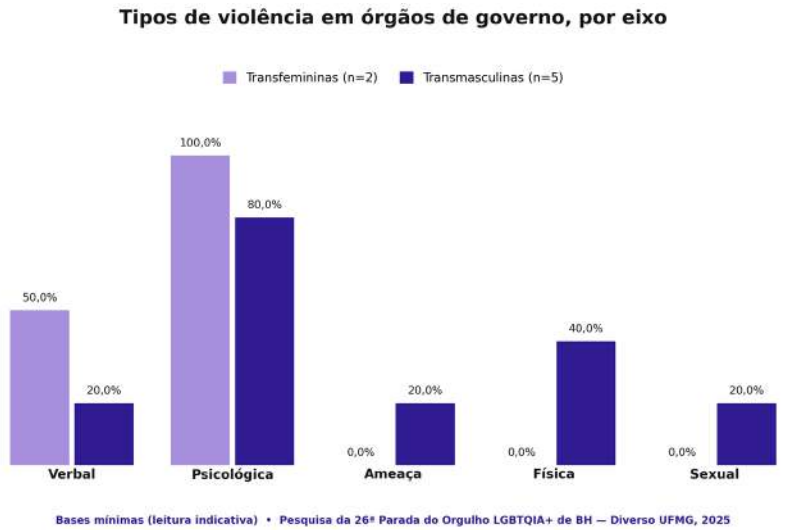


Gráfico 47

A POLÍCIA

No contato com as forças de segurança, as bases de dados são mínimas, impedindo generalizações: apenas 1 mulher trans/travesti e 3 homens trans relataram violência policial. A única pessoa transfeminina vitimada relatou violência física (1 de 1). Entre os 3 homens trans, registram-se violência verbal, psicológica e física (2 de 3 em cada, 66,7%), sem relatos de ameaça ou violência sexual.

Tipo de violência	Transfemininas (n=1)	Transmasculinas (n=3)
Verbal	0,0%	66,7%
Psicológica	0,0%	66,7%
Ameaça	0,0%	0,0%
Física	100,0%	66,7%
Sexual	0,0%	0,0%



Gráfico 48

OS SERVIÇOS DE SAÚDE

Nos serviços de saúde, a violência verbal lidera entre as mulheres trans e travestis (100,0%, 3 de 3), ao passo que entre os homens trans é a violência psicológica que atinge a totalidade das vítimas (100,0%, 4 de 4). Há ainda relato de violência sexual entre os homens trans nesse espaço (25,0%, 1 de 4). O dado é especialmente sensível porque a saúde é, como visto, a principal porta de acesso a cuidados de afirmação de gênero — e, para os homens trans, a principal demanda política.

Tipo de violência nos serviços de saúde	Transfemininas (n=3)	Transmasculinas (n=4)
Verbal	100,0%	50,0%
Psicológica	33,3%	100,0%
Ameaça	33,3%	25,0%
Física	33,3%	0,0%
Sexual	0,0%	25,0%

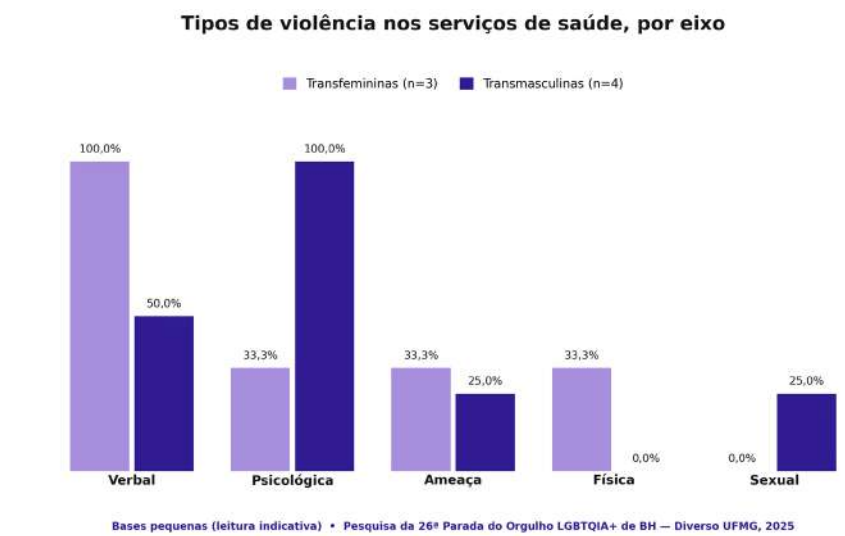


Gráfico 49

O PESO DA RAÇA

Em ambos os eixos, o marcador racial agrava a exposição, ao contrário do padrão contraintuitivo observado entre as pessoas LGB+. Entre as **mulheres trans e travestis**, a prevalência de violência sofrida é maior entre as pessoas negras (66,7%, 4 de 6) do que entre as brancas (50,0%, 2 de 4). Entre os **homens trans**, a distância é ainda mais expressiva: 83,3% dos negros (5 de 6) contra 40,0% dos brancos (2 de 5). A intersecção de racismo e transfobia, documentada na literatura nacional, manifesta-se com nitidez nos dois eixos do grupo.

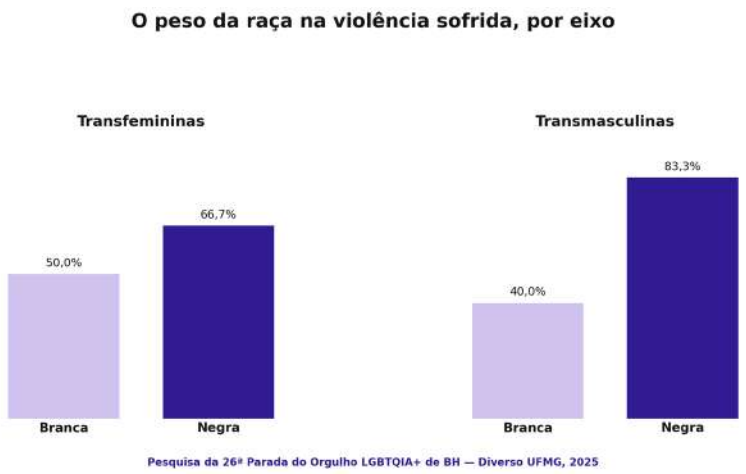


Gráfico 50

O SENTIMENTO DE ACEITAÇÃO OU ACOLHIMENTO

A percepção de acolhimento separa nitidamente os dois eixos conforme o tipo de espaço. As **mulheres trans e travestis** relatam menor acolhimento nos espaços de cuidado e convívio — saúde (50,0%), trabalho, família e universidade (60,0% cada). Já os **homens trans**, embora se sintam mais acolhidos nesses mesmos espaços

(saúde 66,7%, universidade 77,8%, trabalho 72,7%), relatam o **menor acolhimento de todo o conjunto perante o aparato estatal**: apenas 16,7% na polícia e 25,0% no governo. A escola é, para os dois eixos,um dos espaços de menor acolhimento (33,3% e 27,3%), reiterando o achado sobre a hostilidade escolar precoce.

Olhando para o reverso — os espaços em que a maioria de cada grupo *não* se sente acolhida —, o padrão se torna ainda mais nítido. Entre as transfemininas, a escola é o espaço em que a falta de acolhimento é mais alta é majoritária (66,7%), com a saúde dividida ao meio (50,0%); nos demais ambientes de convívio e cuidado, a maioria ainda relata acolhimento. Entre os transmasculinos, ao contrário, a rejeição se concentra precisamente no aparato estatal: a falta de acolhimento alcança 83,3% na polícia e 75,0% nos órgãos de governo, somando-se à escola (72,7%). Trata-se de uma inversão reveladora: as transfemininas encontram seu principal espaço de não acolhimento na trajetória escolar, ao passo que os transmasculinos o encontram na relação com o Estado — em ambos os casos, justamente nas instituições com dever legal de proteger.

Acolhimento positivo, por espaço	Transfemininas	Transmasculinas
Universidade	60,0%	77,8%
Trabalho	60,0%	72,7%
Família	60,0%	66,7%
Saúde	50,0%	66,7%
Escola	33,3%	27,3%
Governo	40,0%	25,0%
Polícia	50,0%	16,7%

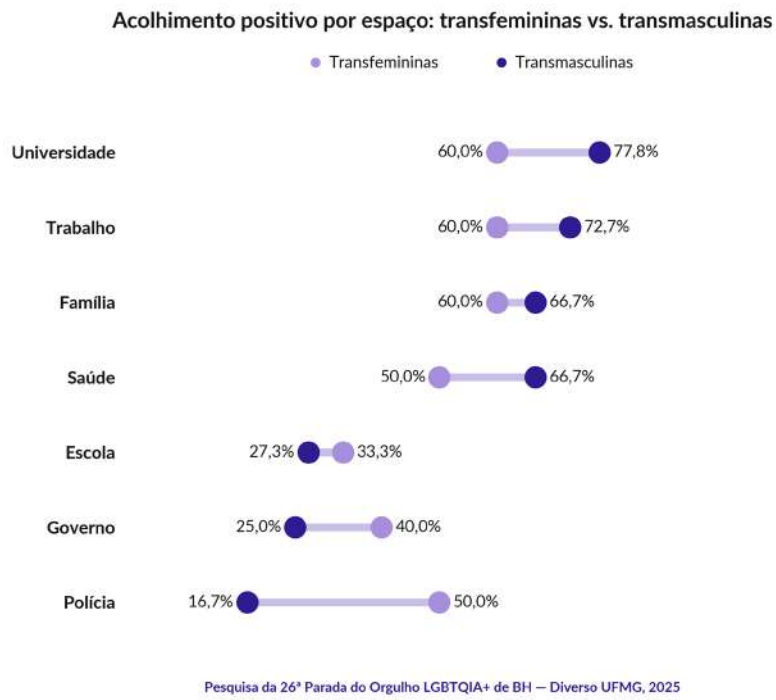


Gráfico 51

DEMANDAS POLÍTICAS

A inversão de prioridades dentro do grupo é o achado político mais eloquente. Para as **mulheres trans e travestis**, a principal demanda é o **trabalho** (40,0%, 4 de 10) — coerente com sua maior exclusão do mercado formal e com a presença, no grupo, de inserções precárias. Para os **homens trans**, a prioridade é a **saúde** (41,7%, 5 de 12), associada às demandas de afirmação de gênero. A segurança aparece em segundo plano nos dois eixos (20,0% e 25,0%).

Principal demanda apontada	Transfemininas	Transmasculinas
Trabalho	40,0%	—
Saúde	10,0%	41,7%
Segurança	20,0%	25,0%
Conscientização e visibilidade	10,0%	16,7%
Educação	10,0%	16,7%
Outros	10,0%	—

ACIONAMENTO POLICIAL

No acionamento policial entre as vítimas diretas, 4 de 6 mulheres trans e travestis (66,7%) e 4 de 8 homens trans (50,0%) recorreram à polícia. Combinada com a baixíssima percepção de acolhimento policial dos homens trans (16,7%), essa elevada taxa de acionamento reforça que a busca pela polícia decorre da gravidade da violência sofrida, e não da confiança na instituição.

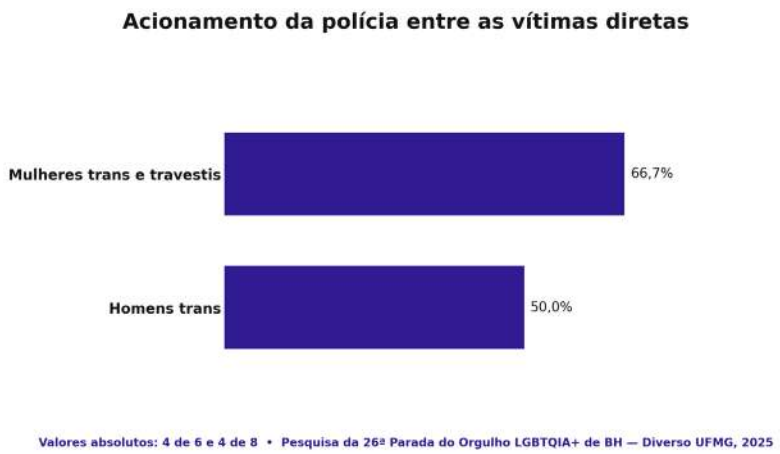


Gráfico 52

COMPARAÇÃO: AS PESSOAS NÃO BINÁRIAS E A TRANSIÇÃO CORPORAL

Quando confrontadas com as pessoas trans e travestis no plano das questões de identidade de gênero, as 21 pessoas não binárias revelam uma relação bastante distinta com a transição corporal e registral. A **imensa maioria não busca alteração corporal ou documental**: 15 das 21 nunca fizeram uso de hormônios e apenas 1 das 21 retificou o registro civil — contra 11 das 25 pessoas trans e travestis. Esse contraste é central para situar o grupo: enquanto para mulheres trans, homens trans e travestis o acesso à hormonização e à retificação é uma demanda material premente, para a maioria das pessoas não binárias da amostra essas pautas são secundárias ou não se aplicam.

Em compensação, as pessoas não binárias enfrentam o já mencionado déficit agudo de reconhecimento institucional — acolhimento de apenas 19,0% no governo e na polícia, o mais baixo de todos os grupos. O quadro sugere que a vulnerabilidade não binária se manifesta menos na esfera dos cuidados de saúde e mais na do **reconhecimento simbólico e documental da existência de identidades fora do binário** — uma agenda própria, que não coincide nem com a das pessoas LGB+ cisgêneras nem com a das pessoas trans e travestis. Esse achado oferece subsídio concreto para que pesquisas futuras avaliem se o grupo é mais bem situado junto ao espectro da orientação sexual, junto ao das identidades trans, ou — como sugerem estes dados — como categoria analítica própria.

5. NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE DADOS DE VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO BRASIL E NO MUNDO

A produção contínua de Relatórios de Dados de Violências Contra Pessoas LGBTQIA+ na região metropolitana de Belo Horizonte ocorre em um contexto marcado pela intensificação de um projeto autoritário global que busca restringir direitos e criminalizar a existência dessas pessoas.

Para caracterizar esse cenário, o Especialista Independente em Orientação Sexual e Identidade de Gênero (IESOGI) da Organização das Nações Unidas (ONU), Victor Madrigal-Borloz, reportou:

[...] um aumento acentuado de líderes políticos ultraconservadores e grupos religiosos usando suas plataformas para promover o fanatismo, desumanizar pessoas com base na orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero, e fomentar o estigma e a intolerância entre seus eleitorados[2] (Madrigal-Borloz, 2021)[3].

Esse panorama é explicitado com o avanço de políticas e discursos antitrans, a exemplo das políticas dos Estados Unidos, nas quais o governo de Donald Trump retirou proteções essenciais para pessoas trans e intersexuais. Outro exemplo é a Hungria, que aprovou emendas constitucionais que definem o sexo de forma estritamente biológica e proíbem legalmente a realização de marchas do Orgulho, impondo multas e sanções aos organizadores[4].

Também se observam medidas contrárias aos Direitos LGBT+ a partir da análise do financiamento das organizações não

2 No original: "[...] steep rise in ultraconservative political leaders and religious groups using their platforms to promote bigotry, dehumanize persons on the basis of sexual orientation, gender identity, and gender expression, and foster stigma and intolerance among their constituencies" (IESOGI, 2021, p. 4/24).

3 MADRIGAL-BORLOZ, Victor. **Practices of exclusion:** Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. Nova York: Organização das Nações Unidas (ONU), 15 jul. 2021. (Documento A/76/152). Disponível em: https://docs.un.org/en/a/76/152. Acesso em: 28 mar. 2026.

4 Ibidem.

governamentais. Conforme a Global Philanthropy Project, com base na receita agregada de organizações nos Estados Unidos associadas ao movimento antigênero contrário aos direitos de pessoas LGBT+ entre 2008 e 2017, verificou-se que o financiamento delas é pelo menos três vezes maior do que o de projetos e eventos que promovem os direitos humanos dessas pessoas[5]. Esse desequilíbrio financeiro é acompanhado pela ofensiva política institucional de enfraquecimento das instituições multilaterais de proteção global, como a praticada pelo Governo Trump ao se retirar do Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2025[6].

Essas ações não constituem fenômeno pontual. São parte de um movimento de amplitude global com enorme impacto sobre pessoas LGBTQIA+. Organizações civis e estatais documentam uma grave escalada anti-LGBTQIA+ nos EUA, na Europa e na Ásia Central. Nos Estados Unidos, o monitoramento independente feito pela GLAAD registrou 932 incidentes em apenas um ano, englobando protestos de grupos extremistas, vandalismo, assédio, retórica de ódio na mídia/política e também ataques físicos[7]. Já na Europa e na Ásia Central, o relatório da ILGA[8] monitorou a situação em 54 países e atestou uma escalada sistêmica de violência atestada por milhares de registros policiais oficiais de delitos e crimes de ódio motivados por preconceito contra a orientação sexual e a diversidade de gênero, a exemplo da França, com 4.800 delitos formais documentados por órgãos de segurança[9], e da Alemanha, com 2.917 crimes de ódio contabilizados

5 Ibidem.

6 HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **Relatório Mundial 2026**. Nova York: HRW, 2026. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/world-report/2026. Acesso em: 28 mar. 2026.

7 BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025.** Brasília, DF: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2026. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

8 ILGA. **Annual Review 2026**. Bruxelas: ILGA-Europe, 2026. Disponível em: https://www.ilga-europe.org/files/uploads/2026/02/Annual-Review-2026-Trends.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

9 Dados fornecidos pelo Serviço Estatístico Ministerial da Segurança Interna (*Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure* - SSMSI), vinculado ao Ministério do Interior (Ministère de l'Intérieur). Disponível em:

pelo Estado (sendo 1.765 contra a orientação sexual e 1.152 contra a diversidade de gênero)[10].

Na América Latina e Caribe, observa-se o avanço exponencial de discursos que fomentam a violência e a discriminação por sexualidade e identidade de gênero, como as restrições em programa de educação em saúde sexual e reprodutiva no Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai[11]. Além disso, a vulnerabilidade da população LGBTQIA+ assume um caráter estrutural e interseccional nos países latino-americanos e caribenhos. A região concentrou, de forma alarmante, 68% de todos os assassinatos de pessoas trans registrados globalmente em 2025[12].

Mais do que quantificar, os dados coletados evidenciam as características das mortes nos territórios do Sul Global: são crimes sistematicamente marcados por extremo ódio e requintes de crueldade, com relatos frequentes de vítimas submetidas a espancamentos, tortura, violência sexual e múltiplas perfurações, tendo seus corpos frequentemente descartados de forma degradante

---

https://mobile.interieur.gouv.fr/Media/SSMSI/Files/SSMSI-PLAQ-INSTIT-INT-2025.

10 Dados fornecidos pelo Escritório Federal de Polícia Criminal (*Bundeskriminalamt* – BKA), vinculado ao Ministério Federal do Interior (*Bundesministerium des Innern und für Heimat* - BMI), published the latest statistics on politically motivated crime in Germany. Disponível em: https://www.bmi.bund.de/SharedDocs/behoerden/DE/bka.html#:~:text=BMI%20%2D%20Unsere%20Beh%C3%B6rden%20und%20Einrichtungen%20%2D%20Bundeskriminalamt.

11 MADRIGAL-BORLOZ, Victor. *op. cit.*

12 Essas constatações só são possíveis por conta de uma metodologia de monitoramento ativo liderada por organizações da sociedade civil - como a Antra, o Observatório de Violência contra Pessoas Trans e Gênero Não Binário da América Latina e Caribe, e o projeto internacional da Transgender Europe (TGEU) -, que trabalham em rede cruzando dados primários da imprensa, registros policiais e relatos complementares de ativistas locais para romper com a omissão e a subnotificação sistemática promovida pelos Estados (BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2026. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório 2025: Mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil.** Salvador: GGB, 18 jan. 2026. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/257-mortes-violentas-237homicidios-e-20-suicidios/. Acesso em: 28 mar. 2026).

em vias públicas, valas ou terrenos baldios[13]. Esse cenário devastador é o reflexo de profundas desigualdades e exclusões, operando como um mecanismo de aniquilação que atinge massivamente travestis e mulheres trans (90% dos casos) e que é atravessado pelo racismo, uma vez que 88% das vítimas assassinadas globalmente são pessoas negras ou racializadas[14].

No cenário brasileiro, dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) documentaram 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no país em 2025, o equivalente a uma morte a cada 34 horas[15]. De modo complementar, o Dossiê da Antra registrou 80 assassinatos de pessoas trans e travestis no mesmo ano. Contudo, a aparente redução numérica frente aos anos anteriores não reflete uma melhoria real, mas sim o aprofundamento do silêncio institucional e da subnotificação promovida pela omissão do Estado[16].

Esse apagão estatístico de dados oficiais é amplamente atestado e configura, em si, uma faceta da violência institucional do Estado Brasileiro. O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública[17], responsável pela produção de dados sobre violência contra população LGBTQIA+ desde 2018, destaca que há uma lógica de negação da cidadania dessa população decorrente da obstinada ausência de dados oficiais e da não padronização dos registros de ocorrências envolvendo os marcadores da diferença de raça, orientação sexual e identidade de gênero. A inércia estatal opera como uma barreira concreta ao acesso a direitos, pois "se a violência não é reconhecida – ou seja, se os dados não a expressam – ela não pode ser nomeada, e, tampouco, enfrentada"[18].

---

13 BENEVIDES, Bruna G. *op. cit.*; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *op. cit.*

14 BENEVIDES, Bruna G. *op. cit.*

15 GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). op. cit.

16 BENEVIDES, Bruna G. *op. cit.*

17 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.** São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

18 Ibidem, p. 119.

O fato de Unidades da Federação, como Amazonas e Rio de Janeiro, não fornecerem sequer informações básicas sobre homicídios e lesões corporais de pessoas LGBTQIA+ é parte do próprio sintoma do tamanho da omissão institucional no Brasil. O reconhecimento do crime de homofobia e transfobia pelo STF em 2019 como crime de racismo, bem como a inclusão do crime de injúria racial à Lei do Racismo em 2023[19], tem gerado impactos na atuação das Secretarias de Segurança Pública e as Polícias Civis dos estados. Como a LGBTfobia é tratada juridicamente como racismo, muitos estados registram as ocorrências de violência contra a comunidade LGBTQIA+ sob o "guarda-chuva" geral do crime de racismo, sem especificar a motivação exata do crime. Por exemplo, no estado de São Paulo, os dados totais de "racismo" englobam e misturam, no mesmo indicador, tanto os casos de injúria racial (questão de cor/raça) quanto os casos de racismo motivado por homofobia ou transfobia[20].

Além disso, o IPEA e o FBSP, por meio do Atlas da Violência, têm inserido análises com profundas ressalvas sobre a limitação dos dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ em seus relatórios. Seus dados, originados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/Ministério da Saúde), não contextualizam informações sobre a motivação das violências – como dos tipos física, psicológica/moral, tortura, sexual, tráfico de seres humanos, financeira/econômica, entre outras, excluída a violência autoprovocada. Apesar disso, seus números evidenciam um aumento alarmante e contínuo na vitimização desse grupo[21]. O documento observa que de 2014 a

19 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 (ADO 26) e o Mandado de Injunção nº 4733 (MI 4733) (Brasil, 2020, 2020a) e a Lei nº 14.532/2023 (Brasil, 2023).

20 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *op. cit.*

21 "[...] é fundamental pontuar que interpretações destes dados devem ser feitas com muita cautela, considerando que (1) não são necessariamente casos de LGBTfobia, e (2) não são taxas, uma vez que não há dados de população LGBTQIAPN+ no Brasil, impossibilitando uma comparação fundamentada de um ano para outro." (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2025**. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 28 mar. 2026, p. 88).

2023, a escalada de violência contra pessoas LGBTQIA+ teve um alto aumento nos registros. Os casos contra homossexuais, bissexuais e mulheres transexuais subiram cerca de 1.110%, os registros contra homens transexuais cresceram 1.607%, e as violências contra travestis dispararam 2.340%. Essas agressões atingem de forma mais evidente marcadores específicos, revelando que a maior parte das vítimas dissidentes de sexualidade e de gênero é jovem (entre 10 e 29 anos) e que a grande maioria vítimas dissidentes de gênero é negra[22].

No âmbito do sistema de justiça e segurança pública, levantamentos como do Centro de Justiça Racial da Fundação Getúlio Vargas[23] e dos relatórios da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+[24] evidenciam que, mesmo após a ADO 26 e MI 4733 do STF – que equiparou a homotransfobia ao crime de racismo – a aplicação prática dessa norma esbarra em severas resistências estruturais. A dificuldade de responsabilização dos agressores não decorre primariamente da falta de provas materiais, mas da ausência de mecanismos institucionais sensíveis às especificidades dessa violência[25]. Observa-se um despreparo generalizado para o reconhecimento da motivação LGBTfóbica no momento do registro dos boletins de ocorrência policial, levando agentes públicos a frequentemente classificarem crimes de ódio como delitos menores,

22 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2025**. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 28 mar. 2026.

23 FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Respostas judiciais para casos de LGBTfobia no Brasil**. AMPARO, Thiago de Souza; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; MOREIRA, Adilson (Coord.). São Paulo: Fundação Getulio Vargas, Centro de Pesquisa Aplicada em Direito e Justiça Racial, 2025. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/ec51525d-d481-4589-b46b-b7e84e9a50e3. Acesso em: 28 mar. 2026.

24 BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Procedimentos operacionais padrões em casos de violência lgbtqiafóbica para aplicação pelas polícias militares, polícias civis e polícia federal**. Brasília: MDHC, 2025. (Cadernos LGBTQIA+ Cidadania, v. 5). Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/publicacoes/cartilha-cadernos-lgbtqia-cidadania-vol-5.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

25 FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *op. cit.*

como desentendimentos interpessoais ou injúria simples, esvaziando o potencial de punição[26].

Para combater essa invisibilidade e os frequentes episódios de revitimização, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alerta para a expressiva lacuna na sistematização de dados de orientação sexual e identidade de gênero dentro dos próprios quadros e processos do Judiciário, o que compromete a formulação de diagnósticos precisos[27]. Diante dessa conjuntura, MDHC, FGV e CNJ convergem na recomendação urgente de disseminação e uso obrigatório do Formulário Rogéria (Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente à Comunidade LGBTQIA+) nas delegacias e varas judiciais, visando romper com o ciclo de invisibilidade e subsidiando a construção de respostas estatais verdadeiramente eficazes.

Enquanto isso não ocorre, no contexto local, em especial quanto ao território de Belo Horizonte, pesquisas realizadas pela Sociedade Civil e outras instâncias independentes vão descrevendo e analisando as relações de poder implicadas nas vidas LGBT+. Nesse sentido, análise realizada pelo Diverso UFMG em 2025 verificou a evolução das dinâmicas de violência na capital entre 2016 e 2024, identificando que uma média histórica de 51,63% do público entrevistado na Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte já relatou sofrer violências em razão da identidade de gênero ou orientação sexual, sendo as agressões verbais e psicológicas sistêmicas nas ruas, nas escolas e dentro das casas. Esse cenário de desamparo é agravado pela violência institucional operada pelo próprio Estado[28].

---

26 BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. *op. cit.*

27 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Olhares Plurais: Boletim Analítico do CNJ - A institucionalização da pauta LGBTQIA+ no Poder Judiciário brasileiro**. Brasília: Programa Justiça Plural (CNJ/PNUD), 2025. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/10/olhares-plurais-boletim-analitico-justica-plural-lgbtqia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

28 RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BIELSKIS, Júlia; LOPES, Aline. **Um Retrato da População LGBTQIA+: a evolução do perfil, percepções e violência em Belo Horizonte entre 2016 e 2024**. Belo Horizonte: Diverso UFMG, 2024. Disponível em:

Conforme os dados consolidados da III Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte, realizada no ano de 2024, quase um terço das pessoas inscritas (30,9%)[29] relataram ter sofrido tratamento discriminatório em serviços públicos municipais. Essas violações ocorreram majoritariamente em instituições que deveriam garantir amparo à população: 59,1% indicaram discriminação na Saúde, 36,2% na Segurança (Guarda Municipal), 27,5% na Educação e 16,8% na Assistência Social[30].

A consequência extrema e inegável dessa soma de exclusão familiar, hostilidade nas ruas e negligência estatal é o extermínio da própria vida. De acordo com o levantamento do GGB, Minas Gerais registrou 17 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2025, com 4 desses assassinatos ocorrendo apenas na capital belo-horizontina[31]. A face mais cruel dessa estatística recai sobre a população trans: em 2025, Minas Gerais liderou de forma trágica o ranking nacional de assassinatos de pessoas trans[32].

Nesse aspecto, reforçando a exposição sobre a violência institucional do Estado que tem ocorrido por meio da obstinada omissão das autoridades em perquirir adequadamente os crimes de ódio e pela negativa estatal em incluir a população LGBTQIA+ no Censo Demográfico, a violência no Brasil também tem sido observada enquanto violência comissiva do Estado. Operacionalizada por meio de um projeto político autoritário antigênero, ilustrado pela tramitação

---

https://drive.google.com/file/d/17zCVJX_9umxCInOGNbH6SyxrBuLx8nxC/view?usp=drive_link. Acesso em: 28 mar. 2026.

29 Esse número indicado no relatório, contudo, não reflete de forma pura e exclusiva as violações vivenciadas pela população LGBTQIAPN+, posto que a porcentagem foi calculada com base no quantitativo geral de 476 respostas, o qual englobava expressivos 21,2% de pessoas heterossexuais inseridas em um universo amostral de quase 80% de pessoas cisgêneras.

30 BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **III Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte: Relatório Final.** Belo Horizonte: PBH / SMASAC, 2025. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/relatorio_conferencia_lgbtqia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

31 GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). op. cit.

32 BENEVIDES, Bruna G. *op. cit.*

de centenas de projetos de lei recentes que visam restringir direitos fundamentais, como proibir o uso de banheiros, vedar cotas trans e impedir o financiamento de ações de cidadania. Esse cenário de desmonte interno é diretamente influenciado e retroalimentado pelo contexto internacional, onde a retórica elástica da "ideologia de gênero" tem sido instrumentalizada por um movimento ultraconservador e transnacional para fomentar o pânico moral, justificar a retirada de proteções essenciais e atacar sistematicamente o reconhecimento da identidade de gênero e sexualidade em nível global[33].

No Brasil, o avanço desse extremismo ganhou contornos de política de Estado, infiltrando-se na própria máquina pública, conforme documentado no relatório Ruinologia[34]. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) passou por desmonte estrutural sob a retórica falaciosa do "proteger e não promover", esvaziando instâncias de participação democrática – a exemplo da desfiguração do Conselho Nacional LGBTQIA+, que perdeu a sigla e teve sua composição drasticamente reduzida. Mais gravemente, a expressão acusatória "ideologia de gênero" foi inserida de forma inédita nos canais oficiais de denúncia, como o Disque 100, transformando-se em um instrumento estatal de patrulhamento e perseguição contra servidores públicos, notadamente professores e profissionais da saúde. Nessa mesma esteira, o próprio conceito de "violência institucional" foi perversamente invertido pelo governo para criminalizar qualquer agente público que reconhecesse ou debatesse a identidade de gênero de crianças e jovens no ambiente escolar ou no SUS. Trata-se de uma produção contínua de escombros que incrustou o apagamento estatístico e terminológico do "gênero" nas políticas federais.

33 BENEVIDES, Bruna G. *op. cit.;* MADRIGAL-BORLOZ, Victor. *op. cit.*

34 PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORRÊA, Sonia (coord.). **Ruinologia: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019-2022).** Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), 2025. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/3/2025/08/Relatorio-Ruinologia-2207.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

Vale lembrar que a 26ª Parada quase deixou de acontecer em 2025, tendo sido alvo de uma ação judicial de vereadores do Partido Liberal que tentaram asfixiar financeiramente a realização do evento. Uma decisão liminar de urgência chegou a determinar que o Município de Belo Horizonte se abstivesse de repassar à organização do evento, o Cellos MG, os recursos públicos que excedessem 100 mil reais, muito embora esse orçamento já tivesse sido legitimamente aprovado pelo Legislativo Municipal. Essa ofensiva judicial tentou desqualificar a Parada como um mero evento festivo, ignorando seu papel institucional, educativo e político fundamental na promoção da dignidade humana, do pluralismo e do enfrentamento às desigualdades sofridas por essa população vulnerabilizada.

A 26ª Parada de Belo Horizonte resistiu! E alcançou um recorde histórico de público, reunindo mais de 350 mil pessoas nas ruas da capital mineira e injetando cerca de R$ 42,7 milhões na economia local em um único dia, com impactos positivos para os setores de turismo, hotelaria e comércio[35]. Como coroamento dessa força de mobilização democrática, a luta do movimento resultou em um avanço institucional definitivo: a aprovação de um projeto de lei (PL 11.962) que instituiu a celebração da Parada do Orgulho LGBTQIA+ como data oficial e de patrimônio público no calendário de Belo Horizonte a partir de 2026[36].

É interessante observar que as ações contra a Parada não são restritas ao território belo-horizontino. Em 2026, enquanto esse Relatório é elaborado, tramita uma ação direta de inconstitucionalidade no STF (ADI 7941), acionada pela Aliança Nacional LGBTQIA+ e a Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas contra a lei do

35 WILKER, Lucas. Dados preliminares apontam que a Parada LGBTQIA+ de BH devolveu milhões à cidade em 2025. **Brasil de Fato** MG, Belo Horizonte, 21 ago. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/21/dados-preliminares-apontam-que-parada-lgtbqia-de-bh-devolveu-milhoes-a-cidade-em-2025. Acesso em: 28 mar. 2026.

36 BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.962, de 15 de janeiro de 2026**. Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida legislação que institui datas comemorativas no Município [Dia Municipal da Parada do Orgulho LGBT]. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município, 16 jan. 2026. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11962/2026. Acesso em: 28 mar. 2026.

Estado de Alagoas nº 9.806/2026, que exige autorização judicial para a participação de crianças e adolescentes no evento, impondo penas de multa às organizações, patrocinadores e pais ou responsáveis. Por certo, todas essas ofensivas têm um único objetivo: enfraquecer não só o evento, mas a luta por direitos LGBT+. Enquanto buscam retirar nossos direitos e omitir nossa existência, estamos nos contrapondo, seja por meio do ajuizamento de ações no STF contra essas leis discriminatórias, seja pela elaboração de leis que visem reforçar nossa luta, seja pela formulação de documentos e pesquisas acadêmicas que não admitem o silenciamento das nossas histórias e desejos.

Esses relatos demonstram que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero se distribui pelas instituições formando um espectro fragmentado de variados tipos ou espécies de violências. Ainda que de maneira amalgamada, os tipos de violência podem (se não devem) ser identificados pelo espaço onde ocorre (escola, família, vias públicas, órgãos públicos etc.) e pela extensão do dano (psicológica, física, extermínio, entre outros). Nesse sentido, este relatório explora esses tipos de violência de forma sistematizada e analítica em suas especificidades.

As constatações deste relatório (2026) confirmam a capilaridade e a urgência do enfrentamento dessas violações. Em 2025, a partir das escutas realizadas durante a 26ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte, 52,81% das pessoas LGBTQIA+ entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência LGBTfóbica. Os dados revelam que os espaços de maior risco para essas pessoas continuam sendo aqueles dos quais não podemos nem mesmo escapar: as vias públicas, as escolas e o próprio ambiente familiar. Visando sistematizar esses dados e proporcionar uma compreensão clara e analítica sobre a gravidade dessa realidade, o presente relatório deriva de um esforço investigativo e coletivo que une docentes, discentes e militantes. O objetivo irrenunciável deste trabalho ao longo da última década tem sido romper com o ciclo de invisibilidade das violências LGBTfóbicas, fornecendo subsídios concretos para aprimorar a defesa irrestrita da cidadania plena da população LGBTQIA+.

CONCLUSÕES: ACHADOS E HORIZONTES FUTUROS PARA PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+

Os dados analisados neste relatório revelam que **a violência por LGBTfobia é multidimensional e desigual para os subgrupos da sigla LGBTQIA+**.

Mais da metade das pessoas LGB+ (51,1%) já sofreu diretamente algum tipo de violência em razão da orientação sexual, índice que alcança 65,7% quando se somam as situações presenciadas. Entre as pessoas trans e travestis, a prevalência de violências em razão da identidade de gênero sobe para 68,0%, e para 80,0% quando incluídas as presenciadas.

As vias públicas, a escola e a família despontam, para ambos os grupos, como os principais espaços de incidência, confirmando que a LGBTfobia se concentra justamente nos ambientes dos quais não se pode escapar. Em relação aos tipos de violência, a verbal, que inclui ofensas e xingamentos, é a modalidade mais recorrente para ambos os grupos: 84,3% entre as pessoas LGB+ e 88,2% entre as pessoas trans e travestis. Todavia, as formas mais severas de violência recaem de modo desproporcional sobre os corpos trans e travestis: a violência psicológica, que inclui constrangimentos, intimidações, tratamento desigual, abre o maior abismo de toda a série (58,6% contra 88,2%), a violência física (37,1% contra 52,9%) e a sexual (12,1% contra 29,4%).

A comparação entre os grupos mostrou que pessoas trans e travestis enfrentam uma violência não apenas mais frequente, mas qualitativamente mais grave, e um acolhimento institucional sistematicamente menor. A análise interna das pessoas LGB+ revelou que mesmo dentro desse grupo há diferenças importantes: lésbicas estão mais expostas à violência e à falta de acolhimento. E o aprofundamento das questões trans evidenciou um conjunto de demandas — saúde, hormonização, retificação — que exigem respostas estatais próprias, distintas ainda entre vivências transfemininas e transmasculinas.

No que diz respeito às percepções de acolhimento e aceitação, os dados revelam um sentimento de desamparo que se aprofunda especialmente nos ambientes em que se espera mais proteção. Em todos os sete espaços analisados, o acolhimento percebido pelas pessoas trans e travestis é inferior ao das pessoas LGB+, e as maiores distâncias estão nos ambientes de cuidado e formação. Na escola, a percepção de acolhimento e aceitação despenca de 64,5% entre as pessoas LGB+ para 30,4% entre trans e travestis, menos da metade, a maior diferença de todo o relatório. Nos serviços de saúde, a percepção de acolhimento recua de 85,9% para 60,0%, ainda que esta seja a principal demanda do grupo trans. Há, porém, um piso comum a toda a população LGBTQIA+ pesquisada: o aparato estatal é um dos espaços de menor acolhimento para qualquer recorte, com índices que, entre as pessoas LGB+, não ultrapassam 43,1% nos órgãos de governo e 37,1% na polícia, e que chegam a apenas 19,0% entre as pessoas não binárias. Daí um paradoxo que percorre todo o relatório: as instituições legalmente obrigadas a proteger e a franquear igual acesso a direitos — escola, órgãos de governo e polícia — são precisamente as que concentram os menores índices de acolhimento. A omissão ou a hostilidade do Estado não constitui, assim, falha pontual, mas a face mais visível de uma persistente LGBTfobia estrutural.

As pessoas não binárias, analisadas como grupo autônomo neste relatório, ocupam uma posição singular. No plano da orientação sexual e do perfil da violência, aproximam-se das pessoas LGB+. No plano da identidade de gênero, distinguem-se tanto destas quanto das pessoas trans e travestis, por raramente buscarem transição corporal ou registral e por enfrentarem o mais agudo déficit de reconhecimento institucional. Sua experiência não se reduz a nenhum dos outros grupos, o que recomenda, por ora, tratá-las como categoria própria e seguir acompanhando-as em pesquisas futuras até que se acumule base empírica suficiente para situá-las com segurança.

A recomendação que decorre dessa leitura é que as políticas públicas precisam operar em ao menos dois eixos distintos. Um voltado ao enfrentamento da homofobia, entendida aqui em chave

geral das diferentes sexualidades não heterossexuais, com ênfase em segurança pública, ambiente escolar e qualificação do registro de ocorrências, atento às especificidades das orientações sexuais. Outro voltado às pessoas trans e travestis, com prioridade para o acesso digno à saúde, a proteção contra a violência letal e sexual, a permanência escolar e a efetivação do direito à identidade. A esses soma-se a atenção às demandas próprias das pessoas não binárias, centradas no reconhecimento institucional de suas identidades. Tratar todos esses eixos como um só produz (ou reproduz) a invisibilização dos subgrupos mais vulneráveis.

Para além dos padrões esperados, alguns achados chamam a atenção por desafiarem a intuição ou por sinalizarem dinâmicas que a literatura ainda explora de modo incipiente. O mais intrigante é o padrão racial contraintuitivo observado entre as pessoas LGB+, em que pessoas brancas relataram mais violência do que pessoas negras (58,1% das brancas, contra 46,9% das pretas e 46,5% das pardas), em sentido inverso ao que se verifica entre pessoas trans e travestis, para quem o marcador racial agrava de forma inequívoca a exposição. Esse descompasso provavelmente não reflete menor sujeição real à violência das pessoas negras, mas diferenças no reconhecimento e na nomeação da violência, e constitui uma das pistas mais férteis para investigação futura. Igualmente revelador é o paradoxo do acionamento policial: pessoas trans e travestis recorrem mais à polícia (58,8% das vítimas, contra apenas 17,1% entre as pessoas LGB+). Isso não indica, todavia, maior confiança. A percepção de acolhimento pela polícia entre pessoas trans e travestis é menor do que entre pessoas LGB+ (32,0% contra 37,1%). O maior acionamento policial pode derivar do fato de sofrem violências mais graves e frequentes. Já entre as pessoas LGB+, a baixa taxa de denúncia, somada à frágil percepção de acolhimento, alimenta o ciclo de subnotificação que mantém a LGBTfobia inadequadamente medida pelas estatísticas oficiais.

Chamam atenção, ainda, alguns deslocamentos que estruturam a desigualdade interna à sigla. O primeiro é a sexualização da transfobia e da lesbofobia. A violência sexual, ainda que menos frequente em

termos absolutos, recai de forma desproporcional sobre pessoas trans e travestis, lésbicas e bissexuais, chegando a ser, nas vias públicas e na escola, respectivamente cerca de quatro e oito vezes mais frequente entre pessoas trans e travestis do que entre pessoas LGB+. Isso revela como a violência de gênero atravessa transversalmente a violência por identidade de gênero e orientação sexual. O segundo é a escola como primeiro espaço de expulsão dos corpos dissidentes de gênero, achado que dialoga diretamente com a menor escolaridade das pessoas trans e travestis. O terceiro é a inversão das prioridades políticas: segurança para as pessoas LGB+, saúde para as pessoas trans e travestis e, no interior deste grupo, trabalho para as vivências transfemininas e saúde para as transmasculinas, o que traduz, em pauta pública, necessidades materiais concretas e distintas. A esses soma-se a invisibilidade bissexual, em que a menor prevalência relatada de violência provavelmente não indica menor exposição, mas um apagamento identitário que o instrumento quantitativo não capta de forma direta, e o déficit de reconhecimento institucional das pessoas não binárias, cuja vulnerabilidade se manifesta menos no corpo e mais na ausência de inteligibilidade material e simbólica perante o Estado.

Esses achados desenham uma agenda promissora de investigação empírica. Em primeiro lugar, os padrões raciais e os mecanismos de subnotificação e de não acionamento das instituições pedem aprofundamento qualitativo, por meio de entrevistas em profundidade, grupos focais e análise de discurso, capazes de captar como diferentes sujeitos reconhecem, nomeiam e silenciam as violências que sofrem. Em segundo lugar, a adoção de estratégias amostrais dedicadas às populações trans, travesti e não binária — como sobreamostragem intencional ou amostragem orientada por respondentes (*respondent-driven sampling*) — permitiria estabilizar estimativas hoje lidas como indicativas e testar empiricamente as hipóteses aqui levantadas. Em terceiro, o acompanhamento longitudinal das pessoas não binárias, ao longo das próximas edições da série, ajudará a decidir, com base empírica acumulada, se o grupo é mais bem situado junto ao espectro

da orientação sexual, junto às identidades trans ou como categoria analítica autônoma. Seria igualmente valioso alcançar, por meio de métodos complementares (domiciliares, baseados em serviços ou em redes), as parcelas da população LGBTQIA+ menos mobilizadas ou mais isoladas, que a coleta na Parada, por sua natureza, tende a sub-representar: investigar diretamente a invisibilidade bissexual e seus custos identitários; e monitorar, ao longo da série histórica, se os avanços normativos recentes — como a ADI 4275, a Lei nº 14.382/2022 e a ADO 26 — se traduziram em acesso efetivo a direitos. Mais do que registrar a violência, trata-se de seguir produzindo o conhecimento que torna possível nomeá-la e, com isso, enfrentá-la.

LISTA DE GRÁFICOS

PARTE 1 — DETALHAMENTO DA AMOSTRA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO

Gráfico 1 – Identidade de gênero do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 2 – Orientação sexual do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 3 – Raça e cor do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 4 – Faixa etária do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 5 – Escolaridade do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 6 – Renda familiar do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 7 – Perfil político do conjunto LGBTQIA+ (n=320)
Gráfico 8 – Perfil religioso: entrevistados(as) vs. famílias de origem

PARTE 2 — HOMOFOBIA VS. TRANSFOBIA: AS PECULIARIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE PESSOAS LGB+ E PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Gráfico 9 – Violência por LGBTfobia na média do conjunto LGBTQIA+
Gráfico 10 – Perfil comparado: pessoas LGB+ e trans/travestis
Gráfico 11 – Já vivenciou violência por LGBTfobia, por grupo
Gráfico 12 – Espaços de maior incidência de violência LGBTfóbica
Gráfico 13 – Tipos de violência sofrida (todos os espaços):
Gráfico 14 – Tipos de violência nas vias públicas:
Gráfico 15 – Tipos de violência na casa (ambiente familiar):
Gráfico 16 – Tipos de violência na escola
Gráfico 17 – Tipos de violência no ambiente de trabalho
Gráfico 18 – Tipos de violência em órgãos de governo
Gráfico 19 – Tipos de violência nos ambientes policiais
Gráfico 20 – Tipos de violência nos serviços de saúde

Gráfico 21 – O peso da raça na violência sofrida
Gráfico 22 – Sentimento de acolhimento positivo, por espaço
Gráfico 23 – Principal demanda política apontada por cada grupo
Gráfico 24 – Acionamento da polícia entre quem sofreu violência
Gráfico 25 – Pessoas não binárias em comparação com LGB+ e trans/travestis

PARTE 3 — VIOLÊNCIA SEGUNDO A ORIENTAÇÃO SEXUAL" POR "PARTE 3 — HOMOFOBIA: AS PECULIARIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE PESSOAS NÃO HETEROSSEXUAIS CISGÊNERAS

Gráfico 26 – Pessoas LGB+ que já sofreram violência por LGBTfobia
Gráfico 27 – Violência por LGBTfobia segundo a orientação sexual
Gráfico 28 – Espaços de maior incidência de violência, por orientação
Gráfico 29 – Tipos de violência sofrida (todos os espaços), por orientação
Gráfico 30 – Tipos de violência nas vias públicas, por orientação
Gráfico 31 – Tipos de violência na casa, por orientação
Gráfico 32 – Tipos de violência na escola, por orientação
Gráfico 33 – Tipos de violência no trabalho, por orientação
Gráfico 34 – Tipos de violência em órgãos de governo, por orientação
Gráfico 35 – Tipos de violência na polícia, por orientação
Gráfico 36 – Tipos de violência nos serviços de saúde, por orientação
Gráfico 37 – O peso da raça na violência sofrida, por orientação
Gráfico 38 – Acolhimento positivo por espaço, segundo a orientação
Gráfico 39 – Acolhimento familiar positivo, por orientação

PARTE 4 — TRANSFOBIA: AS PECULIARIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Gráfico 40 – Exposição à violência: vivências transfemininas vs. transmasculinas
Gráfico 41 – Espaços de incidência da violência transfóbica, por eixo
Gráfico 42 – Tipos de violência sofrida (todos os espaços), por eixo
Gráfico 43 – Tipos de violência nas vias públicas, por eixo
Gráfico 44 – Tipos de violência na casa, por eixo
Gráfico 45 – Tipos de violência na escola, por eixo
Gráfico 46 – Tipos de violência no trabalho, por eixo
Gráfico 47 – Tipos de violência em órgãos de governo, por eixo
Gráfico 48 – Tipos de violência na polícia, por eixo
Gráfico 49 – Tipos de violência nos serviços de saúde, por eixo
Gráfico 50 – O peso da raça na violência sofrida, por eixo
Gráfico 51 – Acolhimento positivo por espaço: transfemininas vs. transmasculinas
Gráfico 52 – Acionamento da polícia entre as vítimas diretas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANHA. Bundeskriminalamt (BKA). **Politisch motivierte Kriminalität**: estatísticas sobre criminalidade de motivação política. Wiesbaden: Bundesministerium des Innern und für Heimat (BMI), [2025]. Disponível em: https://www.bmi.bund.de/SharedDocs/behoerden/DE/bka.html. Acesso em: 28 mar. 2026.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **III Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte**: relatório final. Belo Horizonte: PBH/SMASAC, 2025. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/relatorio_conferencia_lgbtqia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.962, de 15 de janeiro de 2026**. Altera a Lei nº 11.397/2022, que consolida a legislação que institui datas comemorativas no Município [Dia Municipal da Parada do Orgulho LGBT]. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município, 16 jan. 2026. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11962/2026. Acesso em: 28 mar. 2026.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2026. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022**. Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), entre outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14382.htm. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, entre outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Procedimentos operacionais padrões em casos de violência LGBTQIAfóbica para aplicação pelas polícias militares, polícias civis e polícia federal**. Brasília, DF: MDHC, 2025. (Cadernos LGBTQIA+ Cidadania, v. 5). Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/publicacoes/cartilha-cadernos-lgbtqia-cidadania-vol-5.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275/DF**. Relator: Min. Marco Aurélio; Redator do acórdão: Min. Edson Fachin. Brasília, DF: STF, julgamento em 1º mar. 2018. Reconhece o direito à alteração de prenome e gênero no registro civil independentemente de cirurgia ou autorização judicial.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7941**. Brasília, DF: STF, [2024]. Ação que impugna legislação municipal/estadual considerada discriminatória em matéria de gênero e sexualidade. [Em tramitação.]

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF (ADO 26)**. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF: STF, julgamento em 13 jun. 2019. Enquadra a homofobia e a transfobia como crime de racismo (Lei nº 7.716/1989) até a edição de legislação específica.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Mandado de Injunção nº 4733/DF (MI 4733)**. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, DF: STF, julgamento em 13 jun. 2019. Reconhece a criminalização da homofobia e da transfobia como modalidade de racismo.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Olhares Plurais**: boletim analítico do CNJ — a institucionalização da pauta LGBTQIA+ no Poder Judiciário brasileiro. Brasília, DF: Programa Justiça Plural (CNJ/PNUD), 2025. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/10/olhares-plurais-boletim-analitico-justica-plural-lgbtqia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

DIVERSO UFMG. **Pesquisa da 26ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero (Diverso UFMG), Faculdade de Direito da UFMG, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

FRANÇA. Service Statistique Ministériel de la Sécurité Intérieure (SSMSI). **Estatísticas sobre crimes e delitos anti-LGBT+**. Paris: Ministère de l'Intérieur, [2025]. Disponível em: https://mobile.interieur.gouv.fr/Media/SSMSI/Files/SSMSI-PLAQ-INSTIT-INT-2025. Acesso em: 28 mar. 2026.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Respostas judiciais para casos de LGBTfobia no Brasil**. Coordenação: Thiago de Souza Amparo; Marta Rodriguez de Assis Machado; Adilson Moreira. São Paulo: FGV, Centro de Pesquisa Aplicada em Direito e Justiça Racial, 2025. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/ec51525d-d481-4589-b46b-b7e84e9a50e3. Acesso em: 28 mar. 2026.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório 2025**: mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil. Salvador: GGB, 18 jan. 2026. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/257-mortes-violentas-237homicidios-e-20-suicidios/. Acesso em: 28 mar. 2026.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **Relatório Mundial 2026**. Nova York: HRW, 2026. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/world-report/2026. Acesso em: 28 mar. 2026.

ILGA. **Annual Review 2026**. Bruxelas: ILGA-Europe, 2026. Disponível em: https://www.ilga-europe.org/files/uploads/2026/02/Annual-Review-2026-Trends.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2025**. Coordenação: Daniel Cerqueira; Samira Bueno. Brasília, DF: IPEA; São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 28 mar. 2026.

MADRIGAL-BORLOZ, Victor. **Practices of exclusion**: report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. Nova York: Organização das Nações Unidas (ONU), 15 jul. 2021. (Documento A/76/152). Disponível em: https://docs.un.org/en/a/76/152. Acesso em: 28 mar. 2026.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORRÊA, Sonia (coord.). **Ruinologia**: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019-2022). Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), 2025. Disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/3/2025/08/Relatorio-Ruinologia-2207.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BIELSKIS, Júlia; LOPES, Aline. **Um retrato da população LGBTQIA+**: a evolução

do perfil, percepções e violência em Belo Horizonte entre 2016 e 2024. Belo Horizonte: Diverso UFMG, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17zCVJX_9umxCInOGNbH6SyxrBuLx8nxC/view. Acesso em: 28 mar. 2026.

WILKER, Lucas. **Dados preliminares apontam que a Parada LGBTQIA+ de BH devolveu milhões à cidade em 2025**. Brasil de Fato MG, Belo Horizonte, 21 ago. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/21/dados-preliminares-apontam-que-parada-lgtbqia-de-bh-devolveu-milhoes-a-cidade-em-2025. Acesso em: 28 mar. 2026.